UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ GUIRADO NETO

PARA ALÉM DA COSTURA
TRABALHO IMIGRANTE E ORGANIZAÇÃO COLETIVA NA
METRÓPOLE

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2014

JOSÉ GUIRADO NETO

PARA ALÉM DA COSTURA
TRABALHO IMIGRANTE E ORGANIZAÇÃO COLETIVA NA METRÓPOLE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto.

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo: _____

Ruy Gomes Braga Neto

São Paulo
2014

GUIRADO, J. *Para além da costura: trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data de exame da dissertação

____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais,

Joir e Sônia

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que financiou essa pesquisa entre 09/2012 e 08/2014. Indubitavelmente, sem esse apoio este trabalho não seria possível.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto, pelos conselhos precisos e “puxões de orelha” no início do mestrado, pelo apoio irrestrito e, principalmente, pela parceria. Ruy, devo muito a você!

À Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Cacciamali e ao Prof. Dr. Leonardo Gomes Mello e Silva pela atenção, críticas construtivas, sugestões preciosas, mas, sobretudo, pela generosidade apresentada em minha banca de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Maria Helena Oliva Augusto e aos companheiros da disciplina Análise de Projeto que realizaram uma discussão de alto nível sobre o meu projeto.

A todos os bolivianos e bolivianas que dedicaram um pouco de seu tempo com a minha pesquisa; àqueles que me receberam tão amistosamente em suas organizações, especialmente Carmelo Muñoz, da ADRB, Luís Vasquez, da ASSEMPBOL, e César Coila, da COEBIVECO.

Ao sempre prestativo Paulo Illes, importante e dedicado militante das causas migrantes, por me aceitar tão amigavelmente no CDHIC e me apresentar a alguns dos líderes da comunidade boliviana de São Paulo.

Aos caros Thiago Baltazar e Cleiton Borges, por terem estado ao meu lado durante as manifestações trocando experiências e impressões oportunas.

Aos amigos lá da terrinha, Augusto Guirado – pelas indicações sobre o tema do preconceito – e Danilo Homem de Melo – pela ajuda com o “juridiquês”.

À Bruna Triana e Rafael Souza, por lerem e darem sugestões acerca do projeto inicial. Também ao amigo do peito, de debates Sociológicos desde a graduação, Lucas Amaral, quem colaborou intensamente com essa pesquisa. Valeu meu irmão!

Aos meu amores lá de casa, Fernanda, Junior, Joir e Sônia (costureira de mão cheia e uma das minhas inspirações para ter pesquisado o vestuário). Nem mesmo se dedicasse todas as páginas deste trabalho para agradecê-los, seria capaz expressar o quanto sou grato a vocês, por tudo.

À Gabryella, luz dos meus dias, pela compreensão nos momentos de minha ausência dedicados à esta pesquisa, como o dia dos namorados compartilhado com o campo, a minha viagem à Bolívia e as horas diárias de estudo. Agradeço-lhe ainda pelo companheirismo e pelo carinho.

RESUMO

GUIRADO, J. *Para além da costura: trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Esta pesquisa tem como objetivo central apresentar e analisar diferentes aspectos da busca por melhores condições de vida por parte dos imigrantes bolivianos que se dedicam à costura na Região Metropolitana de São Paulo. Desse modo, o cerne da discussão desenvolvida ao longo dos três capítulos que compõe esta dissertação foi que, após migrarem para o Brasil, o trabalho em confecção – precário e mal remunerado – tem se mostrado incapaz de, isoladamente, proporcionar uma situação de vida satisfatória a grande parte desses imigrantes e, como resposta, recentemente, imigrantes bolivianos tem assumindo uma postura mais atuante e se organizaram em cooperativas e associações, firmaram parcerias e conseguiram apoio de ONGs, sindicatos e outras entidades para reivindicar direitos e garantias. Nesse sentido, nossa hipótese é que as manifestações promovidas pelos imigrantes que tomaram as ruas de São Paulo simbolizam avanço da participação social da comunidade boliviana na cidade. Essas questões foram trabalhadas a partir de uma divisão heurística tripartite – formada pela imigração, o trabalho e as reivindicações em prol de direitos, garantias e melhorias nos âmbitos social, político, legal e simbólico – que corresponderia à base da busca por melhores condições de vida no interior desse grupo.

Palavras-chave: Bolivianos, Migração, Trabalho em Confecção, Reivindicação, Organização Coletiva.

ABSTRACT

GUIRADO, J. *Beyond the sewing: immigrant work and collective organization in the metropolis*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research has as main objective present and analyze the pursuit for better conditions of life by the Bolivian immigrants who work at apparel industries in the Metropolitan Region of São Paulo. Thus, the central point of the discussion developed over the three chapters that compose this dissertation was that after migrating to Brazil, the work in apparel workshop – precarious and poorly paid – has been alone unable to provide a satisfactory life situation for the great majority of these immigrants. Recently, in response Bolivian immigrants have taken a more active stance and organized themselves into cooperatives, associations, partnerships have been signed, and support achieved from several NGOs, trade unions and others to claim rights and guarantees. In this sense, our hypothesis is that the protests promoted by immigrants that took place into São Paulo's streets symbolize an advancement of social participation of the Bolivian community in the city. We addressed these questions from a heuristic tripartite division – formed by immigration, work and claims in favor of rights, safeguards and improvements in, political, legal, social and symbolic spheres – that correspond to the base of the pursuit for better conditions of life within that group.

Keywords: Bolivians, Migration, Work in Apparel Industry, Claim, Collective Organization.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA PARA SÃO PAULO	14
1.1 O XADREZ SOCIAL BOLIVIANO: CAUSAS INTERNAS DA DIÁSPORA.....	15
1.1.1 A Revolução de 1952	15
1.1.2 De 1964 até 1985	19
1.1.3 A virada neoliberal: o governo Estenssoro	22
1.2 O VÍNCULO ENTRE IMIGRAÇÃO E VESTUÁRIO	26
1.2.1 os primórdios do trabalho imigrante no vestuário: o caso europeu e estadunidense....	26
1.2.2 A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho paulista	30
1.3 AS REDES MIGRATÓRIAS BOLIVIANO-BRASILEIRAS	36
1.4 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS ACERCA DA MIGRAÇÃO LABORAL INTERNACIONAL	42
2. OS IMIGRANTES BOLIVIANOS E O TRABALHO EM CONFECÇÃO.....	49
2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA COSTURA.....	52
2.2 A CADEIA DO VESTUÁRIO E SEUS REAIS BENEFICIÁRIOS	58
2.3 O CHÃO DE FÁBRICA DA COSTURA	69
2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	76
3. AS REIVINDICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DOS IMIGRANTES.	78
3.1 A VISIBILIDADE BOLIVIANA: UM PROCESSO EM (RE)CONSTRUÇÃO?	79
3.2 APONTAMENTOS COMPLEMENTARES	89
3.2.1 O preconceito.....	91
3.2.2 Panorama socioeconômico	94
3.2.3 O Estado, as leis e os imigrantes bolivianos.....	95
3.2.4 Conclusões parciais	101
3.3 TRÊS ORGANIZAÇÕES DE IMIGRANTES	102
3.4 MANIFESTAÇÕES IMIGRANTES: CONVERGÊNCIA DE DEMANDAS.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS:	131
ANEXOS.....	140

APRESENTAÇÃO

A ideia de trabalhar com o tema da imigração boliviana e a busca por melhores condições de vida surgiu, propriamente, alguns anos antes do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo quando, então, cursava os períodos finais da graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina. Na época (2009 e 2010), acompanhava as discussões sobre essa imigração contemporânea, por meio de notícias em jornais, *sites* e alguns artigos que circulavam na internet – porém, mais na condição de um indivíduo interessado do que, exatamente, um cientista social que coleta informações para pesquisa vindoura. Não obstante, paulatinamente, certos questionamentos começaram a ganhar força, e o desejo de aprofundar-me nos mesmos se tornaram irresistíveis. Naquele momento, diversos trabalhos acadêmicos importantes já haviam sido publicados sobre os bolivianos e o trabalho no interior das confecções paulistanas, as redes informais de subcontratação, o tráfico humano etc. Todavia, a despeito das péssimas condições de vida e trabalho que esses imigrantes sofriam, ninguém, até então, havia proposto investigar, especificamente, como se dava essa busca por melhorias dentro e fora das confecções e, também, se existiam na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) organizações formadas e idealizadas genuinamente por imigrantes bolivianos. Sidney Silva (1995), com o seu mestrado realizado pelo PROLAM/USP, *Costurando Sonhos*¹, datado de 1995, havia sido quem mais próximo chegou de responder a algumas de minhas indagações². No entanto, embora primorosa pela quantidade de informações que reunia, a pesquisa de Silva, acredito, não dava conta de meus questionamentos, principalmente por não ser esse o seu foco – expor uma tela em que figurassem tais entidades, seus processos mobilizatórios e suas respectivas ações pela busca por melhores condições de vida. Ademais, havia se passado quase duas décadas e, com certeza, o cenário já não era o mesmo: possivelmente, avanços em diferentes frentes haviam ocorrido.

Resumidamente, essa foi a trajetória que me levou a desenvolver esta pesquisa, que teve início em janeiro de 2012 e foi finalizada em julho de 2014. Parte considerável do conteúdo e da estrutura que esta dissertação ora apresenta acabou sendo definida durante o desenrolar da

¹ Que mais tarde, em 1997, daria origem ao livro *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, publicado pela Editora Paulinas.

² Nele, Silva (1995) menciona uma associação de bolivianos da costura que atuou por um período na RMSP e que, devido a alguns problemas internos e o desligamento de um de seus líderes, havia encerrado suas atividades.

pesquisa de campo. Inicialmente, pretendia investigar apenas os esforços da comunidade boliviana em aprimorar sua situação na sociedade paulistana por intermédio do trabalho. Todavia, tão logo tive um contato mais próximo com os imigrantes bolivianos – tanto com aqueles que fazem parte de associações e cooperativas de trabalhadores e pequenos proprietários de confecção, como com os que não são membros de qualquer organização –, pude notar que, senão a maioria, ao menos boa parte de suas demandas extrapolam a esfera do trabalho. Em geral, a ambição dos imigrantes bolivianos da costura não se resume a melhorar as condições de trabalho a que estão submetidos no interior das oficinas; tampouco sua principal estratégia para melhorar de condição seja a luta por melhores salários. Eles almejam, quase sempre, adquirir sua própria oficina, assim que conseguirem juntar algum dinheiro. Essa expectativa, somada à alta porcentagem de indivíduos em situação irregular, aos vínculos de parentesco e compadrio que ocorrem nas confecções de imigrantes sul-americanos e à condição temporária que muitos atribuem ao trabalho na costura, ajuda a compreender porque é praticamente insignificante a parcela dos imigrantes bolivianos da costura que é sindicalizada. Portanto, se aqui o que mais importava era apresentar como essa busca por uma condição de vida mais aprazível efetivamente se dava, na medida em que havia um universo reivindicatório bem mais amplo, não faria sentido restringir os esforços analíticos apenas à dimensão social do trabalho.

A pesquisa de campo ocorreu em cinco cidades: São Paulo, El Ato, La Paz, Santa Cruz de la Sierra e Potosí. Porém, do campo, a maior quota de esforços foi na pesquisa empírica realizada no Brasil: ela durou todo o ano de 2012. Durante os primeiros meses, deu-se o período da investigação exploratória nos bairros paulistanos do Brás, Bom Retiro e Pari. Ali, o objetivo foi mapear as organizações de imigrantes bolivianos que atuavam na cidade e, ao mesmo tempo, descobrir um pouco mais da dinâmica de funcionamento da cadeia produtiva do vestuário na cidade e, na medida do possível, confirmar ou refutar hipóteses e certas informações obtidas por meio da pesquisa bibliográfica. Já no meio do ano, tive uma primeira experiência no interior dessas organizações, que estão relatadas no capítulo 3. Uma delas já se encontrava em situação jurídica regular e a aproximação foi bastante simples. Todavia, naquele momento, essa não era a realidade de outras duas – e tal processo, tendo isso em vista, mostrou-se um pouco difícil com uma delas. No fim, a insistência se revelou profícua e as informações que necessitava, em sua maioria, emergiram. Ademais, também em São Paulo, pude acompanhar as manifestações desses e de outros imigrantes. As entrevistas foram semi-diretivas e, grande parte delas, gravadas.

Foram entrevistados trabalhadores da costura, líderes de associações e cooperativas, militantes bolivianos e membros de ONGs que atuam em prol dos direitos e das garantias dos imigrantes na cidade. Como se pode notar, as entrevistas tinham que dar conta de um amplo universo; portanto, elas serviram, sobretudo, como base qualitativa para nortear as questões aqui trabalhadas. Já as reuniões das organizações a que tive acesso não foram gravadas.

A pesquisa de campo na Bolívia ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2013 e teve, basicamente, duas finalidades: a primeira era de buscar pistas de como e onde ocorrem os agenciamentos migratórios que rumam ao Brasil; e a segunda era compreender um pouco melhor o universo social a que se refere o capítulo 1. Embora estivesse ciente das dificuldades que envolviam a primeira tarefa – pois outros pesquisadores, inclusive mais experientes, já haviam se dedicado a essa tarefa e não conseguiram fechar o diagnóstico das origens dos fluxos migratórios boliviano-brasileiros –, também sabia que, por ora, a “sociologia de gabinete” não serviria. Portanto, decidi que essa seria uma empreitada necessária. O resultado foi satisfatório. Porém, assim como as demais pesquisas que me precederam, não pode ser considerado com definitivo. Apenas em El Alto encontrei locais onde, explicitamente, são realizados tais agenciamentos, fornecendo “contrato” de trabalho nas confecções, viagem, moradia em São Paulo – já agilizando, quando requisitada, a documentação exigida ao requerimento de visto temporário no Brasil. Em Santa Cruz, verifiquei a existência de um vínculo maior da migração dirigida à fronteira brasileira de Corumbá. Dali, muitos bolivianos partem em direção à cidade boliviana de Puerto Quijarro, para, então, encaminharem-se para Corumbá. As entrevistas realizadas na Bolívia não foram gravadas. A desconfiança por parte dos entrevistados foi o principal impedimento.

Feitas essas considerações, em síntese, esta pesquisa se propõe a discutir como se dá a busca por melhores condições de vida por parte expressiva dos trabalhadores bolivianos da costura na RMSP. O leitor verá que mesmo as discussões secundárias acabam recaindo sobre as três bases da busca dos bolivianos por melhores condições de vida: a primeira seria a migração; a segunda, o trabalho; e a terceira, mormente, as reivindicações por melhorias nas dimensões política, social, legal, cultural/simbólica. Sendo assim, esta dissertação foi estruturada em três capítulos que correspondem a esses três grandes momentos.

Dessa forma, o primeiro capítulo trata do passo inicial rumo a essa busca: a própria migração e as circunstâncias que a cercam³. Nessa medida, no intento de expor as características que envolvem o caso boliviano, inicialmente, apresento um panorama das transformações históricas, econômicas, políticas e sociais que se sucederam no seio da sociedade boliviana, a partir da segunda metade do século XX, e que foram decisivas para a diáspora da população nacional rumo a países vizinhos e a outros mais distantes. A observação de tais fatos ajuda a demonstrar que, apesar dos indivíduos envolvidos possuírem capacidade decisória, inúmeros fatores macroestruturais que os cercam corroboraram, definitivamente, para o estabelecimento do êxodo sistemático do território boliviano. A seguir, por meio dos exemplos estadunidense e francês, traz-se à tona o vínculo secular entre força de trabalho imigrante e a expansão da indústria do vestuário e, como tal vínculo se firmou em paralelo com o crescimento, até então sem precedentes, também do consumo de mercadorias nos principais países capitalistas do mundo. Desse contexto, deriva uma discussão mais pontual: como as especificidades históricas da evolução do capitalismo brasileiro – tardio, periférico e que traz consigo, sub-repticiamente, a superexploração como uma das molas de seu desenvolvimento – relaciona-se com a inserção da força de trabalho imigrante na RMSP? Pretende-se salientar, com isso, que parte das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes bolivianos, ao chegarem nessa nova sociedade, não representa um exemplo isolado. Mostra-se, igualmente, a formação e a importância das redes migratórias boliviano-brasileiras para a inserção do trabalhador migrante na costura paulistana. Por último, há uma discussão breve (mas indispensável), de caráter teórico-metodológico, acerca da migração internacional. O objetivo nesse item é, antes, demonstrar ao leitor como me posiciono em relação à temática do que propriamente realizar uma perfilação mais rigorosa das principais correntes existentes.

O segundo capítulo discute o universo do trabalho imigrante no âmbito da costura na metrópole: um debate bastante coeso no meio acadêmico. Cronologicamente, quase imediato à imigração, o trabalho na sociedade receptora é materialmente o sustentáculo da nova vida dos imigrantes e, sobretudo, entre os bolivianos que atuam em atividades ligadas ao vestuário; é nele que, em um primeiro momento, estão depositadas as principais expectativas de melhoria de vida. A discussão inicial, aqui, versa acerca de como a reestruturação produtiva alterou não apenas os

³ São alguns dos elementos que compõem esse complexo: a tomada de decisão, os preparativos da viagem, a viagem em si, a chegada, a utilização de redes migratórias existentes, as redes sociais mobilizadas, entre outros.

processos produtivos, mas as formas de emprego e também o mercado de trabalho da costura como um todo. Posteriormente, retrata-se a nova conformação da cadeia produtiva/comercial do setor e de que forma ela beneficia, primordialmente, os grandes varejistas e atacadistas. A partir dessas considerações, torna-se possível verificar como essas modificações repercutiram no chão de fábrica das oficinas de costura em que os bolivianos trabalham.

O terceiro capítulo aborda algumas instâncias do engajamento por melhorias que acabam ultrapassando a esfera do trabalho. Aí reside a razão desse capítulo estar disposto na parte final da dissertação: as ações reivindicatórias vinculadas às demandas culturais, recreativas, desportivas, legais, simbólicas, sociais e políticas, recorrentemente – se comparadas à migração e ao trabalho – ocorrem em um momento posterior e, por vezes, bastante distante. Essa luta por melhorias mais amplas geralmente se sucede nos casos em que a migração se torna não uma situação temporária, mas uma condição permanente, o que demanda redefinição de projetos de vida e uma integração mais efetiva na sociedade receptora, mediante a conquista de direitos e garantias. Todavia, aqui, destacam-se apenas certos aspectos das demandas que se ligam ao campo político, social, simbólico e legal. Em vista disso, em um primeiro momento, dispõem-se discussões das diferentes formas e enfoques que a comunidade boliviana foi relatada até a presente data – em outras palavras, qual é a visibilidade dessa comunidade para pesquisadores, mídia e poder público. A exposição desse campo simbólico em disputa dá o ensejo para opinar a respeito de temas, como o preconceito por parte da opinião pública e o tratamento do Estado e da legislação brasileira para com esses imigrantes: todos indistintamente alvos das reivindicações da comunidade boliviana da RMSP. Subsequentemente, apresentam-se três organizações de imigrantes bolivianos que acompanhei ao longo da pesquisa de campo e que atuam ativamente nas mobilizações dos imigrantes que ocorreram em São Paulo: Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção (COEBIVECO), a Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL) e a Associação dos Residentes Bolivianos (ADRB). Por fim, apontam-se as manifestações de imigrantes mais significativas que ocorreram nos dois últimos anos em São Paulo e quais foram suas primeiras conquistas.

1. A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA PARA SÃO PAULO

Já se tornou lugar comum dizer que os fenômenos migratórios não se explicam unidimensionalmente, isso porque questões como direitos políticos, civis, sociais, conflitos étnicos, religiosos e demandas econômicas se coadunam para compor complexos e variáveis quebra-cabeças a serem, em primeiro lugar, montados e, a seguir, interpretados. Em cada caso, esses fatores podem possuir maior ou menor peso, de acordo com suas especificidades. Além disso, tratar a migração a partir de um foco multissituado (nossa intenção neste trabalho) significa, ainda, romper com o etnocentrismo próprio das análises sociológicas calcadas exclusivamente nas trajetórias dos imigrantes e dos problemas que os envolvem no interior das sociedades receptoras. Isso porque, por vezes, as causas migratórias estão no interior das próprias sociedades de origem e, dessa forma, a investigação desse outro universo social nos fornece pistas que ajudam, inclusive, a compreender como se desenvolveu as condições de vida e de trabalho de determinado grupo migrante nas sociedades receptoras. Acreditamos que a migração internacional boliviana para o Brasil, nosso foco primário neste capítulo, deva ser assim encarada. Portanto, as considerações posteriores desta dissertação seguirão nessa trilha.

Ademais, conforme escrutinávamos as razões da diáspora da população boliviana em seu berço, surgiu, concomitantemente, a ânsia de familiarizar o leitor com o processo histórico que envolvia tal fenômeno. Nessa medida, isso se deu mais como uma necessidade que paulatinamente se impunha do que propriamente uma estratégia a ser perseguida. Esse desejo ganhou força na medida em que verificávamos que diversas obras que abordavam a temática da imigração boliviana para o Brasil traziam as razões da existência desse fluxo migratório como óbvias, logo, implicitamente dadas e, portanto, indignas de uma sistematização mais detida. Além disso, não raro, deparamo-nos, durante o período de levantamento bibliográfico da pesquisa, com textos que analisavam o assunto somente a partir do viés pessoal dos agentes e, inevitavelmente, acabavam deixando que as razões objetivas da existência dessa movimentação migratória relativamente constante ficassem ocultas em meio à miríade infinita das subjetividades – em outras palavras, os porquês dos indivíduos suplantavam de forma definitiva os fatores macroestruturais que impulsionavam a diáspora boliviana com um todo. Outro ponto que despertou nossa atenção foi a concordância prévia que muitas abordagens traziam quanto à

busca por melhores condições de vida⁴ ser o mote dessas imigrações, sem que algumas perguntas fossem primeiramente feitas e o contexto histórico do país em questão fosse verificado. A esse respeito não pairam dúvidas: sim, os bolivianos maciçamente vêm ao Brasil a fim de melhorarem de vida, mesmo que para isso tenham que, antes, enfrentar enormes obstáculos. Todavia, por que somente a partir da década de 1980 um volume expressivo de bolivianos passou adentrar ao território brasileiro? Por qual motivo isso não se dava anteriormente, ou seja, quais as justificativas para essa mudança? Várias possibilidades emergiram, mas aquelas que se nos apresentaram ter um solo mais firme gravitavam em torno das mudanças históricas que principalmente a Bolívia, mas também o Brasil, enfrentaram a partir da segunda metade do século XX, como veremos a seguir.

1.1 O XADREZ SOCIAL BOLIVIANO: CAUSAS INTERNAS DA DIÁSPORA

1.1.1 A Revolução de 1952

A Revolução de 1952 figura entre os acontecimentos mais importantes da história recente da Bolívia, pois parte notável da própria configuração contemporânea do país fundamenta-se basicamente nos desdobramentos engendrados por tal revolução⁵. Nesta dissertação, a revolução e suas consequências ganham importância redobrada na medida em que, como afirma Guevara (2004), até esse episódio histórico, não se pode falar em fluxos migratórios importantes da Bolívia para o exterior, mas apenas de dinâmicas regionais transfronteiriças restritas, localizadas ao sul (norte da Argentina) e ao oeste (norte do Chile e sul do Peru). A liberação da força de trabalho engendrada pelas mudanças decorrentes do processo revolucionário e a acelerada industrialização de países vizinhos, em especial a Argentina, incentivaram a migração internacional da população boliviana. Tendo isso em vista, vejamos como ela se deu.

Durantes os anos que precederam a revolução, a burguesia boliviana encontrava-se sobre frágeis bases políticas e econômicas, o que, de fato, debelou sua capacidade de fazer valer seus interesses no âmbito do Estado e, por conseguinte, de garantir seu domínio social por intermédio

⁴ Leia-se, aqui, melhores condições de vida em *latu sensu*, como conseguir um emprego na confecção, ter perspectivas de crescimento financeiro, proporcionar estudo e saúde de razoável qualidade aos filhos, etc.

⁵ Segundo Mesa, Gisbert e Mesa (2008) “La revolución de 1952 es un fecho fundamental en la historia contemporánea de Bolivia pues cambió el país, al ponto que es imposible comprender la Bolivia de hoy sin entender la significación de la Revolución”.

do aparato estatal de dominação. Além disso, as camadas populares haviam acumulado décadas de amadurecimento político decorrente de encontros e da absorção de teorias revolucionárias, difundidas após a Guerra do Chaco⁶.

Assim, nos anos de 1950 e 1951, o POR (*Partido Obrero Revolucionario*), o MNR (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*), o PIR (*Partido de Izquierda Revolucionaria*) e o PCB (*Partido Comunista de Bolívia*) formaram, momentaneamente, uma frente ampla oposicionista na tentativa de mobilizar não apenas os setores operários, mas grande parte da população boliviana contra os governos oligárquicos que vinham se revezando no poder⁷. Inevitavelmente, a plataforma ideológica dessa coalizão era restrita e vulnerável, uma vez que tinha que enlaçar interesses bastante adversos. Sendo assim, ela foi norteadada pela defesa da democracia (expressa no reconhecimento do resultado das eleições de 1951) e da soberania nacional (sintetizada na proposta de nacionalização das minas). De qualquer forma, os constantes ataques da oposição foram responsáveis por evidenciar a falta de coesão interna do governo. Ao longo desse processo, o MNR havia intumescido sua simpatia perante a população, mesmo que atuando consideravelmente à margem do movimento sindical e das massas (ANDRADE, 2007).

O estopim da Revolução foi em 1951 quando, após Paz Estenssoro, um dos fundadores do MNR, ter sido eleito presidente da Bolívia e Hernan Siles Zuazo vice-presidente, Mamerto Urriolagoitia (presidente vigente) não reconheceu o resultado das eleições e, antes da posse de Estenssoro, arquitetou uma manobra política a fim de evitar que o mesmo assumisse. Dessa forma, Urriolagoitia renunciou ao seu mandato e o entregou a uma junta militar liderada pelo general Hugo Ballivián. Nesse caso, a via legal utilizada pela burguesia para manter o controle social havia falhado. Ignorando, então, o resultado das urnas, o general Ballivián ratificou a anulação das eleições. Era o início das insurreições populares em massa na Bolívia contra a usurpação do poder.

⁶ Afirma Andrade (2007, p. 68): “A aceleração do processo revolucionário esteve vinculada, por outro lado, à participação crescente da classe operária na vida política do país. As teses de Pulacayo exemplificavam o amadurecimento político do proletariado, ajudando a orientar suas ações e a consolidar, em particular entre os mineiros, uma consciência revolucionária, que se difundiu em diferentes graus para outras camadas populares, o que foi, em parte, consequência dos esforços de propaganda política promovidos pelos partidos de esquerda nos anos anteriores”. As Teses de Pulacayo, de 1946, elaboradas pelos mineiros previam: a estipulação de um salário básico vital e escala móvel de salários, semana de 40 horas de trabalho e escala móvel de horas de trabalho, ocupação das minas, controle operário das minas, o armamento dos trabalhadores, entre outros. Cf. Revista *Marxismo Vivo*, nº 8, ano 2004.

⁷ A greve geral de 1950 foi uma das manobras mais conhecidas da frente ampla oposicionista contra o governo nesse período.

Aproximadamente um ano mais tarde, em abril de 1952, com a ajuda de camponeses e mineiros que formaram milícias armadas, Estenssoro, por fim, assume a presidência. Todavia, mesmo contando com uma forte base de apoio popular, a disposição social boliviana não tornaria simples a tarefa de governar o país. Há séculos a Bolívia possuía desigualdades sociais abissais, a população nativa sofria profunda discriminação e o Estado estava moldado para atender aos interesses oligárquicos. A persistência dessas características moldou severamente a sociedade boliviana: mais de 92% das terras produtivas da época estavam centradas nas mãos de apenas 6% dos proprietários, cultivando em somente 1,5% de sua extensão, ao passo que 60% dos proprietários, detentores de 0,2% das terras produziam em 54% de suas áreas (ANDRADE, 2007); os sistemas de *pongueaje*, *alijiri* e de *mita* (ou *mitanaje*)⁸, embora houvessem sido proibidos nos anos 1940, pelo presidente Villareal, ainda eram amplamente praticados; as comunidades indígenas vinham sendo sistematicamente despojadas de suas terras desde a Guerra do Pacífico (1879-1883) e, no intento de encontrar melhores condições de vida, muitos migraram do campo para os centros urbanos do país, onde passaram a engrossar as fileiras de miseráveis (AGUIRRE, 1999); e a mineração, por sua vez, que respondeu nas primeiras décadas do século XX por 90% das exportações bolivianas, estava concentrada nas mãos de poucos barões do minério, que estavam à frente das empresas Patiño, Hoschild e Aramayo (WASZKIS, 1993).

Não obstante tal cenário, os revolucionários não retrocederam. O MNR, conjuntamente com as milícias, tomou as grandes propriedades rurais e pôs uma pedra definitiva em cima do sistema de *pongueaje*, dando maior mobilidade aos 75% da população que viviam na área rural. Pouco tempo depois, em 2 de agosto de 1953, veio, a reboque, o Decreto de Reforma Agrária que extinguiu os latifúndios e aprovou a organização sindical campesina⁹ (AGUIRRE, 1999). O governo ainda nacionalizou as reservas de minérios, criou a Corporación Minera de Bolívia (Comibol) e a Central Obrera Boliviana (COB), promulgou o código de assistência social,

⁸ Alessandro Segabinazzi (2007) explica que *pongueaje* e *mitanaje* eram serviços realizados gratuitamente, na maior parte das vezes em troca de abrigo e comida. O *pongueaje* era trabalho doméstico, enquanto *mitanaje* ou *mita* consistia no aluguel de mão de obra e terceiros na lavoura. *Alijiri* constituía a venda de produtos do camponês ao patrão a preços fixados pelo último.

⁹ Segundo o artigo 12º, do Decreto de Lei nº 3464, de 2 de Agosto de 1953: “El Estado no reconoce el latifundio que es la propiedad rural de gran extensión, variable según su situación geográfica, que permanece inexplorada o es explotada deficientemente, por el sistema extensivo, con instrumentos y métodos anticuados que dan lugar al desperdicio de la fuerza humana o por la percepción de renta fundiaria mediante el arrendamiento [...]”. Disponível em: <http://www.iadb.org/Research/legislacionindigena/leyn/docs/Bol-DecretoLey-3464-53-ReformaAgraria.doc>. Acessado em: 22/02/2014.

promoveu a extensão da educação pública, universalizou o voto – antes restrito aos homens alfabetizados – e ampliou os espaços de participação dos trabalhadores no governo e na administração das empresas nacionalizadas. Dessa forma, o Estado se tornou coordenador e líder da produção de bens e da prestação de serviços no país, como, aliás, já vinha ocorrendo em diversas nações latino-americanas¹⁰.

Nos anos seguintes, parte considerável das conquistas obtidas durante a revolução foi paulatinamente sendo revertida – em parte devido a pressões externas, pois a nacionalização das grandes empresas mineradoras trouxe consigo contendidas internacionais e altos custos ao governo revolucionário. A maior companhia de estanho da Bolívia, por exemplo, era a estadunidense Patiño Mines e, como os EUA controlavam grande parte das fundidoras estaníferas do exterior – único local onde o metal boliviano poderia ser tratado para o uso industrial –, o governo boliviano se viu obrigado a atender às imposições dos EUA e, como o país também dependia do crédito internacional para equilibrar suas contas, o mesmo ocorre em relação ao FMI. Economicamente, os anos de guerra pelo controle de terras no campo haviam gerado um desabastecimento urbano, o que levou Estenssoro, receando a repercussão política que a falta de alimentos poderia gerar, a recorrer à ajuda do governo estadunidense (LANGER, 1999).

A Revolução de 1952 significou uma alteração no regime de emprego e de bem-estar bolivianos, um deslocamento de poder – tanto no interior do governo como da sociedade em âmbito geral –, ampliou a influência dos estratos sociais médios e frustrou severamente os interesses da elite com relação à mineração e à agricultura, ao menos no curto prazo (MESA, GISBERT e MESA, 2008). Ademais, vale ressaltar que, a despeito das tentativas de implementar uma substituição das importações, o MNR fracassou em diversificar a produção industrial do país e a economia se manteve dependente da exportação de recursos naturais – logo, refém da flutuação do preço internacional de *commodities*, principalmente de três produtos: o estanho, o petróleo e o gás natural. Socialmente, embora os doze anos de governo do MNR¹¹ tenha trazido avanços, a Bolívia ainda figurava entre as nações mais pobres das Américas. O MNR não rompeu em definitivo com o estado burguês, ao invés disso o reformou. É difícil inferir que,

¹⁰ Para uma breve análise do papel do estadismo nos países latino americanos no período que se seguiu após a crise de 1929 até meados dos anos 1980, como também para observar a transição desse modelo para o domínio neoliberal na região, cf. Munch (2004).

¹¹ Paz Victor Estenssoro governou de 1952 a 1956; Siles Zuazo, 1956 a 1960; e novamente Estenssoro, de 1960 a 1964.

mesmo no início da revolução, o objetivo dos líderes revolucionários fosse similar ao dos mineiros, qual seja, promover realmente uma revolução socialista. Mais tarde, na metade da década de 1980, em meio ao avanço das políticas neoliberais, a manutenção da fragilidade econômica da Bolívia seria atribuída, equivocadamente, não à incapacidade administrativa de seus governantes, às constantes turbulências políticas que viriam mais tarde e à própria trajetória histórica do país, mas ao modelo estadista que fora adotado após 1952.

1.1.2 De 1964 até 1985

A partir do golpe do general René Barrientos Ortuño, no ano de 1964, inicia-se a fase dos regimes militares na Bolívia e, com ela, um período de violenta repressão e forte instabilidade política. Desse modo, já nos primeiros anos de governo, Barrientos assumiu uma postura populista e conseguiu um feito estratégico: desfazer a aliança revolucionária entre mineiros e camponeses. O próximo passo foi trazer os camponeses pra junto de si e firmar um Pacto Militar-Campesino, que ensejou a subjugação da organização mineira e de opositores populares (LANGER, 1999). O pacto permitiu que, no ano de 1965, Ortuño tomasse o controle do sindicato mineiro da Comibol e que, dois anos mais tarde, desferisse um ataque contra seus opositores mineiros na cidade de Catavi, localizada no departamento de Potosí, resultando em dezenas de mortes¹². Com a morte de Barrientos, a disputa pelo poder se acirrou e em apenas dois anos três presidentes governaram a Bolívia, foram eles: Luís Adolfo Siles Salinas (1969-1969), Alfredo Ovando Candia (1969-1970), e Juan José Torres Gonzáles (1970-1971). O presidente que viria a seguir seria aquele que ocuparia o cargo por mais tempo em toda conturbada história política boliviana do século XX.

Após assumir, por meio de um golpe de estado, Hugo Banzer Suárez instaurou uma ditadura militar de direita que perdurou entre os anos 1971 e 1979. Seu governo se sustentou sobre dois pilares: o *crescimento econômico* – possibilitado, sobretudo, pelo preço externo elevado que as matérias primas bolivianas exportadas atingiram e pela farta disponibilidade de crédito internacional – e a *forte repressão aos opositores políticos* – nesse período, estudantes universitários, líderes sindicalistas e políticos contrários ao seu governo foram presos, exilados ou simplesmente desapareceram. Além disso, universidades foram fechadas e, em um episódio emblemático, estudantes da Universidade Cruceña foram fuzilados.

¹² O violento episódio ficou conhecido como o Massacre de San Juan.

Durante o governo Banzer, a construção civil teve expressivo crescimento. La Paz conheceu sua maior taxa de crescimento horizontal e Santa Cruz prosperou, proporcionalmente, ainda mais. Grandes projetos rodoviários foram desenvolvidos, como a ligação de La Paz a Beni e a autoestrada La Paz-El Alto. O setor ferroviário foi revitalizado e a LAB (Lloyd Aéreo Boliviano) teve seu crescimento fomentado. Banzer também facilitou a entrada do capital externo e foi o presidente que, desde a Revolução de 1952, mais empresas estatais criou (MESA, GISBERT e MESA, 2008). Contudo, o atraso estrutural do país estava longe de ser suplantado: no ano de 1975, 56% da população ocupada estavam na pequena agricultura, organizada sob relações familiares de produção, sem qualquer regulação ou proteção estatal; a indústria, por sua vez, não atingia 20% do PIB do país no período destacado (WANDERLEY, 2009).

Por fim, a despeito do momento de bonança que Banzer desfrutou ao longo de seu governo, quando o mesmo deixou a presidência, em 1978, a situação do Estado boliviano era alarmante. O preço do estanho havia caído e não mais recuperaria o patamar alcançado em anos anteriores. Financiadas pelo crédito internacional, as empresas estatais bolivianas haviam perdido, rapidamente, capacidade produtiva e passaram a acumular *déficits*. As contas públicas seguiram na mesma direção e, em pouco tempo, a dívida externa boliviana cresceu. Incapaz de obter novos empréstimos devido à perda de credibilidade internacional – e por conta da contração abrupta da disponibilidade de crédito em praticamente todo o cenário mundial (MEDEIROS, 1997) –, o país passou a financiar suas contas por meio de emissão monetária e, inevitavelmente, a inflação atingiu patamares dantescos.

Tabela 1: Receitas, Despesas e Déficit das Contas Públicas Bolivianas: 1970-1984. Porcentagem em relação ao PIB

Ano	Receitas	Despesas	Déficit
1974	11,5	11,9	0,4
1975	11,3	12,6	1,3
1976	12,0	14,0	2,1
1977	11,5	13,8	2,2
1978	11,5	14,0	2,7
1979	9,4	14,3	4,9
1980	9,6	16,0	6,4
1981	9,4	15,1	5,6
1982	4,6	26,9	22,3
1983	2,6	20,1	17,5
1984	2,6	33,2	30,6

Fonte: Prudencio (1999)

Tabela 2: Saldo da dívida externa boliviana em milhões de US\$

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Valor da dívida externa	2.312,3	2.652,8	2.803,3	3.177,1	3.208,0	3.294,4

Fonte: Prudencio (1999)

O panorama político caminhou *pari passu*. Entre o lapso de julho de 1978 até outubro de 1982, os bolivianos presenciaram a emergência e queda de oito presidentes diferentes e de uma junta militar. Desses, dois foram eleitos e sete ascenderam por meio de golpe de estado. Isso implica em um governo diferente a cada cinco meses e meio. Paulatinamente, tornava-se cada vez mais evidente o desgaste dos regimes militares¹³.

Frente a tal cenário, a crise econômica se agudizou. Wanderley (2009) traz diversos dados a esse respeito: entre 1980 e 1985, a taxa de desemprego nas capitais cresceu de 5,8% para 18,2% e a taxa de subemprego de 48,5% para 57,3%; a redução dos salários reais pode ser vista na queda do valor do salário-mínimo legal mensal de US\$ 190, em março de 1982, para espantosos US\$ 17, em dezembro de 1985¹⁴; a crise fiscal, notória no *déficit* público de 25% do PIB em 1985, causou problemas financeiros sérios ao sistema de assistência social; e, ao finalizar o ano de 1985, 60% da população ocupada na área urbana do país trabalhava em unidades semiempresariais e familiares e em serviços domésticos, enquanto apenas 16% estavam em empresas privadas formais e 24% no setor público.

Em suma, os frágeis e fugazes governos que se alternaram no Estado boliviano no final da década de 1970 e na primeira metade dos anos 1980 se mostraram incapazes de lidar com o legado que seus predecessores haviam lhes deixado. O resultado imediato disso é espantoso: a taxa de crescimento do PIB havia ficado em -2,8%, no ano 1982, -6,6%, em 1983, -0,9%, em 1984 e -1,8%, em 1985; a inflação para o período foi similar a dos países europeus, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, respectivamente, 123,5%, 275,6%, 1.281,3% e 11.749,6% (MORALES & PACHECO, 1999); os setores mais afetados foram a mineração, a indústria manufatureira e a construção civil, que recuaram mais de 20% entre os anos de 1980 e 1985; no

¹³ Alguns pesquisadores sociais e historiadores da questão boliviana como Wanderly (2009) e Mesa, Gisbert e Mesa (2008) entendem que as sucessivas crises políticas e econômicas enfrentadas pela Bolívia em fins de 1970 e no primeiro quinquênio da década de 1980 teriam evidenciado o esgotamento do estadismo. Em contra partida, acreditamos que particularmente a crise boliviana teria, na verdade, exposto a erosão da experiência militarista no poder. Para uma análise mais detalhada a esse respeito conferir Gil (1998).

¹⁴ Valores obtidos se consideradas a cotização do tipo de câmbio no mercado paralelo de divisas.

mais, o incipiente assalariamento formal da PEA (População Economicamente Ativa) foi outra consequência marcante da crise em que o país havia mergulhado no final dos anos de domínio militar. Toda capacidade de administração do Estado foi severamente comprometida. Aguirre (1999, p. 64) afirma que “Los regímenes militares, dos de ellos dictatoriales, prolongaron, transformaron o desvirtuaron totalmente las medidas de la Revolución de 1952” e, ademais, “inestabilizaron dramáticamente al país durante más de 17 años con vaivenes políticos que fluctuaron alternadamente entre la derecha y la izquierda, entre el reformismo y el populismo”. No entanto, o que estava por vir seria ainda mais pernicioso aos estratos sociais mais baixos da Bolívia.

1.1.3 A virada neoliberal: o governo Estenssoro

No dia 29 de agosto de 1985, três semanas após assumir pela quarta vez a presidência da Bolívia, Paz Estenssoro, em pronunciamento em rede nacional, promulgou o Decreto Supremo 21.060, que alterou profundamente as diretrizes econômicas do país. A atmosfera solene e apreensiva de seu discurso, acompanhada de constatações impactantes como “la patria se nos está muriendo” e “Bolívia se nos muere”, promovem, não sem intenção, uma espécie de torpor naqueles que o ouvem. O objetivo, embora não manifesto, é indubitável: da mesma forma que a anestesia retira momentaneamente a sensibilidade do local em que se fará uma incisão, o discurso do presidente Estenssoro prepara os ânimos populares para as mudanças que, a partir daquele momento, seriam colocadas em marcha¹⁵, pois, caso contrário, se não houvesse uma mudança no regime de acumulação e no modo de regulação que o acompanhava, a reprodução do capital na Bolívia poderia ruir e, com ela, a própria instituição estatal. Sobre isso, diz Estenssoro:

No se vislumbra salvación posible sin un plan de estabilización global que corrija lo desbarajuste existente en la nación. Como dato anecdótico, para ilustrar lo absurdo dentro a cual se movía la economía del país y se descuidó a las bases fundamentales, podemos señalar que la masa de billetes que se importado en 1984 tuvo un costo de 29 millones de dólares, este es lo importe de papel impreso. Debido o ritmo inflacionario, resulto mucho mayor que lo valor nominal de estos billetes. No obstante, es imperativo para mi gobierno informar a lo pueblo de una amarga evidencia que no se puede seguir

¹⁵ Em seu pronunciamento, afirma Estenssoro: “[...] La alternativa de lanzarnos al precipicio de las confrontaciones no resuelve nuestros problemas esenciales, que postergan una solución real e aúnan la angustia colectiva. Es posible, cuasi seguro, que las nuevas paltas económicas que se punen en discusión a partir de la fecha encuentren oposición en algunas agrupaciones políticas y medios de opinión, como así mismo en determinadas fuerzas de economía subterránea [...]”.

disimulando. Estimados conciudadanos, la patria se nos está muriendo y es preciso no se aludir ningún recurso para un tratamiento de emergencia que detenga lo desenlace. Las persuasivas elocuencias de las cifras presentes nos revelan que no podemos proponer al país medidas cosméticas para reglar la situación actual. O tenemos el valor moral, con su secuela de sacrificios, para plantear de modo radical una nueva política o, sencillamente, con gran dolor para todos, Bolivia se nos muere [...] (Pronunciamento oficial em cadeia nacional).

O que o presidente eleito se esquece de mencionar é que, na verdade, o que estava em xeque era o Estado burguês e, portanto, a “sequela de sacrificios”, decorrente do tratamento emergencial, a que se refere recairia, fundamentalmente, sobre as classes mais pobres. Sobre isso Domenech e Magliano (2007, p.15) afirmam:

La ola de reformas neoliberales en Bolivia se caracterizó por la instrumentación de una serie de medidas de carácter estructural tendientes a la apertura externa y la disminución de la influencia del Estado. Una de las medidas más relevantes en este nuevo escenario fue la privatización de las minas, con profundas consecuencias para vastos sectores de la sociedad. El despido masivo de trabajadores de las minas de Oruro y Potosí y la crisis de las economías rurales, no sólo generó un aumento de la desocupación sino también en quiebre de las economías rurales que abastecían la vida minera. El deterioro de los mercados de trabajo y el incremento de los índices de pobreza y desempleo en las zonas mineras y agrícolas provocaron un grande movimiento de población interna desde estas zonas hacia los principales centros urbanos del país, especialmente Santa Cruz, Cochabamba y El Alto. Este fenómeno, que el Estado denominara eufemísticamente “relocalización” suponía que estos trabajadores desempleados encontrarían nuevas oportunidades laborales en otras actividades del mercado de trabajo boliviano. En la práctica, la exclusión de estos sectores sociales de la economía nacional, tanto en el campo como en la ciudad, impacto significativamente en los flujos migratorios que se había iniciado con posterioridad a la Revolución de 1952 y por primera vez en la década del noventa las personas que vivían en las ciudades superaron a aquellas que residían en el campo.

Ademais, Perry Anderson (1995) comenta que os efeitos de graves crises econômicas, sobretudo aquelas que desencadeiam picos de hiperinflação, são capazes de gerar condições suficientes para a implantação de mudanças políticas, econômicas e sociais radicais, normalmente vistas nos regimes militares totalitários, mesmo durante o mandato de governos democraticamente eleitos. É, nesse sentido, que o historiador inglês (ANDERSON, 1995, p.19) afirma:

A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação. Suas consequências são muito parecidas.

Com a *Nueva Política Económica* (NPE), novas bases para o crescimento econômico boliviano foram instituídas, pautadas no rígido controle inflacionário, no corte de gastos do governo, no incentivo ao investimento privado e na abertura e integração da economia ao

mercado internacional (ROCA, 1999). Os resultados rapidamente apareceram. Já entre os anos de 1987 e 1990, a hiperinflação boliviana foi reduzida para uma média de 17% ao ano, o que por si só já satisfazia diversos entusiastas das políticas neoliberais. Contudo, na balança capital-trabalho passaram a pesar, sobre o prato do primeiro, o fim da estabilidade empregatícia, a redução do custo da força de trabalho – uma vez que os salários agora passaram a ser negociados diretamente entre as empresas privadas e os trabalhadores –, o aumento do desemprego e da precarização do trabalho. Na mineradora Comibol, por exemplo, a abertura do investimento estrangeiro gerou a demissão de mais de 20.000 trabalhadores. As unidades familiares camponesas e o agronegócio tampouco saíram ilesos. O decreto previa a liberalização das importações de produtos agropecuários e, perante a incapacidade dos mesmos de competirem com os preços dos produtos importados, milhares foram expulsos de suas ocupações. A solução encontrada pelos mineiros e camponeses foi buscar refúgio nos centros urbanos, especialmente em ocupações informais e na produção da coca que, a partir desse momento, disparou no país. Erick Langer (1999) afirma que muitos dos migrantes internos do país encontraram ocupação como pisadores de coca para a elaboração de pasta de cocaína e em outras atividades ligadas ao narcotráfico. Para ele, ainda que não haja números oficiais, provavelmente o produto de exportação mais importante do país se tornou a cocaína¹⁶. Wanderley (2009) igualmente relata que a perda do peso relativo dos setores primários na geração de empregos foi um dos principais resultados da intensificação da migração campo-cidade, verificada na década de 1970. Se em 1976 aproximadamente 63% da população ocupada estava em atividades agropecuárias e mineiras, em 2006 essa cifra caiu para 41%.

Outra tendência verificada foi, por um lado, o crescimento do assalariamento da população e, de outro, a perda da capacidade combativa dos sindicatos. Embora durante os anos de regime militar o trabalho assalariados não estivesse generalizado no país, durante o período neoliberal esse quadro se ampliou. Em 1992, por exemplo, havia, na área urbana, 45% da população total ocupada e 61% das mulheres ocupadas não eram assalariadas. Em 2003, essa cifra ascende para 51%: 61% entre as trabalhadoras e 43% entre os trabalhadores. Com efeito, Kruse (2005) e Pabón e Montero (2003) alertam para o fato de que a modalidade de contratação eventual ou por

¹⁶ Langer (1999) acrescenta que quando o presidente Estenssoro abriu o país para o exterior, com a NPE, também tornou possível o crescimento do produto de exportação mais rentável do país, a cocaína. Embora não houvesse sido esse o resultado esperado pelo governante, é evidente que os dólares que entraram na economia boliviana ajudaram a suavizar os efeitos da NPE.

prazo definido se expandiu com a redução dos custos laborais indiretos e a redução dos salários dos trabalhadores não qualificados. Em outras palavras, o número de trabalhadores assalariados e não assalariados à margem dos marcos de proteção social, com baixas remunerações e sem perspectiva de desenvolvimento ocupacional ou profissional, expandiu-se.

Wanderley (2009) esclarece que a fragmentação das demandas dos trabalhadores decorrentes do novo processo político-econômico instalado gerou a redução da capacidade de mobilização da *Central Obrera Boliviana* (COB). Com isso, a perda da capacidade de negociação coletiva foi garantida por medidas como: (i) impossibilidade de formalização de sindicatos com menos de vinte trabalhadores; (ii) predomínio de acordos verbais e grande instabilidade do trabalho nas unidades micro e pequenas; (iii) tendência no aumento do pessoal externo e eventual nas médias e grandes empresas e sem filiação ao sindicato. Foi o fim da era de ouro da organização sindical na Bolívia e a perda de combatividade política histórica dos mineiros bolivianos¹⁷.

Concomitantemente à instabilidade social, política e econômica boliviana, na metade dos anos 1980, houve um aumento considerável da comunidade boliviana em países da América do Sul, como Argentina e Brasil, majoritariamente nas zonas urbanas desses países, mas também de outros, como Espanha e EUA. Para Guevara (2004), teve importância definitiva, nesse processo de êxodo, a crise econômica que assolou a Bolívia durante o Programa de Ajuste Estrutural, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e implementado pelo governo boliviano em setembro de 1985. Segundo Hirsch (2008), nessa ocasião, as demissões em massa levaram um amplo segmento da população a sair do país e, diferentemente dos imigrantes de origem rural e indígena, que até então haviam emigrado para a Argentina, esses novos atores provinham dos centros urbanos e tinham níveis de instrução mais elevados, optando por se estabelecer nas grandes cidades ou em suas periferias. É ao longo desse recorte temporal que a história da emigração boliviana se encontra com a do trabalho imigrante na costura paulista.

¹⁷ Sobre isso cf. Sanabria (1999).

1.2 O VÍNCULO ENTRE IMIGRAÇÃO E VESTUÁRIO

1.2.1 Os primórdios do trabalho imigrante no vestuário: o caso europeu e estadunidense

Embora as fábricas do vestuário e as pequenas oficinas de costura domiciliares estivessem presentes ao lado das chaminés da Revolução Industrial, o âmbito produtivo dessa indústria e, de forma conjunta, seus trabalhadores têm sido relegados ao esquecimento das análises históricas e sociológicas quando comparado à sua irmã, a indústria pesada (GREEN, 1997)¹⁸. Reduto do trabalho imigrante, no ano 1855, o vestuário já era, de longe, a maior indústria nova-iorquina, sendo responsável por 35% de todos os postos de trabalhos da manufatura local (STTOT, 1990). Em Paris, igualmente, a produção e o comércio de roupas empregava, em 1847, o maior número de trabalhadores da cidade (GREEN, 1997). No Brasil, não foi diferente: o vestuário e os imigrantes participaram decisivamente da expansão e da consolidação da maior região metropolitana do país, a Grande São Paulo, composta, atualmente, pela conurbação de aproximadamente quarenta municípios¹⁹.

A expansão da indústria do vestuário e o aumento da participação da força de trabalho imigrante nesse setor ocorreram paralelamente ao crescimento, até então sem precedentes, do consumo de mercadorias nos principais países capitalistas do mundo. Assim, a *necessidade de acumulação*, apoiada sobre a demanda da população urbana que inchava, fez com que, ao final do século, roupas, móveis e utensílios domésticos se tornassem itens de consumo em massa. Alguns passaram a chamar o século XIX de “o século da democratização das mercadorias” (GREEN, 1997). Esse foi o panorama histórico em que as vestimentas deixaram de ser feitas sob medida e por encomenda e passaram a ser produzidas para a venda a varejo.

De fato, a revolução da roupa “pronta para vestir” atendia à necessidade de roupas baratas do crescente contingente de trabalhadores urbanos e seus familiares. Vale destacar que alguns países da Europa Ocidental – de maneira mais acentuada Inglaterra e França –, assim como os EUA, passavam, no final do século XIX, por uma consolidação do deslocamento do modo de acumulação agropecuário-rural para o industrial-urbano. Nessa medida, roupas, assim como, alimentação e moradia baratas, significavam reduzir o custo de reprodução da força de trabalho

¹⁸ Aliás, vale mencionar que um dos maiores símbolos da virada tecnológica do século XVIII foi a máquina *Spinning Jenny*, do inglês James Hargreaves, idealizada e utilizada no interior da indústria têxtil.

¹⁹ No item seguinte, dedicar-nos-emos exclusivamente das especificidades da inserção da força de trabalho imigrante no mercado de trabalho brasileiro.

urbana que, associada ao elástico exército industrial de reserva das cidades, favoreceriam a acumulação de capital das empresas industriais e, conseqüentemente, a expansão do processo de industrialização desses países.

Como se pode prever, a emergência desse rearranjo social repercutiu decisivamente no *modo de fabricação* das roupas e no *padrão de consumo* das mesmas. Em primeiro lugar, e em relação à padronização do consumo, a metáfora presente na ilustração do programa da peça teatral de Israel Zangwill, *The melting pot: the great American drama*, de 1916, é reveladora e autoexplicativa. Nela, um grande vulto de imigrantes de diversas nacionalidades caminha em direção a um caldeirão que porta o emblema estadunidense. Conforme adentram, todos imigrantes se transfiguram em uma única e indistinta massa. A imagem exprime a “fundição” das diferenças culturais que ganhava terreno, naquele momento, nos EUA e em alguns países centrais do capitalismo. Fundição, aqui, não se encaixa na acepção de união democrática à qual se preserva as diferentes nacionalidades, costumes e que, portanto, respeita as individualidades; pelo contrário, o termo é usado no sentido de um derretimento explícito dessas características frente ao novo padrão sociocultural que emergia, diga-se de passagem, em conformidade com a padronização das linhas produtivas e o ganho advindo desse novo homem monomórfico quanto a seus gostos e moral. Nesse sentido, o caldeirão também representa as imposições sociais que, sem embargo, eram inflexionadas pelos interesses do capital. Toda eficácia da emergente homogeneidade cultural se revela a partir do âmbito simbólico, presente na uniformização do vestuário dos trabalhadores, estudantes e militares. Green (1997) revela que a revolução da roupa “pronta para vestir” teve uma função civilizatória²⁰: além de surgir a partir “dos de baixo”, a “democratização” das mercadorias implicou em uma missão de moralização das massas. A ideia vendida é a de que trabalhadores e pequenos burgueses – escravos na América do Sul, nativos das colônias francesas e imigrantes nos Estados Unidos – todos estavam sendo beneficiados pelo acesso que os novos padrões do vestuário geravam. Diz Green (1997, p. 77, tradução livre):

²⁰ Norbert Elias (2011), em sua obra maior, *O Processo Civilizador*, descreve o processo civilizador como mudanças na estrutura da personalidade – ou, se quisermos nomear, das estruturas psíquicas – que caminham em conjunto com a evolução dos costumes. Elias (2011) entende ainda que as alterações nos padrões de conduta (principalmente, do controle emocional), podem ser vistas, confirmadas de maneira sólida e descritas apropriadamente, por meio de uma pesquisa que contemplasse a história de longa duração, ou seja, de várias gerações, tendo em vista que, ao longo dos anos, os fenômenos sociais ganham forma e se tornam mais claros. Nesse sentido, as alterações advindas da padronização no consumo na direção das vestimentas prontas pra se vestir quando vista ao longo dos dois últimos séculos parecem confirmar esse processo civilizatório e seu respectivo componente moral envolvido.

Roupas prontas e baratas ajudaram a transformar “camponeses em franceses” e trabalhadores urbanos em respeitáveis andarilhos dominicais. Higienistas argumentaram que roupas novas eram mais salubres que as velhas, “expulsando os germes patogênicos de cada canto do corpo social”.

Dentre os entusiastas mais precipitados, chegou-se a afirmar que a promoção de roupas melhores ajudava a combater o alcoolismo e, portanto, auxiliava na moralização das massas (GREEN, 1997).

Em segundo lugar, e no que diz respeito às alterações na esfera produtiva, com o avanço tecnológico e a inserção das máquinas de costura no setor, os hábeis alfaiates – homens com anos de experiência e detentores do *savoir-faire* – paulatinamente perderam espaço frente aos trabalhadores desqualificados e mal remunerados que se amontoavam nas cidades. Embora continuassem a existir, as roupas feitas sob medida por alfaiates aos poucos se tornaram itens de luxo, cada vez mais restritas às franjas sociais abastadas. Isso posto, o padrão de demanda masculino foi alterado de maneira mais célere do que o feminino: a padronização do vestuário feminino se deu em um segundo momento, pois muitas mulheres costuravam suas próprias roupas e entre os homens, os uniformes militares, os uniformes fabris e o terno moderno (difundido no início do século XVIII e que teve sua origem já na corte do rei Carlos II, governante do trono inglês durante o século XVII) levaram a cabo essa tendência mais velozmente. Assim, se a divisão do trabalho não era algo propriamente novo na produção do vestuário, a padronização do consumo de roupas descrita exacerbou a tendência de adaptação do setor, de produção em massa e do desenvolvimento de técnicas produtivas que utilizavam linhas de montagens. No entanto, Belfer (1954) afirma que as técnicas de produção em larga escala só foram completamente bem sucedidas no setor nos momentos em que a tendência de consumo de roupas convergia para estilos simples e replicáveis²¹.

Terceiro, o advento das roupas *ready-to-wear* vieram acompanhadas da degradação do trabalho na costura, pois o preço da força de trabalho do setor se desvalorizou e as jornadas de trabalho se tornaram mais longas e extenuantes. De modo geral, esses efeitos perduram até os dias atuais²². Soyer (1999) aponta o surgimento de empreiteiros terceirizados pelos fabricantes –

²¹ Salvo em períodos de guerra, o vestuário não se caracteriza, historicamente, por ser uma indústria que reúne um grande número de trabalhadores numa mesma linha produtiva. A inserção de máquinas de costura e a padronização das roupas não significaram necessariamente um grande acréscimo no número de trabalhadores dividindo um mesmo local como ocorreu na indústria pesada.

²² Mais à frente, no capítulo 2, voltaremos a discutir, detalhadamente, a degradação das condições de trabalho no setor do vestuário contemporâneo, especialmente como esse processo ocorreu no Brasil.

que empregavam força de trabalho barata e desqualificada, possibilitado pela inserção das máquinas no setor do vestuário já no final do século XIX – como uma das principais causas do depreciação das condições de trabalhado na confecção²³. Os empreiteiros (também chamados de contratantes) assumiam a responsabilidade de contratar, equipar a força de trabalho e gerenciá-la; em troca, pagavam-lhe um preço fixo por cada unidade. Uma vez que esse preço geralmente era muito baixo, os empreiteiros operavam com uma margem de lucro baixíssima e pressionavam os custos do vestuário para baixo: “Por isso os baixos salários, longas horas, e espaços sujos e apertados comumente associados à fábrica exploradora” (SOYER, 1999, p. 37, tradução livre).

Em quarto lugar, o trabalho no vestuário se tornou, ao longo dos dois últimos séculos, um nicho para grupos de trabalhadores socialmente mais “vulneráveis” – especialmente *mulheres* e *imigrantes*²⁴. Ainda hoje, os imigrantes constituem grande parte da força de trabalho do vestuário, e é recorrente, por exemplo, encontrarmos empregadores e trabalhadores de mesma etnia. Na virada do século XIX, os judeus dos impérios Russo e Austro-Húngaro de língua iídiche dominavam a produção mundial do vestuário. Na Europa e nos EUA, por exemplo, eles tornaram-se a maioria dos donos e trabalhadores do vestuário. Os italianos ingressaram numerosamente nessa indústria a partir de 1890 e, similarmente aos judeus, passaram a ser reconhecidos por suas habilidades e disposição, tornando-se a segunda maior etnia do setor do vestuário nova-iorquino (SOYER, 1999; GREEN, 1997). Em Paris, Green (1997) aponta que, na virada do século XIX, os imigrantes alemães e belgas rivalizavam com os ingleses no topo da indústria do vestuário masculino; ao passo que poloneses, romenos e italianos, assim como os próprios franceses, contribuíram com sua experiência para o crescimento do setor feminino de roupas. Particularmente, na indústria de roupas prontas para usar, os imigrantes mais explorados

²³ A contratação de empreiteiros terceirizados na produção de roupas ganhou um novo impulso com o advento da globalização e das políticas neoliberais, sobretudo, nos anos 1980, mas sobre isso trataremos no capítulo seguinte.

²⁴ No entanto, apenas os últimos serão o foco deste trabalho. Todavia, vale destacar que o entrelaçamento entre a trajetória das mulheres e dos imigrantes no setor da costura é notável e inextricável. Obviamente, cada localidade e cada contexto histórico apresentam suas próprias especificidades; portanto, embora vinculadas, não é possível afirmar que as trajetórias desses dois grupos se deram mundialmente de maneira homogênea, nem tampouco que a relação entre “origem e gênero” sempre tenha sido, ou que seja contemporaneamente, amistosa: em Paris, origem e gênero, por vezes, colidiram, especialmente na fase inicial da revolução das roupas prontas. No período do entre guerras, o Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário Francês e o Sindicato Internacional das Mulheres Trabalhadoras do Vestuário (ILGWU) foram confrontados por trabalhadores do ramo de língua estrangeira. Tanto em Paris como em Nova York, em decorrência dos embates entre gênero e origem, seções inteiras compostas por trabalhadores imigrantes foram abolidas (GREEN, 1997).

eram aqueles sem qualificação: escravos, poloneses, russos e, especialmente, judeus, romenos, e turcos.

1.2.2 A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho paulista

No Brasil, de maneira equânime ao padrão internacional, a força de trabalho imigrante desempenhou papel significativo na indústria do vestuário a partir do final do século XIX. Todavia, divergindo do padrão europeu e estadunidense, dois fatores fundamentais ditaram as características da inserção imigrante no mercado de trabalho brasileiro e, por conseguinte, no setor do vestuário: a morosa transição do escravismo – vigente desde o século XVI – para o trabalho livre e o caráter tardio e periférico – mas nem por isso definido ou possibilitado inteiramente por fatores exógenos – do processo de industrialização nacional.

Cardoso (2010) assevera que a passagem do modo de produção escravista para o capitalista se deu no Brasil de modo *sui generis*, já que o advento do trabalho livre não foi coextensivo à formação de um mercado de força de trabalho tipicamente capitalista ou assalariado. Dito de outra forma, ao longo dos séculos, os escravos e seus descendentes libertados previamente à lei áurea – seja por meio de cartas de alforria, por serem filhos ilegítimos de brancos, doentes ou/e incapazes para o trabalho, escravos mineiros que conseguiam comprar suas alforrias, além daqueles que fugiam – ajudaram a compor uma população não envolvida, ao menos não diretamente, na economia escravista. Com o passar dos anos, essa população se avolumou e, em 1850, quando a lei Eusébio de Queiros proibiu o tráfico negreiro, o país contava com aproximadamente 8 milhões de pessoas e, destas, 2 milhões eram escravos. É interessante observarmos que 90% da população absoluta da época viviam no campo e que, não obstante o valor expressivo de cativos, 75% dos brasileiros não eram (ou não eram mais) escravos. Dessa maneira, esse grupo maior era “heterogêneo, mestiço, majoritariamente miserável, disperso pelo território nacional e afeito à migração constante em busca de meios de vida” e, devemos frisar, “não participava diretamente do setor dinâmico da economia, que então se deslocava para as lavouras de café de São Paulo” (CARDOSO, 2010, p.61).

Com efeito, em meados do século XIX a elite paulista já despontava como força política e social e não via no elemento nacional – miscigenado, livre e vivendo no campo – uma força de trabalho expropriável: “há muito ele [esse elemento] vivia em grande número, integrado à sociedade escravista em condições precárias (mas estáveis) de sobrevivência, não diretamente

associada à produção mercantil” (CARDOSO, 2010, p.61). Ademais, a combinação do preconceito racial e do desprezo pelo trabalhador livre nacional – tido pela elite paulista como pouco confiável, preguiçoso, um tipo que se satisfazia com pouco e, portanto, não suscetível aos incentivos pecuniários – igualmente se impunha à contratação dessa força de trabalho (CARDOSO, 2010). Costa (1999) descreve que o trabalho assalariado na grande lavoura era equiparável, em relação às condições em que era praticado, àquele executado pelos escravos; e, sendo assim, era enorme a dificuldade de submeter homens acostumados a plantar o suficiente para sobreviver aos poucos salários oferecidos pelos penosos trabalhos nas grandes fazendas.

Em síntese, era necessário encontrar quem substituísse a mão de obra escrava e formar um mercado de trabalho nacional, pois o fim do tráfico negreiro havia gerado escassez da força de trabalho escrava e praticamente renunciava o fim da escravidão. Além disso, não chegavam novos fluxos de escravos em terras brasileiras e o número de cativos homens era muito superior ao de mulheres na mesma situação, o que dificultava o aumento da população escrava nascida no país, provocando, conseqüentemente, um aumento na média de idade dos escravos. Oliveira (2013) aponta outro fator fundamental que tencionava os rumos da economia numa direção diferente daquela de então: o custo da reprodução do escravo era parte interna da produção e, assim, o escravismo colocava-se como entrave à industrialização nacional. Portanto, introduzir o assalariamento corresponderia a *expulsar o custo de reprodução do custo de produção*. Para Oliveira (2013), em oposição ao modelo clássico que defendia ser necessário absorver a periferia de relações de produção, o esquema para um país como o Brasil era, na verdade, criar a sua periferia. Desse modo, a crise das forças produtivas estava instalada e a inflexão econômica na direção do modelo agrário-rural-exportador, pautado pelas relações escravistas, havia entrado em xeque. A opção escolhida pela elite nacional, em associação com o poder público, para solucionar o “problema de mão de obra” foi incentivar a imigração internacional para o Brasil.

De fato, a promoção da imigração internacional já havia sido iniciada no sul do país, a partir da entrada de imigrantes alemães, com vistas a trazer pequenos proprietários para povoar as regiões sulistas. A partir do último quarto do século XIX, chegaram, anualmente, centenas de milhares de imigrantes espanhóis, portugueses e italianos: foi quando a imigração internacional para o Brasil atinge um novo patamar. A importância da lavoura cafeeira paulista nesse processo foi explícita, uma vez que, direta ou indiretamente, foi responsável pela vinda de 2,5 milhões de imigrantes para estado (ALVIM, 2000). O principal e mais citado fator de expulsão da população

européia no século XIX é a pobreza, que se alastrava no continente – e foi, por certo, o que levou muitos, como diz Boris Fausto (2000), a “Fazer a América”. Por outro lado, um dos principais fatores de atração da migração para o Brasil, nesse período, foi o trabalho nas fazendas cafeicultoras e a perspectiva de obter, ainda que posteriormente, uma pequena propriedade rural ou um negócio na cidade.

Dessa forma, uma grande soma dos imigrantes europeus e asiáticos que chegava ao Brasil na virada do século XIX desembarcava no porto de Santos, de onde eram transferidos para São Paulo. Uma vez na cidade, eles eram destinados à Hospedaria do Imigrante, localizada na Rua José Paulino, lugar em que permaneciam até serem encaminhados para as fazendas da região. Na ausência de empregos, aos poucos, muitos fixaram residência nas proximidades e foram absorvidos pelas indústrias de alimentos, bebidas, móveis, artigos de vidro e, principalmente, pela indústria têxtil que florescia nos bairros do Brás e do Bom Retiro (SILVA, 2012). Esses bairros tiveram um adensamento dos meios de transportes e o comércio – que fora impulsionado pela demanda de itens básicos provenientes do grande contingente populacional que ali se aglomerava – igualmente cresceu nessas cercanias. Como Silva (2012) salienta, a industrialização e imigração consolidaram o Brás e o Bom Retiro como bairros industriais e de residência de operários.

Nessa medida, vale dizer que, utilizando-se da força de trabalho predominantemente imigrante, a indústria do vestuário se estabeleceu no Brasil de forma robusta antes mesmo das principais indústrias pesadas nacionais²⁵. E isso não por acaso. Graças a sua enorme versatilidade, decorrente da reduzida demanda de capital e de força de trabalho qualificada, a

²⁵ A construção naval nacional somente tomaria corpo a partir da constituição de um parque industrial, na segunda metade do século XX, a partir do apoio e da proteção governamental, que passaria a fomentar grandes impulsos industrializantes. A construção naval ocorre no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) que cria o *Plano de Metas*, a partir do Relatório do Grupo Misto Cepal-BNDE. É um plano de cinco anos, com intenso envolvimento do setor público no estímulo direto e indireto a investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de capital (PASIN, 2002). A indústria automobilística tem seu nascimento apenas na segunda metade do século XX: “A data de início da implantação da indústria automobilística no Brasil é, geralmente, aceita como sendo 16 de junho de 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek assinou o Decreto 39.412, criando o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística). Antes disso, considera-se que havia apenas algumas empresas estrangeiras que então montavam seus produtos automotivos a partir de componentes, predominantemente, importados” (PAIVA, 2004, p.311). Ainda no século XX, a história do setor siderúrgico remonta a 1921, em Minas Gerais, com a criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, contando com a participação tanto do consórcio belgo-luxemburguês Arbed quanto de empresários locais que, em 1917, haviam fundado a Companhia Siderúrgica Mineira. “A entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946, em Volta Redonda (RJ), deu ao país a maior usina produtora de aço integrada a coque da América Latina. A CSN foi pioneira em produtos planos, em laminados a quente e a frio e em revestidos (como, por exemplo, chapas galvanizadas e folhas-de-flandres)” (ANDRADE; CUNHA, p.1).

indústria do vestuário se tornou uma espécie epítome do livre mercado capitalista: ela é uma das únicas indústrias encontradas em todas as partes do globo e, quase sempre, uma das primeiras indústrias a surgirem na história dos países. Nos países menos desenvolvidos, ela vem sendo tomada como vanguarda nos esforços de industrialização (BONACICH e APPELBAUM, 2000).

Passadas algumas décadas, mais precisamente no decorrer dos anos 1930, o Brasil passou por uma alteração na correlação de suas forças sociais internas, o que desencadeou, por sua vez, uma transição do *modo de regulação* vigente – isto é, do complexo formado pelas leis, normas, hábitos individuais e coletivos, direta ou indiretamente ligados à reprodução, que ditam as regras da relação capital-trabalho²⁶. A transição a que nos referimos aqui é a ascensão da hegemonia urbano-industrial em detrimento da agrário-rural, que impulsionou decisivamente a inserção da força do trabalho imigrante no setor industrial e, por consequência, no vestuário. Acerca dessa modificação no padrão de hegemonia do modo de regulação desse período, Oliveira (2013, p.35) é preciso:

[...] a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.

Poderíamos acrescentar à fala de Chico de Oliveira: a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno e, sobretudo, *as atividades das empresas industriais que, a partir dali, ganhariam forte impulso*. Perante esse fomento estatal, no sentido da acumulação do capital industrial, em especial àquele voltado ao mercado interno, as indústrias multiplicaram-se rapidamente e absorveram parte do recém-nascido mercado de trabalho brasileiro.

No entanto, o exército industrial de reserva, alimentado pelos fluxos migratórios transatlânticos, aumentava desproporcionalmente – quando comparado à capacidade de absorção das indústrias e dos comércios que surgiam nos centros urbanos –, o que provocou um agravamento da oposição entre trabalhadores “nacionais” e estrangeiros. Essa tensão ocorreu em várias regiões durante as primeiras décadas da República, especialmente no Rio de Janeiro, “onde foi forte o movimento dito ‘jacobino’ e frequentes os episódios chamados de ‘mata

²⁶ Cf. Lipietz (1986).

galegos', opondo violentamente trabalhadores brasileiros e portugueses" (SILVA e BARBOSA, 2006, p.34).

Em 1934, iniciar-se-ia a redução da imigração internacional para o Brasil:

[...] tendo em vista a proteção ao trabalhador nacional, em 1934 o governo federal estabeleceu um sistema de quotas para controlar a entrada de imigrantes. Estas quotas se aplicavam ao total de imigrantes oriundos de cada país fornecedor, sendo fixadas no valor de 2% do total da imigração proveniente de cada um destes países no período de 1884 a 1934. [...] A partir da década de 1930 a imigração perde sua relevância na determinação da taxa de crescimento da população brasileira, não só pelo decréscimo do número de imigrantes em termos absolutos, mas também e sobretudo pelo aumento muito forte do crescimento natural desta população, especialmente em meados do século (SILVA e BARBOSA, 2006, p.34-35).

De modo geral, os imigrantes que fizeram parte das ondas migratórias maciças para o Brasil e que tinham como objetivo engrossar o mercado de trabalho brasileiro, ao menos inicialmente, acabaram ocupando funções deterioradas, mal remuneradas e que implicavam em condições de vida abaixo do nível normal da própria reprodução da força de trabalho. Todavia, um equívoco comum ao se analisar as questões que envolvem a inserção imigrante na metrópole paulista diz respeito à situação de classe ocupada por esse grupo no início do século XX: o papel dos imigrantes é, majoritariamente, reduzido ao trabalho operário nos centros urbanos e ao colonato nas fazendas cafeicultoras. Como esses imigrantes eram, com efeito, superexplorados, não é raro encontrarmos aqueles que imaginam que a inserção estrutural desse grupo nas relações sociais de produção da época se restringiu somente a esses dois casos. Entretanto, a despeito das dificuldades recorrentes, muitos conseguiram ingressar no mundo empresarial. O censo de 1920 atesta que a maioria dos diferentes ramos do comércio de São Paulo estava nas mãos de imigrantes: 18.215 estabelecimentos contra 10.413 nas mãos nacionais. Na medida em que fatia importante do abastecimento da cidade de São Paulo era feita por grandes importadores (ALVIM, 2000), era comum que imigrantes que conseguiam juntar algum dinheiro, aproveitando-se de uma rede de relações locais estabelecidas, de similaridades culturais e linguísticas, abrissem negócios próximos à área de seu domicílio. Nesse sentido, os estudos de Bresser Pereira, de 1962, atestaram que ainda nessa data, 60,34% dos industriais de São Paulo eram italianos ou descendiam destes (ALVIM, 2000). Kontic (2007) afirma que os imigrantes trouxeram consigo um espírito empresarial moderno e agressivo, adequado ao célere processo de desenvolvimento econômico e urbano pelo qual passava o Brasil do pós-Primeira Guerra.

Em relação ao impacto desse novo empresariado e desse novo mercado consumidor paulistano, Kontic (2007) entende que a diversificação de costumes e a sofisticação de hábitos teriam sido positivos à oferta de bens de consumo não duráveis e teria, de fato, ajudado a gerar, no caso específico do vestuário, a matriz do primeiro empresariado de confecções. Esse empresariado teria surgido em meio à confluência de circunstâncias socioeconômicas favoráveis e ao rápido desenvolvimento da indústria têxtil e do vestuário. Assim, a urbanização teria criado, por um lado, um mercado de massa de produtos básicos, baratos e com baixas exigências de qualidade, mas também ampliado o potencial de produtos mais sofisticados de moda. O contexto local desse surgimento gravitaria em torno da disponibilidade abundante de força de trabalho já detentora de alguma experiência – pois algumas costureiras domiciliares haviam se estabelecido nos bairros centrais da cidade na virada do século XIX (SILVA, 2008) –, de uma indústria têxtil razoavelmente diversificada para os padrões mundiais de então e de um sistema de distribuição atacadista bem estabelecido, que fornecia a base de matérias primas e oferta de crédito, necessária para o início da atividade.

Ainda no âmbito específico da costura, esse empresariado ainda embrionário, mas visionário, teria se constituído a partir de imigrantes judeus que se instalaram na cidade no período que se seguiu a segunda guerra mundial. Kontic (2007, p.43-44) relata, acerca da comunidade judaica, que

Aliando perícias artesanais herdadas de suas profissões originárias, habilidades comerciais e senso de oportunidade em relação a uma demanda em crescimento, lançaram-se ao desenvolvimento de produtos mais dedicados. A concentração de sua moradia e negócios no bairro do Bom Retiro e sua conexão com a imigração judaica anterior à Segunda Grande Guerra, estabelecida no comércio varejista e atacadista de vestuário e calçados, viabilizou uma gama de produtos mais elaborados. Embora tenhamos destacado aqui o círculo de empresas orientadas ao mercado de moda feminina, é preciso ressaltar igualmente a importância de empresas desta comunidade dedicadas também aos primeiros movimentos de diferenciação de produto em outros segmentos como o esportivo, masculino e infantil.

Os anos finais da década de 1940 e os iniciais da de 1950 marcaram uma virada no padrão migratório europeu para a América: a migração transatlântica do velho para o novo mundo havia atingido seus valores mais baixos desde o começo das imigrações maciças para o continente americano. A partir daí, essa migração passou a ser quantitativamente menor e qualitativamente diferente: passou a ser dominada por trabalhadores qualificados e profissionais (KLEIN, 2000). Foi nesse contexto que o Brasil deixou de lado sua histórica vocação receptora. Poucos anos mais tarde, a redução migratória se acentuou ainda mais e, em 1964, atingiu um recorde:

[...] os poucos latino-americanos que entraram, remanescentes dos períodos autoritários (argentinos, chilenos e uruguaios), e mais algumas entradas dispersas de estrangeiros asiáticos ou de outras origens não tinham expressão estatística e nem pareciam constituir uma questão demográfica (PATARRA e BAENINGER, 1996, p.80).

Desse modo, em conformidade com o padrão migratório que havia ocorrido no Brasil até meados de 1970, a indústria do vestuário, em São Paulo, foi liderada pelos judeus e, posteriormente, essa liderança foi assumida por imigrantes coreanos que contratavam compatriotas em situação migratória irregular para trabalhar no “chão de fábrica” (KEUM, 1991). Todavia, tão logo a migração coreana diminuiu, a força de trabalho nordestina, em contrapartida, ganhou espaço. Tal tendência não se consolidou, pois, como eram brasileiros, muitos possuíam contrato formal de trabalho e recorriam à justiça do trabalho buscando seus direitos legais, principalmente por horas extras.

Já na década de 1980, a emergência de novas alterações nos fluxos migratórios externos brasileiros repercutiria decisivamente na indústria do vestuário paulistana: nesse momento o Brasil presenciou uma inversão de seu saldo migratório internacional, antes positivo e agora negativo. Ou seja, em conformidade com o que ocorria com outros países da América Latina, o número total de habitantes locais que buscaram o exterior superou o de migrantes que entraram no país. Ademais, agora, não eram mais os europeus e os asiáticos que, preponderantemente, migravam para o Brasil, mas sim os sul-americanos. No caso específico dos imigrantes que vinham para São Paulo, como iremos explorar detalhadamente mais a frente, a maioria se voltou para o trabalho na costura – o setor do vestuário brasileiro passava por uma reestruturação produtiva e as terceirizações se tornaram cada vez mais recorrentes. Com essas mudanças, as relações de trabalho e as formas de emprego na costura se degradaram e o setor já não atraía brasileiros que migravam de regiões mais pobres do país para a RMSP. Nessa medida, a indústria do vestuário recorreu, mais uma vez – como, aliás, havia acontecido anteriormente com os coreanos –, ao trabalho informal de imigrantes irregulares para manter sua competitividade. Em 1980, havia chegado a vez dos bolivianos.

1.3 AS REDES MIGRATÓRIAS BOLIVIANO-BRASILEIRAS

Estabelecidas, de um lado, as especificidades do contexto diaspórico da sociedade boliviana após a segunda metade do século XX e, de outro, as características históricas da inserção da força de trabalho imigrante no mercado de trabalho brasileiro – traçado a partir de

um recorte temporal mais extenso, que vai de fins do século XIX até o último quarto do século XX –, cabe, agora, apresentarmos o vínculo migratório mediador fundamental entre essas duas sociedades, que nos auxiliará a compreender a consolidação do trabalho imigrante boliviano na costura paulistana: referimo-nos às redes migratórias boliviano-brasileiras.

Segundo o *Censo de Poblacion y Vivienda*, de 2001, a Bolívia, possuía, então, 8.274.325 habitantes. Atualmente, estima-se que sejam mais de dez milhões. Conforme aponta Ávila (2007), baseando-se em informações do *Serviço Nacional de Migração*, existem registros oficiais de 1.400.000 bolivianos espalhados por todo o mundo, ou seja, aproximadamente 14% da população. No entanto, na medida em que muitas saídas ocorrem sem o conhecimento das autoridades nacionais, é possível que esse valor chegue a quase um quarto da população total do país. Para Nóbrega (2009), essa diáspora consolidou a Bolívia como um país exportador de força de trabalho, destinada tanto aos países do norte – Estados Unidos e Espanha –, como para outros do sul – Argentina, Chile e Brasil. No Brasil, especificamente, os arquivos históricos censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do CELADE (Centro Latino-Americano e Caribenhos de Demografia) apresentam a evolução da imigração boliviana para o Brasil: em 1938, primeiro registro de entrada de bolivianos, foi contabilizado 38 entradas e, no ano seguinte, apenas 40. Os registros posteriores continuariam inexpressivos até meados da década de 1980, quando foram totalizados 12.980 bolivianos residindo oficialmente no Brasil (XAVIER, 2010).

Hodiernamente, a presença boliviana existe em praticamente todos os estados brasileiros, porém esses imigrantes se concentram primordialmente em poucos lugares como os municípios fronteiriços de Guajará-Mirim (RO), Porto Velho (RO) e Corumbá (MS) e também em regiões metropolitanas do sudeste tais como Rio de Janeiro e São Paulo, a última contando com uma concentração superior (SOUCHAUD e BAENINGER, 2008). Segundo o censo demográfico do ano de 2000, existiam 20.388 bolivianos vivendo no Brasil. Não obstante, há um verdadeiro abismo entre valores oficiais e reais: para a Pastoral do Migrante e a Fundação Memorial da América Latina, no total, entre bolivianos residindo regularmente e irregularmente, seriam nos últimos anos de 200.000 a 250.000, em todo território brasileiro. A estimativa feita do número total de imigrantes da mesma nacionalidade residindo em São Paulo não é menos contraditória: para o Consulado Boliviano seriam entre 50 mil e 70 mil; para o Sindicato das Costureiras, mais de 80 mil; já para a Pastoral do Imigrante, mais de 100 mil; enquanto para o Ministério Público,

por sua vez, seriam, somente em São Paulo, quase 200 mil imigrantes. (CYMBALISTA e XAVIER, 2007; CACCIAMALI e AZEVEDO, 2006).

Contudo, a pergunta basilar continua: como se deu tamanha escalada migratória nas três últimas décadas? Acreditamos que a resposta a essa questão gravite em torno das redes migratórias que foram estabelecidas entre indivíduos dos dois países. A importância do estudo dessas redes se justifica na medida em que os fatos históricos, políticos, econômicos e sociais que tomaram curso na Bolívia, pós 1952, ainda que tenham sido decisivos para a migração massiva da população local, são insuficientes para se compreender *como* tal fluxo migratório atingiu a presente dimensão, sobretudo, para a cidade de São Paulo. Nesse sentido, a história da migração boliviana para o Brasil, quando focada nos vínculos fortes estabelecidos entre indivíduos envolvidos com o processo migratório espacialmente biancorado, fornecerá pistas importantes a esse respeito.

A primeira leva de imigrantes rumo ao Brasil foi, como aponta os estudos de Silva (1995, 1997, 2006), em decorrência do programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia, que previa o ingresso sem exames de admissão e a concessão de bolsas de estudo a estudantes bolivianos e brasileiros nas universidades dos dois países. Esse intercâmbio cultural possibilitou que inúmeros bolivianos estudassem em universidades brasileiras e que, mais tarde, se estabelecessem profissionalmente no país, após a conclusão de seus estudos (NOBREGA, 2009). Mario, imigrante boliviano, foi um desses pioneiros:

Em janeiro de 1951, Mario, oriundo de Cochabamba – cidade situada na região central da Bolívia –, desembarcava em Corumbá (MS), depois de uma longa viagem feita pelo trem que liga a cidade de Santa Cruz de la Sierra à fronteira brasileira, para depois seguir em direção ao seu destino final, a cidade do Rio de Janeiro. Lá ele se empenharia em conquistar o seu sonho, isto é, estudar engenharia mecânica pelo programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia (SILVA, 2006, p.157).

Bolivianos qualificados como Mario, que vieram no início da segunda metade do século XX, acabaram deitando raízes em solo brasileiro e foram, ao que tudo indica, os *pioneiros* da migração contemporânea para São Paulo.

As decisões contemporâneas de migrar são decisivamente afetadas por concentrações étnicas já estabelecidas por seus compatriotas no passado (PORTES e RUMBAUT, 2006). Nesse sentido, Preturlan (2012) argumenta que o estabelecimento das redes sociais, após a instalação de pioneiros, promove a redução dos custos migratórios e torna mais provável que os mais pobres optem pela migração. Isso se deve ao fato de que é recorrente que fluxos migratórios sejam *a*

priori iniciados por indivíduos e famílias de “classe média”, que permitem a expansão migratória para outros segmentos sociais (PORTES e RUMBAUT, 2006). Há indícios, segundo Patussi (2005), que parecem confirmar essa tendência nos atuais fluxos migratórios originários na Bolívia: a migração para os Estados Unidos e para a Europa costuma se dar entre aqueles de “classe média”, enquanto os mais pobres costumam emigrar para países próximos, principalmente Argentina e Brasil.

Com efeito, na medida em que migrar para além do universo cultural-simbólico ao qual se está familiarizado constitui um desafio, as *redes migratórias* têm sido uma das principais estratégias mobilizadas por aqueles que enfrentam as mais diversas dificuldades onde vivem e que buscam oportunidades em outras localidades. Sendo os laços interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes entre as áreas de origem e as de destino, por meio de vínculos familiares, de amizade, de senso de comunidade compartilhada e/ou de interesses comuns (MASSEY *et. al*, 1993), as redes migratórias, além dos evidentes aspectos financeiros, amortecem os impactos provenientes da diferenciação de conhecimentos, crenças, manifestações artísticas, idiomáticas, dos hábitos da nova sociedade, ainda, é claro, facilitam, fundamentalmente, os tramites da própria viagem e da recolocação no novo mercado de trabalho.

Uma vez desbravadas pelos pioneiros certas barreiras primárias à inserção na nova sociedade, esses precursores servem de arrimo aos imigrantes que virão, futuramente, engrossar novas áreas do mercado de trabalho e, porque não, extrapolar o âmbito econômico e atingir outros interstícios da vida social da sociedade receptora, até então possivelmente pouco ou não explorados – leia-se, aqui, manifestações culturais, simbólicas, sociais e políticas (a exemplo do que vem ocorrendo com a comunidade boliviana na sociedade paulistana nos dias atuais, como iremos explorar no capítulo 3). Nesse sentido, as redes migratórias servem de vínculos fortes de confiança e camaradagem, encorajando o ingresso no incerto que, aliás, já não é completamente desconhecido.

Nessa medida, não seria demais asseverarmos que as *redes migratórias*, na acepção supracitada, possuem correlação direta com consolidação dos *fluxos migratórios*, isto é, a simples entrada e a saída mais ou menos regular de determinados grupos em determinadas regiões. Para esclarecer ainda mais: a incidência de um deslocamento populacional frequente entre duas regiões – pouco importando se de via única ou de mão dupla (*fluxos migratórios*) – relaciona-se inextricavelmente com o rico e complexo universo de relações estabelecidas ao

longo do tempo entre pessoas de duas determinadas localidades, sejam elas indivíduos migrantes ou não migrantes (*redes migratórias*).

Nota-se que, ao invés de causa primária das migrações, as redes migratórias exercem influência positiva sobre os indivíduos ao decidirem se irão ou não migrar e para onde migrarão. Logo, a deliberação de migrar, recorrentemente, dá-se por um conjunto de fatores que se coadunam, isto é, múltiplas motivações provenientes da estrutura e da conjuntura macro e microsocial que cercam o ser e das expectativas criadas por ele com relação ao local ao qual se planeja migrar. Se tal modo, cada um desses fatores exerce preponderância divergente, conforme o caso analisado²⁷, assim como as redes sociais que, na medida em que agem como instrumentos facilitadores, pesam favoravelmente na decisão de se migrar. Entre as causas mais comuns de ampla abrangência se destacam: a privação de terras, desemprego, baixa remuneração e condições de trabalho degradantes, crises econômicas agudas, perseguições políticas, étnicas ou religiosas, guerras e desastres naturais. Já entre as principais motivações de âmbito restrito figuram: problemas conjugais, ímpeto de conseguir empregos que possibilitem juntar algum dinheiro ou que sejam profissionalmente promissores.

A esse respeito, Silva (2006, p. 157) afirma que “quem migra leva consigo sonhos de uma vida melhor para si e suas famílias, de obter sucesso econômico rápido e de regressar vitorioso, o quanto antes, à sua terra natal”. Ademais,

[...] a decisão de emigrar está sempre ancorada em ideias positivas que são construídas sobre o lugar de destino, as quais são veiculadas, em geral, pela imprensa, ou ainda pelos agenciadores de imigrantes no local de partida. Entre as imagens mais recorrentes, temos aquelas que já fazem parte de um imaginário mais amplo, presente entre os hispano-americanos, que veem o Brasil como o país do futebol, do samba, de belas praias, de natureza exuberante, das mulatas, das oportunidades de emprego, entre outras (SILVA, 2006, p.57).

Contudo, a realidade vivida pelos imigrantes na costura paulistana é, em certos casos, distinta daquela apresentada pelos agenciadores e/ou, até mesmo, imaginada por eles mesmos. Em geral, esses trabalhadores adentram as fronteiras brasileiras, predominantemente, por Corumbá e Foz do Iguaçu. Ao chegarem ao Brasil, muitos já possuem previsão de emprego e são encaminhados diretamente às oficinas, onde, dali em diante, trabalham, alimentam-se e dormem. Rapidamente, o conjecturado “eldorado verde-amarelo” cede lugar a uma realidade pouco

²⁷ Isso não implica em dizer que a decisão de migrar não possa ser, em alguns casos, fruto de um vetor isolado. No entanto, ainda assim, a escolha do destino pressupõe um segundo fator a ser levando em conta.

atraente: como a maioria destes trabalhadores não possui contrato formal de trabalho, “as relações entre os costureiros das oficinas de confecção e o empregador muitas vezes podem ser caracterizadas como familiares ou de compadrio, estabelecendo-se e evoluindo em uma condição ambígua de fidelidade e de sobreexploração” (CACCIAMALI e AZEVEDO, 2006, p.137).

A pesquisa de campo que realizamos em algumas cidades bolivianas²⁸ apontaram alguns fatos interessantes. A cidade de Santa Cruz de la Sierra passa por um momento de forte expansão econômica e urbanística, o que tem estimulando o regresso de migrantes bolivianos, sejam aqueles vivendo no Brasil, Argentina, EUA ou Europa. Esse foi o caso de Ronaldo, *cruceño*²⁹, 32 anos, com quem conversamos na cidade, que migrou para a Espanha com outros sete irmãos e que trabalhou por lá por 12 anos como ajudante de cozinha. Há três anos, após ter juntado algum dinheiro, Ronaldo voltou para Santa Cruz e abriu seu próprio bar-restaurant, localizado às margens do mercado La Ramada, e se diz satisfeito com as oportunidades que sua cidade atualmente lhe propicia. Na rodoviária da cidade, a oferta de ônibus que se dirigem para a pequena cidade fronteiriça de Puerto Quijarro demonstra a ainda atual importância do intercâmbio econômico entre a região central da Bolívia e o estado brasileiro do Mato Grosso do Sul. Ali não constatamos um fluxo expressivo de imigrantes se dirigindo, mesmo que num segundo momento, para as grandes regiões metropolitanas do sudeste brasileiro. Em El Alto, em contrapartida, cidade conurbada à La Paz e que, portanto, localiza-se no altiplano boliviano, é possível encontrar, nas cercanias da Avenida 6 de Marzo e da Avenida Heroes, próximo ao Km 7, junto ao Aeroporto Internacional e ao terminal rodoviário da cidade, estabelecimentos que vendem pacotes de serviços que incluem empregos em São Paulo (dentre eles, a maioria na costura), moradia (normalmente no próprio ambiente de trabalho), viagem e regularização de documentos. Tal fato vai ao encontro da hipótese de Xavier (2009): El Alto cresceu, sobretudo, em função da redistribuição populacional interna boliviana e continua servindo de exército industrial de reserva tanto para outras regiões do próprio país quanto para fora dele, onde, entre outros destinos, encontra-se o Brasil.

²⁸ Nossa pesquisa foi realizada nas cidades de Santa Cruz de la Sierra, Sucre, Potossí, Uyuni, Oruro, La Paz e El Alto, entre os meses de outubro e novembro de 2013, e se deu por meio de entrevistas livres e pesquisa exploratória em mercados locais, rodoviárias e demais pontos escolhidos conforme achamos necessário.

²⁹ Termo em espanhol que designa aquele que nasce em Santa Cruz de la Sierra. Em português seria algo como “cruzenho”.

No Brasil, esses vínculos são fortalecidos e outros são feitos. Em São Paulo, por exemplo, a Praça Kantuta e a Feira da Rua Coimbra, além de reunirem, aos domingos, milhares imigrantes bolivianos e servir de espaço de sociabilidade – contando com manifestações culturais, de vendas de roupas e artesanatos andinos, feira gastronômica –, são também pontos centrais de trabalhadores da costura que buscam novo emprego e de empregadores do ramo que procuram mão de obra para suas oficinas.

Em síntese, a compreensão da entrada dos imigrantes bolivianos no ramo do vestuário paulista, na década de 1980, remete-nos às redes sociais mantidas entre aqueles que viviam no Brasil e na Bolívia e que foram responsáveis por: *a)* alimentar as informações que circulavam no interior das redes migratórias boliviano-brasileiras; *b)* agenciar empregos na capital paulista, em um momento em que o setor da costura passava por um processo de reestruturação produtiva e demandava uma força de trabalho como a do imigrante irregular, posto que este atendia exatamente às necessidades das numericamente crescentes das pequenas oficinas de confecção terceirizadas (como, aliás, detalharemos de forma mais extensa no capítulo posterior); *c)* baratear os custos de viagens; e *d)* minimizar os choques culturais.

1.4 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS ACERCA DA MIGRAÇÃO LABORAL INTERNACIONAL

As profundas modificações ocorridas mundialmente, nas décadas recentes, na circulação de capitais, pessoas e informações, nos processos de trabalho, nos padrões de consumo e no papel do Estado enquanto mantenedor do bem estar social, reimpuseram o desafio de se investigar o fenômeno migratório. Assim, na tentativa de dar conta de analisar as migrações contemporâneas, levando-se em conta esse panorama que repercutiu decisivamente no capitalismo e, por consequência, no desenvolvimento histórico e geopolítico mundial, diversas teorias emergiram e, embora praticamente todas aqui abordadas concordem com a importância do trabalho migrante nas economias e sociedades ao redor do globo, muitas divergem entre si acerca de qual seria o impulso fundamental motivador dos fluxos migratórios.

Herbert Klein (1999), ainda que não desconsidere os fatores modernos de atração para a formação dos fluxos migratórios, acredita que a mola propulsora essencial estaria no interior das sociedades de origem. Isso porque, de acordo com Klein (1999), a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas e, tampouco, suas comunidades. Assim, se pudessem escolher –

com exceção de uns poucos que anseiam mudanças e aventuras –, eles permaneceriam em suas terras natais. Nesse sentido, as pessoas seriam impelidas a migrar por conta da insuficiência dos meios tradicionais de suas comunidades de lhes garantir a subsistência. Em suas palavras: “na maioria dos casos, não logram permanecer no local [onde já vivem] porque não têm como alimentar-se a si próprias nem a seus filhos” (KLEIN, 1999, p. 13). Aqui, as migrações, em sua maioria, decorreriam da falta de escolha de não migrar, engendrada pela precariedade das condições de vida. Em outros casos, mais restritos, os fluxos migratórios se dariam por conta de perseguições culturais e religiosas.

Outra perspectiva é apresentada por Alejandro Portes (1997) ao buscar as razões migratórias, sobretudo, nos países receptores. Como Klein (1999), Portes (1997) entende que os imigrantes buscam as nações mais ricas menos porque eles querem de fato do que porque seja necessário. Contudo, diferentemente daquele, Portes (1997) acredita que a opinião pública nos países avançados tem sido condicionada a pensar que a imigração contemporânea decorre da busca desesperada dos povos do Terceiro Mundo, que escapam da pobreza. Em sua opinião, na verdade, nem “o mais pobre dos migrantes pobres” migraria baseando-se por cálculos individualistas de vantagens e desvantagens. A gênese do que Portes (1997) nomeia comunidades “transnacionais” – definidas enquanto relações sociais multiancoradas, que ligam países de origem ao de estabelecimento por meio de imigrantes, amigos e parentes – estaria atada à própria lógica capitalista, manifesta nas necessidades e interesses dos investidores e empregadores dos países “avançados”. Dessa maneira, as migrações contemporâneas, diferentes daquelas do início do século XX, seriam movidas não pela debilidade das condições de vida nos países de origem migratória, mas por duas forças gêmeas: as necessidades de trabalho das economias do Primeiro Mundo, em especial a necessidade de novos suprimentos de trabalho com baixos salários; e, em segundo lugar, a penetração de investimentos produtivos, de padrões de consumo e da cultura popular das sociedades “avançadas” nos países periféricos.

Manuel Castells (2011), por outro lado, considera as migrações a partir de um terceiro foco teórico: o da tecnologia da informação e como ela promove uma sociedade em rede de alcance global, onde o espaço dos fluxos de informações, tecnologias e finanças substituem os espaços do enraizamento do trabalho industrial, da fixidade das vidas rurais e urbanas que acaba por dividir a sociedade em lugares e pessoas poderosas e lugares e pessoas sem poder (BURAWOY, 2000). Dito isso, em *The informational City*, Castells (1989) vincula as origens da migração

internacional não à bifurcação dos mercados de trabalho no interior de economias nacionais particulares, centrais ou periféricas, mas à própria estrutura desenvolvida e expandida pelo mercado de trabalho desde o século XVI (MASSEY *et. al*, 1993). Assim, a força de trabalho e, conseqüentemente, a migração laboral – apoiando-se sobre redes de conectividades estabelecidas entre as sociedades que oferecem maiores possibilidades para a expansão migratória – gravitariam em torno das oportunidades de trabalho (CASTELLS, 2011). Todavia, a real importância da migração contemporânea voltada ao trabalho se restringiria, nessa chave de análise, a uma fração minúscula da força de trabalho, composta de profissionais com a mais alta especialização³⁰ que se movimenta entre os nós das redes globais que controlam o planeta. Somente esses poucos imigrantes comporiam um mercado de trabalho verdadeiramente global – não havendo, desse modo, um mercado de trabalho único ligando trabalhadores ordinários de todas as partes do mundo. Sua afirmação a esse respeito é clara e categórica: a migração é normalmente considerada um fenômeno bem mais difuso do que realmente é e, sendo assim, é empiricamente incorreta e analiticamente enganosa a declaração de que há uma força de trabalho global³¹, pois, em 1993, apenas 1,5% dos trabalhadores mundiais (isto é, oitenta milhões de pessoas) trabalhavam fora de seu país, e metade destes concentrava-se no Oriente Médio e na África subsaariana³². Os profissionais extremamente qualificados aos quais se refere não chegam às dezenas de milhares, logo, para o sociólogo espanhol, não há, e nem haverá em um futuro previsível, um mercado de trabalho global unificado³³. Ademais, para efeitos práticos, segundo Castells (2011, p.300), “mais importantes para os movimentos de pessoas são os deslocamentos populacionais maciços em razão de guerras e fome”.

³⁰ Normalmente, trabalhadores das áreas de P&D (pesquisa e desenvolvimento), engenharia de ponta, administração financeira, serviços empresariais avançados e entretenimento (CASTELLS, 2011).

³¹ A esse respeito cf. Castells (2011), especificamente, o item intitulado *Há uma força de trabalho global?*.

³² Segundo informe da OIT, esse número havia subido para 105 milhões, em 2010, o que, em termos percentuais, se comparado à população mundial de 2010 – 6,9 bilhões –, pouco (ou nada) se altera em relação ao cenário descrito por Castells (2011), em 1993, quando a população mundial era de aproximadamente 5,5 bilhões. Dados disponíveis em http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_125324/lang--en/index.htm. Acessado em: 20/11/2013.

³³ Embora não haja um mercado global unificado e, conseqüentemente, não exista uma força de trabalho global, há, na verdade, de acordo com Castells (2011, p. 304), “interdependência global da força de trabalho na economia informacional. Essa interdependência caracteriza-se pela segmentação hierárquica da mão de obra não entre países, mas entre fronteiras. [...] Esse modelo não é consequência inevitável do paradigma informacional, mas o resultado de uma opção econômica e política feita por governos e empresas, escolhendo a ‘via baixa’ o processo de transição para a nova economia informacional, principalmente com a utilização dos aumentos de produtividade para lucratividade a curto prazo”.

Apresentadas essas três diferentes interpretações que, no presente trabalho, ajudaram a discutir o fenômeno migratório laboral, devemos, agora, posicionarmo-nos criticamente acerca de alguns pontos específicos das mesmas. Inicialmente, distintamente de Klein (1999) – que atribui as razões dos fluxos migratórios às circunstâncias encontradas no âmago das sociedades de origem dos fluxos migratórios – e de Portes (1997) – que se volta para o sentido oposto, isto é, sobretudo para as sociedades receptoras –, acreditamos que, recorrentemente, o ato de migrar se dê por um conjunto de fatores que se coadunam, ou seja, em decorrência da interação de múltiplas motivações provenientes da inserção dos agentes em determinada estrutura social e em uma específica conjuntura macro e micro social que os cerca e que, dependendo do caso investigado, podem ou não exercer preponderância umas sobre as outras³⁴. Acreditamos ser impossível determinar uma causa única, preponderante, que seja comum a todos os fluxos migratórios. No entanto, podemos afirmar com certo grau de certeza que, a partir do momento em que fatores estruturais e/ou macro conjunturais provenientes das regiões de origem ou das regiões de chegada prevalecem, num determinado momento histórico, sobre motivações pessoais, estabelecem-se os fluxos migratórios. Isso equivale a dizer que a migração motivada por fatores individuais existe, mas que tais fatores são insuficientes para justificar um considerável e relativamente constante deslocamento populacional de uma região “a” para uma região “b”. Logo, são apenas os vetores macro (quaisquer que sejam eles: sociais, políticos, econômicos, naturais etc.) os genuínos responsáveis pelo estabelecimento de fluxos migratórios.

À vista disso, como Klein (1999) entendemos que as secas, os desastres naturais, a escassez de terras, a fome e o desemprego são poderosos agentes de expulsão, porém não hierarquizamos tais questões acima da atração que certa sociedade possa exercer via oportunidades empregatícias, acesso à saúde e educação, segurança e seguridade social. O exemplo dos *decasségus* brasileiros que migram para o Japão ilustra tal fato. A palavra japonesa *decasségui* significa trabalhar fora de casa. Antigamente, no Japão, referia-se aos trabalhadores que, nos invernos rigorosos, interrompiam suas produções agrícolas e se deslocavam temporariamente para outras regiões mais prósperas, particularmente aquelas localizadas no norte e nordeste do país. Atualmente, o mesmo termo é utilizado para designar os descendentes de japoneses ou *nikkeis* (todos os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão, não se

³⁴ Isso não implica em dizer que a decisão de migrar não possa ser, em alguns casos, fruto de um vetor isolado. No entanto, ainda assim, a escolha do destino pressupõe um segundo fator a ser levando em conta.

restringindo apenas aos brasileiros) “que vão trabalhar no Japão, a princípio temporariamente, em busca de melhores ganhos salariais, executando trabalhos de baixa qualificação” (SASAKI, 2000, p.4). A razão pela qual os *decasségus* brasileiros migraram massivamente, na década de 1990, para o Japão não foi a miséria social, a fome, o desemprego massivo ou tampouco qualquer elemento encontrado no Brasil, isto é, não foi por conta de fatores encontrados no interior da nação originária. Laura Ueno (2008, p.16-17), nesse sentido, é clara:

[...] um brasileiro economiza no Japão cerca de 20 mil dólares por ano, que pode ser quatro ou cinco vezes seu salário anual no Brasil. Há um fator racional no processo de decisão da partida para o Japão, que apesar dos sacrifícios e das dificuldades envolvidas, é vista como oportunidade econômica que não pode ser perdida. [...] foi o status socioeconômico relativamente alto dos nipo-brasileiros que favoreceu sua migração para o Japão. [...] [Essas pessoas] são frequentemente motivadas a migrar não a partir de um nível de privação econômica absoluta, mas de uma privação relativa, baseada na discrepância entre as expectativas e a realidade econômica.

Agora, quanto à abordagem de Portes (1997), por certo que a dinâmica da expansão capitalista, posta em movimento principalmente pelos interesses e necessidades dos investidores dos países centrais, favorece a migração laboral, como também a formação das comunidades transacionais. Porém, os estudos de Ratha e Shaw (2007), a respeito das migrações bilaterais, dão conta de esclarecer que a capacidade dos países capitalistas centrais de engendrar longos deslocamentos humanos, embora importante, não deve ser superdimensionada. Em sentido oposto ao que convencionalmente se imagina, a migração sul-sul é quase tão robusta quanto a migração sul-norte: por volta 74 milhões de pessoas, ou quase metade de todos os imigrantes de países em desenvolvimento, residem em outros países em desenvolvimento; acresce-se a isso o fato de que quase 80% das migrações sul-sul são estimadas para ocorrerem entre países com fronteiras contíguas e a maioria entre países com relativamente pequenas diferenças de renda³⁵.

Por fim, Castells (2011), ao se esmerar em estabelecer as bases que possibilitam elucidar a dinâmica econômica e social global que emergiu em meio aos céleres fluxos e trocas de informações e de capitais, nos traz importantes contribuições – acima de tudo quando expõe que

³⁵ Contudo, apesar da proximidade ser importante para a modelagem das migrações sul-sul e sul-norte, grandes diferenças salariais podem encorajar migrações a distâncias maiores e é, sem dúvida, um dos maiores atrativos da migração sul-norte. A dupla de pesquisadores revela que: “Estimates of South-South remittances range from 9 to 30 percent of ‘developing countries’ remittance receipts, or between \$18 billion and \$55 billion in 2005, depending on the allocation rule chosen to estimate bilateral flows – the estimate is high when the allocation rule is based on migrant stocks, but low when it is based on migrant incomes (which tend to be higher in the North). These estimates are based on officially recorded remittances of \$188 billion to the South in 2005 – the amounts would be higher if flows through informal channels were taken into account” (RATHA e SHAW, 2007, p.3).

a maior parte da força de trabalho, ainda que não circule nas redes e, por conseguinte, não se desloque por entre as fronteiras internacionais, é dependente, mesmo que de forma indireta, da evolução e do comportamento dos segmentos conectados às redes. O resultado, diz ele, “é um processo de interdependência hierárquica, segmentada da força de trabalho, sob o impulso dos contínuos movimentos das empresas nos circuitos de sua rede global” (CASTELLS, 2011, p.301). Destarte, tanto os empregos no norte como no sul seriam impactados pela dinâmica global do trabalho. No entanto, o ápice de sua investigação também expõe, paradoxalmente, a nosso ver, sua maior debilidade analítica quando abarca as questões migratórias: se é, com efeito, incorreto afirmar que há um mercado de trabalho global, também o é inferir que somente exista um mercado de trabalho global para a diminuta franja de trabalhadores superqualificados e que, dessa forma, neles residam a fundamental importância dos movimentos migratórios internacionais. Isso porque acreditamos que o papel das migrações por baixo é tão essencial para a sustentação das redes globais, ainda de modo indireto, quanto a migração dos “supertalentos” (termo cunhado por Castells) que ocupam posições estratégicas nas multinacionais. Há nichos locais no interior dos mercados de trabalho nacionais que dependem de um tipo particular de mão de obra, especialmente a de imigrantes pobres, quase sempre em condição migratória irregular, para engrossar suas cadeias produtivas. Essa força de trabalho foi, e ainda é, por exemplo, vital para viabilidade da reestruturação produtiva de certos setores³⁶, para abrandar os efeitos (sob o ponto de vista das grandes empresas) da queda da taxa de lucro via alargamento da exploração direta da força de trabalho, como também para a diminuição de gastos com direitos e garantias trabalhistas. Nesse sentido, a análise de Castells parte do todo, mas quando eleva a teoria da sociedade informacional acima do movimento do capital, irremediavelmente acaba se perdendo na particularidade: se os profissionais da área de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), com a ajuda das inovações tecnológicas, auxiliam na aceleração da rotação e da acumulação praticamente sem limite de capitais, a partir de outra perspectiva, são majoritariamente os trabalhadores migrantes pouco ou desqualificados, empregados no interior das micro e pequenas empresas, comumente no âmbito das terceirizadas ligadas explicitamente ou de forma oculta às superempresas, os verdadeiros produtores da mais valia que será, ao longo

³⁶ Dentre eles figura a costura paulista.

do processo do capital, captado pelas grandes empresas multinacionais e de seus conglomerados³⁷.

³⁷ Essa perspectiva se tornará mais clara quando, no capítulo seguinte, demonstramos a cadeia do vestuário nacional e internacional e a maneira específica como se insere o trabalhador migrante pouco qualificado. Nesse próximo capítulo, por exemplo, dimensionaremos o vínculo das grandes empresas com os trabalhadores do chão de fábrica da costura.

2. OS IMIGRANTES BOLIVIANOS E O TRABALHO EM CONFECCÃO

A indústria da confecção paulistana é um setor que desde que o início do século passado tradicionalmente abrigou migrantes nacionais e estrangeiros entre o corpo de seus trabalhadores. Kontic (2001, 2007) descreve que a instalação dessa indústria nos bairros operários da cidade de São Paulo, no Brás e Bom Retiro, remonta ao início da década de 1930, quando, então, as costureiras da zona leste compunham a principal parcela da força de trabalho da confecção.

Ao longo dos anos subsequentes, as características dos trabalhadores da confecção foram se modificando. A força de trabalho feminina, inicialmente predominante, aos poucos foi sendo substituída pela de imigrantes. Silva (2008a) explica que, dentre os migrantes que trabalham na costura, a questão de gênero não se impõe com grande vigor, havendo até mesmo um predomínio de homens entre os mesmos³⁸. Dissemos que houve uma sucessão entre imigrantes de diferentes nacionalidades na dominação do ramo da costura na RMSP: até 1970, judeus; os coreanos dominaram até meados da década de 1980; e, logo após, vieram os sul-americanos.

Tendo isso em vista, a inserção específica dos imigrantes sul-americanos na indústria da confecção paulistana – e, dentre eles, destacaram-se numericamente os bolivianos – ocorreu no momento em que essa passava por um processo de reestruturação produtiva (SILVA, 2008a; SILVA, 1995, 1997; NOBREGA, 2009; KONTIC, 2001; KEUM, 1991). Sabe-se que em momentos de crise econômica, como a que se abateu sobre as economias centrais ao longo dos anos 1970, a necessidade permanente das empresas inseridas no sistema capitalista de encontrar respostas para conter a baixa da taxa de lucro é exacerbada (MARX, 1984; CHESNAIS, 2006). Harvey (1999) afirma, a esse respeito, que essa resposta teria vindo através do combate à rigidez dos investimentos. Por sua vez, a indústria da confecção brasileira não ficou à margem do novo padrão de acumulação do capital que se estabelecia globalmente, ainda que as suas modificações mais proeminentes tenham se dado nas décadas posteriores. Nessa medida, a trajetória histórica dos imigrantes bolivianos no setor têxtil de São Paulo é reveladora.

Embora as condições de trabalho no interior das confecções não tenham sofrido grandes transformações – uma vez que a existência dos *sweatshops* acompanhe o próprio surgimento

³⁸ Para uma leitura mais detalhada a respeito da situação das mulheres nas cadeias do vestuário nas grandes centros urbanos brasileiros, cf.: Abreu (1986), Abreu e Sorj (1993), Amorin (2003), Leite (2004).

dessa indústria nas diferentes partes do mundo³⁹ –, as formas de emprego e a dinâmica do mercado de trabalho foram profundamente alteradas. Quando a economia brasileira, sob os ditames das políticas neoliberais, abriu-se ao mercado internacional, a afamada competitividade da costura ganhou nova proporção – e, nesse cenário, os imigrantes bolivianos já possuíam, ao lado dos imigrantes coreanos, posição central na costura paulistana. Tais imigrantes, instalados nos arredores da região central da cidade, apoiaram-se sobre um tecido socioeconômico construído com base em uma rede de competências e conhecimentos sóciotécnicos para levar a cabo a reconfiguração da costura. Na medida em que as competências e os conhecimentos sóciotécnicos possuíam uma forte ligação com as comunidades de migrantes territorialmente situadas na cidade, pôde-se criar uma rede de sociabilidade que permitiu disseminar competências ligadas à produção e por onde circularam as informações sobre tendências, contatos com fornecedores e a manutenção de nichos de mercado, como aponta Kontic (2001).

Ao invés da formação de grandes firmas que almejam conter a pressão da competição por meio da formação de cartéis, trustes e similares – como comumente com se dá com as empresas mais robustas inseridas no sistema capitalista (BURAWOY, 1985) –, o que se viu, no âmbito da produção do vestuário da cidade, foi uma organização ao redor de um circuito de pequenas de oficinas, constituídas informalmente, entre a vizinhança dos bairros das antigas costureiras, graças à mobilização de uma rede de contratação ilegal de imigrantes, engendrada pelos mesmos. Assim, embora os donos das confecções provavelmente não adotassem o expressão, a meta se tornou flexibilizar. E flexibilizar correspondeu a pulverizar a produção em pequenos lócus

³⁹ Em *Sweatshop: the history of American Idea*, Laura Hapke (2004) relata que, antes mesmo da Revolução Industrial, a palavra *sweater* já havia sido incorporada pela língua inglesa para descrever "aquele que trabalha duro" – um alfaiate, por exemplo, que trabalha em casa por horas a fio para um empregador. Esse grande contingente de trabalhadores têxteis veio para a cidade durante a Revolução Industrial e se tornaram parte do *sweating system* (literalmente, no português, sistema de transpiração). Foram eles que inspiraram obras consideradas divisoras de águas, como *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels (2008), escrita em 1844. Cinco anos mais tarde, eclodiriam os debates do escritor inglês Charles Kingslyes sobre o *sweated work* (trabalho suado) na produção industrial – cf. *Cheap Clothes and Nasty*. De acordo com Todd Pugatch (1998), Engels teria sido o primeiro escritor a fazer com que a situação dos trabalhadores no interior da indústria têxtil inglesa ganhasse notoriedade, enquanto Charles Kingslyes foi quem propôs a definição oficial para o termo *sweating*, que, mais tarde, daria origem a expressão *sweatshop* (oficinas de suor). Para Kingslye (*apud* PUGATCH, 1998), o *sweating system* seria um remanescente do sistema produtivo que antecedeu o sistema fabril daquela época (metade do século XIX), quando a indústria praticava, principalmente, o “preço pago pela peça” em pequenas oficinas ou domicílios dos trabalhadores. Mais tarde, em 1988, a Câmara dos Lordes conduziu uma investigação nas *sweatshops* inglesas e instituiu sua própria interpretação para o *sweating*: “embora não se possa atribuir o significado exato de *sweating*, os males que se vinculam a essa prática são [...]: 1) salários demasiadamente baixos; 2) excessivas horas de trabalho; 3) o estado insalubre das casas em que o trabalho é realizado.” (tradução livre). No entanto, para efeitos práticos, adotaremos aqui a definição proposta por Bonacich e Appelbaum (2000), que diz que *sweatshops* são, resumidamente, oficinas de trabalho intensivo que desrespeitam as diversas leis trabalhistas.

produtivos, aumentar ou reduzir o número de trabalhadores (de acordo com o volume de encomendas recebidas) e, dessa maneira, responder rapidamente às flutuações do mercado e da moda. Criadas e negociadas em condições irregulares, isto é, nas teias do mercado informal, da subcontratação, e em certos casos, da ilegalidade, as oficinas da confecção foram assumindo a configuração que ora apresentam⁴⁰.

Dito isso, trabalhamos aqui com a hipótese central de que, para além da abertura do mercado brasileiro para o exterior, a conformação atual das oficinas de costura de São Paulo e as consequentes condições de trabalho degradantes dos envolvidos em sua linha produtiva – e nosso foco, aqui, são os bolivianos – estão diretamente ligadas à estrutura que a cadeia do vestuário brasileira, da produção de roupas à venda nos varejos, assumiu nos últimos decênios. Se, como havíamos dito, o pequeno capital é predominante entre as empresas ligadas à produção, o mesmo não se pode dizer em relação às empresas vinculadas à venda de roupas que, de fato, sobrepõem-se a todos os elos da cadeia que a precedem. Pode-se dizer que a cadeia do vestuário paulistana segue uma evolução similar àquela descrita por Bonacich e Appelbaum (2000) que tomou lugar nos Estados Unidos no começo da década de 1970. Os autores relatam que naquele país, entre os anos de 1980 e o início dos 1990, os varejos estiveram sujeitos a uma forte onda de fusões e aquisições, falências (no caso das empresas mais frágeis) e a consolidação de um número consideravelmente menor de entidades varejistas que passaram a dominar o mercado como um todo. Desse modo, no intento de lançar luz sobre a imbricação entre os grandes varejos que atuam no mercado paulistano e as oficinas de trabalho intensivo dos bairros centrais da cidade, utilizaremos três exemplos recentes de subcontratação de trabalho imigrante que ganharam destaque nos veículos de comunicação em massa: o da Marisa, da Zara e da marca Talita Kume.

Essa breve exposição da cadeia do vestuário busca preparar o terreno para abordar certos aspectos concernentes ao dia-a-dia dos trabalhadores imigrantes no chão de fábrica das oficinas

⁴⁰ Vera Telles (2007) elucida que a economia informal, que sempre existiu na cidade de São Paulo e no país, estaria se expandindo por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais, que se espalham pelas regiões mais distantes da cidade, e os circuitos globalizados da economia. Dessa forma, em sintonia com o mundo globalizado, os espaços urbanos estariam sendo redefinidos por intermédio de “trilhas de redes de subcontratação que chegam aos pontos extremos das periferias pelas vias de uma meada inextricável de intermediários e intermediações que reativam o trabalho a domicílio e redefinem o chamado trabalho autônomo, ao mesmo tempo em que os mercados locais são, também eles, redefinidos na junção das circunstâncias da chamada economia popular com máfias locais e comércio clandestino de bens lícitos ou ilícitos de procedência variada.”(TELLES, 2007, p.1). É nesse cenário descrito por Vera Telles (2007), em que o entrelaçamento e, simultaneamente, o “borramento” das fronteiras entre o formal e o informal, a contratação e a subcontratação, o legal e o ilegal são característicos, que as confecções se produzem e reproduzem.

de confecção, como, por exemplo, a organização da produção, o controle dos processos de trabalho, a representação dos trabalhadores perante os seus empregadores compatriotas e, também, para fornecer indícios da consciência de classe do grupo. Com efeito, investigar o cotidiano da confecção é essencial, posto que, de acordo com Pastoral do Imigrante, estima-se que 90% dos imigrantes bolivianos que vieram para a cidade de São Paulo buscam, ou já buscaram, ocupação no setor⁴¹ e, ainda, porque o como eles trabalham influirá em como se organizam coletivamente. Nossa intenção será tratar todas essas questões sem nos esquecermos das especificidades do grupo analisado: imigrantes, de etnia majoritariamente indígena, advindos de um dos países com pior IDH das Américas e que, na grande maioria, encontram-se em situação migratória irregular.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA COSTURA

A reestruturação produtiva da costura paulistana rearranjou a maneira de se trabalhar nas confecções. As próprias características dos trabalhadores desejados ou não pelo setor foram modificadas. A costura paulistana se tornou um setor do mercado de trabalho essencialmente imigrante – é como se a costura dissesse, “de fato, preferimos imigrantes”. Contudo, a gênese das mudanças não pode ser encontrada apenas investigando as modificações do mercado interno.

Dessa forma, o que se convencionou chamar de reestruturação produtiva da costura foi, em poucas palavras, a reorganização da maneira de se fabricar roupas sob certas tendências: menores gastos com processo de trabalho e com força de trabalho, produção de forma mais rápida, de tal modo que atendesse às flutuações céleres do mercado. Todavia, essas modificações foram, sobretudo, decorrentes de um conjunto mais amplo de mudanças internacionais interconectadas, denominadas reestruturação do capital.

Embora dificilmente se possa precisar a causa primária dessas mudanças mundiais, é fato que, de maneira geral, o período entre 1965 e 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo conterem as contradições inerentes ao capitalismo. De acordo

⁴¹ Xavier (2012) demonstra, por meio da análise do censo de 2010, que esse quadro de ocupação amplamente predominante no setor costureiro vem se alterando. Não obstante, ao trabalhar com os dados do censo, a autora está levando em consideração apenas os migrantes em situação migratória regular, o que privilegia uma reduzida parte dos bolivianos que habitam em São Paulo (23.000, segundo o censo), enquanto estima-se que exista, vivendo na cidade, algo em torno de 150mil e 200mil. Além do mais, não seria leviano considerar que aqueles que possuem melhores condições econômicas, possivelmente, também possuem documentos. E, nesse caso, não corresponderia à maioria dos bolivianos imigrantes que residem na cidade.

com as especificidades de cada região, a ordem do dia buscava combater a rigidez dos investimentos de capital fixo em sistemas de produção em massa, que presumiam um crescimento estável em mercados de consumo variáveis, ou seja, era preciso combater o engessamento do capital (HARVEY, 1999).

Dentre o conjunto de complexas mudanças do capital que se sucederam inicialmente na década de 1970 – e que ganharam vigor nas décadas subsequentes –, destacaram-se: o crescimento das corporações multinacionais e a expansão da produção global; a inserção da industrialização voltada para a exportação em diversos países, dentre eles em alguns dos mais pobres do mundo; a intensificação da competição e o crescimento do comércio mundial, possibilitados, primordialmente, pelos avanços tecnológicos e a queda de parte das barreiras protecionistas em diversos países; o deslocamento de uma fração da produção industrial dos países centrais para os periféricos; a redução da seguridade empregatícia e um aumento de empregos de tempo parcial (BONACICH e APPELBAUM, 2000).

Tais mudanças engendraram um combate sistemático ao custo da força de trabalho e às conquistas sociais historicamente obtidas pelos trabalhadores. De fato, para estes, a implosão do pacto fordista significou uma escalada do desemprego, da informalidade, da perda do valor real dos salários e do aumento de formas “atípicas” de trabalho, por exemplo, aqueles por tempo determinado, parcial, terceirizado e – porque não – precarizado (CASTELLS, 2011; BRAGA, 2012).

A exemplo de países como Portugal, Espanha, México, Cingapura, Hong Kong, Coreia do Sul e Grécia, a ascensão do fordismo periférico no Brasil ocorreu após o segundo pós-guerra e caracterizou-se pela superação do taylorismo primitivo⁴². A mecanização da produção, vinculada à acumulação intensiva de capitais e ao crescimento dos mercados de consumo duráveis, assinalou esse processo de industrialização (BRAGA, 2012). Impulsionado pela política desenvolvimentista que, aliás, já dominava a região latino-americana desde 1929⁴³, o fordismo periférico se iniciou nos anos 1950 e se estendeu até o início dos anos 1990, quando a agenda neoliberal se tornou o norte desses governos. Assim, uma profunda reforma financeira e fiscal,

⁴² Para Lipietz (1988, p.92), o taylorismo primitivo é entendido como “um deslocamento de determinados segmentos de circuitos de ramos/setores, para Estados que gozam de uma alta taxa de exploração (salário, duração e intensidade do trabalho), cujos produtos são reexportados”.

⁴³ Para uma análise sobre a inserção neoliberal nos países latino-americanos e suas consequências, cf. Munch (2004).

aliadas a um ambicioso programa de privatização, foi colocada em prática em diversos países latino-americanos, como o Brasil (MUNCH, 2004). O fato é que esses países passaram a abandonar os antigos vestígios do protecionismo estatal e a estratégia de desenvolvimento de substituição das importações por uma estratégia de crescimento liderado pelas exportações – para que, dessa forma, fossem inseridos definitivamente na economia global⁴⁴.

Trazendo a discussão para uma ordem mais pontual, a indústria paulistana do vestuário iniciou sua reestruturação produtiva na virada dessa maré, mais especificamente, nos anos 1980. Nessa medida, ela buscou se adaptar, isto é, produzir de maneira mais eficaz, eliminar gargalos, diminuir gastos provenientes do transporte entre os centros produtores e consumidores e, principalmente, baratear os custos com força de trabalho, a fim de responder ao aumento da competição internacional. Com isso, o mercado do vestuário, tanto o voltado para o interior quanto o para exterior, teve sua já afamada competitividade revigorada⁴⁵.

A saída imediata encontrada pela costura paulistana foi buscar uma força de trabalho “adequada”: extremamente barata, preferivelmente informal, disposta a longas horas de trabalho e desprovida de remuneração por horas extras⁴⁶. Em suma, os imigrantes irregulares – dentre eles os bolivianos – atendiam a todos esses requisitos. Cacciamali e Azevedo (2006) afirmam que a procedência de regiões extremamente pobres, a submissão, a disposição para longas jornadas de trabalho, a habilidade na costura e na tecelagem, somadas à condição de clandestinidade que restringe a salvaguarda da legislação do trabalho e das demais garantias legais, tornam essa força de trabalho extremamente atrativa⁴⁷. Silva (2008a, p.43) destaca que, entre os bolivianos, “a

⁴⁴ Munch (2004) destaca que a flexibilidade do mercado de trabalho – em menor ou maior intensidade – sempre existiu, mas, com efeito, o que emerge fortemente ao longo dos anos 1980, não apenas na América Latina, mas em diversas regiões do globo, é uma demanda por modificação institucional, pois institucionalizando normas flexíveis o trabalho não poderia, ao menos não facilmente, reconquistar espaço perante o capital em futuras situações adversas.

⁴⁵ Harry Braverman (1987) ressalta que, na era do monopólio, o modo de produção capitalista transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado e, diante disso, ao se tentar compreender a moderna classe trabalhadora, deve-se necessariamente observar esse evento.

⁴⁶ Silva (2008a, p.49) nos ajuda a dimensionar esse processo. Baseando-se em Márcio Pochmann (2004), ele indica que “em um período de aproximadamente 20 anos, estima-se que o setor de confecções da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) diminuiu o número de trabalhadores formais de 180 mil trabalhadores em 1981 para apenas 80 mil em 2000, ou seja, menos da metade. Mas a estimativa do total de trabalhadores ocupados no setor para o mesmo ano de 2000 era de 200 mil pessoas, de modo que podemos presumir que a maior parte destes trabalhadores encontra-se na informalidade. Antes que sinal de uma desindustrialização ou uma saída em massa das empresas de confecção da região, estes números revelam transformações nas formas de produção com a introdução da assim chamada produção flexível e as alterações na forma de gestão da mão-de-obra”.

⁴⁷ O desenvolvimento da mecanização garante uma padronização da produção no interior de cada ramo de atividade e a uniformidade do produto do trabalho do habilidoso e do obtuso. Todavia, no ramo em que concentramos nossos

situação de clandestinidade é justamente o que fornece um diferencial para as relações de trabalho, pela impossibilidade de mobilização de um agente público para intervir na relação”. Garcia e Cruz-Moreira (2004, p.301) ainda afirmam que muitas pequenas indústrias do vestuário de São Paulo se “ancoram em práticas ilegais, como nas estratégias expressivas de redução do custo de trabalho, especialmente por meio da intensificação de uso de formas precarizadas de relações de trabalho”, e, também, nas habituais “práticas de subcontratação das etapas mais intensivas em trabalho por meio da utilização do trabalho em domicílio e de imigrantes ilegais”. No entanto, além da inserção da força de trabalho imigrante, outras estratégias foram colocadas em prática.

Observou-se nas últimas décadas, entre os grandes produtores do ramo, a tendência de se terceirizarem. Assim, ao invés de utilizarem grandes plantas industriais com atividades variadas, concentradas espacialmente, para o suprimento das próprias mercadorias, eles pudessem recorrer a pequenas oficinas de confecção, no intuito de não imobilizar um grande volume de capital. Destarte, ao lançar mão da subcontratação e ao reduzir o estoque ao mínimo necessário à produção imediata, essas indústrias conseguiram responder com maior agilidade às flutuações de demanda do mercado, ou seja, lograram aumentar ou reduzir a produção, atender novas tendências da moda ou de sazonalidade sempre que necessário (NOBREGA, 2009).

A este respeito, Kontic (2001) igualmente apontou que a reorganização do setor têxtil, ocorrido principalmente ao longo da década de 1990, teria abandonado o padrão fordista de organização do trabalho. Não obstante, nossas pesquisas apontaram para uma organização produtiva híbrida – que mescla práticas fordistas e pós-fordistas (ou nos termos de harveynianos, flexíveis) no interior das confecções paulistanas.

Enquanto no molde produtivo capitalista, organizado sob o padrão fordista/taylorista, normalmente um elevado número de trabalhadores se concentra em um extenso complexo produtivo, voltado à produção em massa de mercadorias e estruturado de maneira homogeneizada e altamente verticalizada (ANTUNES, 2009), nas chamadas produções flexíveis, lança-se mão de terceirizações, responsáveis pela pulverização da cadeia produtiva em unidades menores, exatamente como ocorre nas indústrias de confecção, que, em sua maior parte, volta-se para o fornecimento de “grandes produtores” e atacadistas do setor. Não obstante, para alguns, a

esforços analíticos, a mecanização é deveras incipiente, e, portanto, ainda bastante dependente da habilidade e da experiência individual – fato favorável à inserção da força de trabalho boliviana nas confecções brasileiras.

flexibilidade pode remeter à ideia de pequenas fábricas produzindo mercadorias especializadas, por meio da utilização de trabalhadores bem treinados, polivalentes, ou seja, com múltiplas funções e responsabilidades variadas, a fim de atender a um mercado em constante mutação. De fato, isso não ocorreu na maioria dos chãos de fábrica das costuras. A rotina dos trabalhadores permaneceu repleta de tarefas enfadonhas, realizadas em ritmo acelerado, pois, embora a esteira – símbolo maior do fordismo – e o cronômetro – do taylorismo – não façam parte da rotina desses trabalhadores, o pagamento por peça, presente nas oficinas, contribuiu decisivamente para introjetar nos trabalhadores o controle dos movimentos, assim como da própria velocidade de execução das tarefas⁴⁸.

Continuando no âmbito da produção, ainda que não seja tendência produtiva das pequenas oficinas de confecção agrupar inúmeros trabalhadores em um mesmo local – típico das plantas de montagem fordistas/tayloristas –, isso não implica que haja uma participação reduzida do trabalho vivo envolvido diretamente na produção. Nesse sentido, certa contradição característica desse setor chama a atenção: ao mesmo tempo em que se utiliza de estratégias modernas para garantir a flexibilidade produtiva e responder rapidamente às vicissitudes da demanda, convive-se com certos limites enfrentados pelas indústrias nos primórdios do capitalismo – a saber, a alta dependência do trabalho vivo diretamente ligado à produção. Por conseguinte, aquilo que Ernest Mandel (1982) e outros economistas se referiam, ao tratar da Terceira Revolução Tecnológica, parece não ter alcançado o interior das oficinas de confecção brasileiras, já que as mesmas não apresentaram, por exemplo, uma aceleração quantitativa do aumento na composição orgânica do capital, deslocamento do trabalho vivo para o trabalho morto, diminuição radical do tempo de produção, deslocamento da força de trabalho viva ligada à produção para a supervisão e preparação de matérias primas, alteração na proporção entre custos de produção e gastos na compra de novas máquinas na estrutura do capital fixo⁴⁹.

Assim, por mais que a reestruturação produtiva recente do setor não tenha alterado sua fonte da lucratividade, uma vez que esta não se dá pela diminuição do trabalho necessário em comparação com o mais-trabalho dos trabalhadores – isto é, pela inserção de inovações tecnológicas –, mas sim pelo simples prolongamento das jornadas de trabalho dos mesmos, quer

⁴⁸ Mais à frente, voltaremos a descrever o chão de fábrica da costura de maneira mais minuciosa.

⁴⁹ Entretanto, é fundamental ressaltarmos que isso não significa que diferentes indústrias, tecnologicamente mais desenvolvidas, não dependam do trabalho vivo para existirem.

dizer, no prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas o equivalente pelo valor de sua força de trabalho⁵⁰. Consideramos que a indústria do vestuário brasileira – que em diversos pontos se aproxima daquelas existentes nos EUA, Índia, China e Bangladesh – não representa, em termos de valorização do capital, um setor atrasado. Ao contrário, seu pioneirismo se revela na medida em que aglutina algumas das principais tendências atuais do capital: é extremamente competitiva; rapidamente adaptável às flutuações de mercado; o capital investido nela é acrescido, reinvestido e circulado velozmente; precariza as relações de trabalho ao mesmo tempo em que desarticula eficazmente a presença dos sindicatos, graças à sua organização produtiva fragmentária que estimula a competitividade entre os trabalhadores⁵¹.

Ao serem inseridos nas redes de mercado consumidor internacional, os circuitos regionais do vestuário, espalhados ao longo do globo, despontaram como vanguarda no soterramento da padronização produtiva que valorizava, antes, as especificações do produto e, apenas em um segundo momento, as demandas dos clientes. Além disso, a transição do período do fordismo para o pós-fordismo veio acompanhada da adaptação ao novo padrão de consumo que se estabelecia. Nele, a velocidade de consumo das roupas – agudizada pelo *marketing* e pelas céleres tendências da moda – tornou-se quase instantânea. A produção rápida e contínua de novidades visa gerar o aumento dos faturamentos brutos das grandes redes varejistas. São as chamadas *fast-fashion*. As roupas se transformaram em bens semidescarnáveis e, com efeito, passou a ser impreterível a habilidade dos elos da cadeia do vestuário de antecipar mercados e responder a eles eficientemente. Isso gerou um afinamento entre o *marketing*, os varejos, os produtores e os contratantes⁵². Aquilo que deveria ser produzido, em qual quantidade e em que velocidade passou a ser determinado ao final da cadeia do vestuário, quer dizer, a partir dos varejos até chegar, sucessivamente, aos empreiteiros, donos das confecções. No chão de fábrica, o ritmo da produção foi intensificado, mas não pelo intermédio de inovações tecnológicas, como

⁵⁰ Marx (1984), em *O Capital*, ao investigar o surgimento da grande indústria moderna, nomeia o primeiro tipo daquilo que chamamos vulgarmente de lucro de mais-valia relativa e o segundo de mais-valia absoluta.

⁵¹ Voltaremos a essa questão mais adiante.

⁵² No site da Riachuelo, as diretrizes da empresa estão descritas de maneira explícita: “Adotamos um conceito ‘fast-fashion’ – agilidade na produção e na distribuição das coleções – para garantir rapidez na divulgação das novas tendências e geração de valor agregado para cada coleção.”. Disponível em: <http://www.riachuelo.com.br/institucional/1/empresa.aspx>. Acessado em 23/07/2013.

destacado, mas sim por meio do achatamento salarial, via a redução do preço pago por peça produzida.

Nesse sentido, o avanço das terceirizações foi outra perspicaz estratégia dos grandes produtores do vestuário para lidar com as flutuações sazonais da moda, porquanto as principais consequências indesejáveis recaíram sobre os trabalhadores – contratados, agora, quando necessário e dispensados quando não mais úteis. Bonacich e Appelbaum (2000), pesquisadores da indústria do vestuário dos Estados Unidos, identificam nesse movimento um sintoma de pioneirismo. Para os autores, a indústria do vestuário sintetizaria a própria vanguarda da nova economia global, haja vista que ela adota a prática da terceirização há décadas e desenvolveu esse sistema de produção flexível como uma arte refinada. O sistema de contratação do setor, por exemplo, foi estendido mundialmente, pois os fabricantes, principalmente dos países centrais, não apenas empregam empreiteiros locais, mas também, frequentemente, conduzem uma produção *offshore*⁵³, por meio da contratação de subsidiárias, ao invés da apropriação das mesmas. A falta de ativos fixos favorece que a produção se mova para onde quer que se consiga o melhor negócio em termos de custos do trabalho, impostos, tarifas, regulamentação ambiental ou qualquer outro fator que influencie na qualidade e nos custos de suas produções. O sistema de terceirização ainda conta com a vantagem de não demandar o investimento de capital nas pequenas fábricas que realmente costuram as roupas. Na prática, os fabricantes somente desenvolvem relações de longo prazo com um grupo nuclear de empreiteiros (contratantes) dependentes. A ausência de laços firmes fornece o máximo de flexibilidade aos fabricantes e a eliminação de custos ineficientes associados à manutenção de subsidiários formalmente dependentes. Tendo isso em vista, cabe a nós identificarmos os principais polos do vestuário e a relação estabelecida entre eles.

2.2 A CADEIA DO VESTUÁRIO E SEUS REAIS BENEFICIÁRIOS

A indústria têxtil pode ser subdividida em quatro subgrupos (setores) – tecelagem, malharia, fiação e confecções. Alvo de nossas principais considerações, o setor de confecção é caracterizado pelo desenho (*design* de roupas), confecção de moldes, gradeamento, encaixe,

⁵³ A expressão inglesa *offshore* é utilizada em casos que empresas e indústrias deslocam suas atividades para regiões distantes da matriz, para além das fronteiras nacionais.

corde e costura (LUPATINI, 2007). Ele se sobressai em relação aos demais setores que compõem a indústria têxtil em vários indicadores: é o responsável pelo maior valor da produção, tendo alcançado US\$ 22,7 bilhões, em 1999⁵⁴; possui um valor de produção aproximadamente três vezes superior aos demais; destaca-se também, no que se refere ao mercado de trabalho, por ter empregado 1,1 milhão, em 2002; além de ser sustentado por um número expressivo de unidades produtivas de médio e pequeno porte (CAMPOS e PAULA, 2006).

Dentre as macrorregiões brasileiras, o Sudeste concentra a maior parte da produção nacional, com 4,9 bilhões de peças, representando 52,6% do total, seguida pela região Sul, com aproximadamente 2,5 bilhões de peças (26,7%). A região Sudeste lidera nos setores de tecelagem e confecções, seguida pela região Nordeste, nos setores de fiação, e pela região Sul, no setor de confecções. A região Sul lidera no setor de malharia (55,7%), seguida pela Região Sudeste (31,7%), invertendo as posições no que se refere ao setor de confecções, no qual a região Sudeste possui 52,6% e a região Sul, 26,7% (CAMPOS e PAULA, 2006).

Agora, se nos voltarmos apenas para o vestuário⁵⁵, isto é, se separarmos o setor da confecção dos demais que compõem a indústria têxtil, chegaremos a uma complexa cadeia de relações produtivas que se estrutura mundialmente entre *varejo, produtor, empreiteiro e trabalhador*⁵⁶.

⁵⁴ Embora tenha reduzido, no ano de 2002, para US\$ 17,4 bilhões.

⁵⁵ Por uma questão de facilitação heurística, quando mencionarmos a expressão “vestuário”, estaremos nos referindo apenas ao setor produtivo da confecção – excluiremos, dessa maneira, o setor de malharia, que é incluído na terminologia oficial do termo.

⁵⁶ Poderíamos adicionar a essa lista o atacado, mas optamos por adotar a divisão proposta por Bonacich e Appelbaum (2000) que entendem que essa atividade é quase sempre agregada pelos demais setores da cadeia, principalmente pelos produtores. Nos bairros que realizamos nossa pesquisa de campo (Brás, Belém, Belenzinho, Pari), por exemplo, é comum encontrarmos produtores que acumulam, ao mesmo tempo, a venda por atacado e por varejo. No entanto, inúmeras são as possibilidades de combinações, mas, mundialmente, as mais convencionais são descritas por Costa e Rocha (2009, p.168-169): “*Produtores com Marca*: empresas cujas operações eram verticalizadas (da compra de tecidos até a comercialização), que foram gradualmente mudando o foco para as atividades mais a jusante na cadeia, como design, marketing e comercialização, contratando parte da produção. Tais empresas buscam tendências e gostos dos consumidores e utilizam intensivamente os recursos propiciados pelas novas tecnologias de informação. Podem ter papel importante no relacionamento com as empresas fornecedoras de fibras e insumos químicos, no desenvolvimento de novas fibras e tecidos para as confecções. Os exemplos mais emblemáticos mundialmente são a americana Levi Strauss & Co. e a europeia Benneton; *Comercializadores com Marca*: suas competências estão focadas em design e comercialização, e as atividades produtivas são totalmente subcontratadas. Nesse caso, o subcontratado deve ter as competências necessárias para fornecer os produtos de acordo com as especificações do comercializador, que, em geral, cria sistemas de auditoria para certificação da qualidade e testa o produto em condições laboratoriais. Um exemplo é a americana Liz Clairborne; *Varejistas*: são as grandes redes de distribuição (supermercados, hipermercados e redes especializadas do varejo de roupas), que privilegiam empresas de confecção que adotem estratégias de padronização, alta escala e preços baixos. Essas

O *varejo* está no topo de toda a estrutura e é o seu maior beneficiário. Sendo a maior parte dos produtos industrializados fabricados para serem vendidos a varejo, e estando mais próximo dos consumidores, é ele quem acaba definindo, direta ou indiretamente, o que será produzido e em qual quantidade. Em alguns casos são detentores de marca própria. O *produtor* (também conhecido por fabricante), por sua vez, é quem desenha as roupas, compra os tecidos necessários, organiza *marketing* e a produção, comercializa as roupas por atacado para o varejo. Normalmente, são eles os donos das marcas, mas, paradoxalmente, o produtor não é normalmente quem fabrica as suas roupas, isto é, quem as costura, como o seu nome sugere. Esse trabalho é repassado para os donos das confecções, ou seja, para os empreiteiros. O *empreiteiro* (chamado por alguns de contratante) é o dono da confecção e recebe encomendas dos produtores ou, no caso das pequenas e micro confecções, de outras confecções maiores que “quarteirizam” parte de suas encomendas⁵⁷. Em São Paulo é comum o *empreiteiro* ser um imigrante, na maior parte dos casos, bolivianos que já trabalharam como costureiros e que, agora, empregam força de trabalho compatriota por empreitada ou até o momento em que o empregado se fizer necessário. Finalmente, o *trabalhador* é o último elo, e o mais frágil, de toda cadeia do vestuário. Em São Paulo são, como no caso dos empreiteiros, predominantemente imigrantes sul-americanos, em sua maioria, bolivianos, que se dedicam à costura e que vieram buscar no Brasil melhores condições de vida. Uma considerável parte deles possui o sonho de voltar para a pátria originária após terem prosperado financeiramente no Brasil, o que, com efeito, raramente ocorre. Muitos acabam estendendo sua permanência indeterminadamente e acabam deitando raízes permanentes em solo brasileiro. São eles os verdadeiros costureiros das roupas encontradas nos atacados dos bairros do Brás, Bom Retiro, Belém, Pari e em parte expressiva dos grandes varejos da cidade – inclusive aqueles presentes nos *shoppings centers* de São Paulo.

Os produtores sempre foram a chave da cadeia do vestuário e, portanto, ocupavam posição central de criatividade e poder. Responsável por muitas das principais decisões que afetavam as vidas daqueles que trabalhavam no vestuário, esse era o *locus* central de poder da rede do vestuário. Porém, nas últimas três décadas, essa relação vem se alterando e, progressivamente, os

empresas concentram-se nas funções de gestão de marcas e negociação com fornecedores; casos típicos são as americanas The Gap e Victoria's Secret e as europeias C&A e Marks & Spencer”.

⁵⁷ Embora tenha crescido, no mundo, o número de grandes varejos que detém marcas próprias e, de maneira similar, no Brasil, raramente eles contratam diretamente os serviços de pequenos contratantes para não ter seus nomes vinculados nas mídias ao trabalho em condições análogas ao escravo e, ainda, para não responderem por qualquer responsabilidade trabalhista para com os costureiros.

varejos vêm controlando economicamente os demais elos da cadeia⁵⁸. Segundo Leite (2004), as expectativas de consumo e as tendências criadas pelos grandes varejos são quem coordenam a produção. Silva (2008a, p.60) diz que

[...] diferentemente de outros setores na indústria de confecções, as empresas que comandam a cadeia em geral não se encontram na produção e sim na distribuição. Leite (2004) demonstra que são as grandes distribuidoras que definem as tendências de mercado por meio das escolhas dos temas das coleções e dos pedidos para as empresas confeccionistas.

Em um estudo realizado nos EUA pela consultora de gestão Kurt Salmon Associates Inc., no final dos anos de 1980, a escalada de poder dos varejos frente aos demais setores da cadeia do vestuário se torna explícita. Estimou-se, naquele momento, que de cada US\$100 gastos na compra de um vestido, em média, US\$50 iam para o varejo; dos outros US\$50, correspondente ao preço de atacado, 45% ou US\$22.50, eram referente ao custo do fabricante com tecido; 25%, ou US\$12.50, correspondiam ao lucro e gastos gerais do fabricante; e os outros 30% restantes, ou US\$15, iam para os contratantes, que cobriam, com essa quantia, ao mesmo tempo, o lucro, os custos diretamente relacionados com o trabalho e com demais gastos⁵⁹. No Brasil há fortes indícios que o mesmo venha ocorrendo.

O avanço da competição internacional e a abertura dos mercados nacionais impeliram os fabricantes locais a atender às condições impostas por um número reduzido de grandes compradores, a fim de manterem um fluxo regular de encomendas. As implicações dessa disparidade de poder, ao longo da estrutura do vestuário, ganha maior significado na medida em se atenta para o fato de que enquanto os grandes varejos formam um capital robusto – ou seja, possuem uma proteção econômica e organizacional para alcançar o mercado em âmbito global –, a maioria dos fabricantes não possui envergadura para atingi-lo, ficando, assim, à mercê dos varejos que proporcione isso a eles.

Ainda que muitos varejos tenham continuado a optar pela revenda de roupas que não carregam sua etiqueta, pode-se observar um avanço no número dos varejos que atuam no Brasil e que detêm marca própria. Ao acumular também a função de produtores, os varejos têm a vantagem de eliminar um intermediário da cadeia produtiva e, por conseguinte, conseguem

⁵⁸ Cf. Bonacich e Appelbaum (2000).

⁵⁹ Cf. Weiner e Foust (1988).

reduzir custos, mas como a etiqueta leva seu nome, as condições de trabalho às quais as roupas foram produzidas também podem acompanhar a marca⁶⁰.

No caso dos varejos que optam pela revenda de roupas que não carregam seu nome, há um maior distanciamento da cadeia produtiva e das responsabilidades trabalhistas, que são repassadas para os produtores e para os donos das confecções com relativo sucesso, mas, em contrapartida, as roupas podem chegar até esses varejos com preços mais elevados. Como exemplos, conforme a pesquisa de campo apontou, a C&A Lojas Ltda, vendia, em março de 2013, as marcas Ângelo Litrico, Casual Clothing, 284 para C&A, Basics, Jingers, Clock House e Yessica City; a rede Riachuelo, por sua vez, distribuía as marcas Pool, Dript, Body Work, Riachuelo Daslu, Ex-Planet, Anne Kanner, Eight Two; já a Renner vendia as marcas Blue Steel, Ripping, Get Over, Request, Satinato Marfinno, Fuzarka, Polly Pocket, Mxtn, Poim, Adidas, Just Be, A Collection, Cotelle.

Tanto as grandes redes varejistas que possuem marca própria quanto as que não possuem procuram manter sob sigilo quais as confecções que verdadeiramente fabricam suas roupas. O objetivo é o mesmo: que os produtores possam colher os benefícios advindos do *design*, do *merchandising* e do comércio por atacado, e que os varejos, por sua vez, consigam vender o maior volume de roupas compradas pelos menores preços possíveis – independentemente de quem fabrica as roupas e em que circunstâncias as mesmas foram feitas. Contudo, nem sempre o vínculo entre a lucratividade de varejistas e produtores com a superexploração do trabalho permanece obscura.

Com um faturamento bruto de R\$ 2,45 bilhões, a Marisa Lojas S.A, é a décima nona maior empresa do varejo do mercado brasileiro. Dentre as lojas de departamentos do país, ela se encontra entre as quatro maiores⁶¹ e suas mais de 370 lojas lhes garantem o primeiro lugar dentre as redes especializadas em moda feminina e moda íntima do país⁶². Recentemente, os principais veículos de comunicação em massa do país divulgaram o envolvimento da empresa com a

⁶⁰ Vide o número de notícias vinculadas na grande mídia a respeito da utilização do trabalho escravo contemporâneo.

⁶¹ Dados extraídos do ranking dos 100 maiores varejos do mercado brasileiro, divulgado pelo IBEVAR (Instituto Brasileiro de Executivos de Varejos), em 05/12/2012. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/12/05/as-100-varejistas-brasileiras-que-mais-faturaram.jhtm>. Acessado em 22/07/2013.

⁶² Informações obtidas no site da empresa. Disponível em: <http://www.marisa.com.br/conhecamarisa.aspx>. Acessado em 25/04/2013.

subcontratação de imigrantes bolivianos irregulares que trabalhavam em *sweatshops* da capital paulista em regime de escravidão contemporânea.

A constatação foi feita por meio de investigação realizada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP), no dia 18/02/2010. Quando os fiscais da SRTE-SP adentraram um conjunto de confecções, foi encontrada a peça-piloto – que serve de padrão para a confecção das roupas – e as etiquetas contendo o preço pelo qual as roupas seriam vendidas nas lojas Marisa, que, aliás, já estavam fixadas às roupas ali encontradas.

Após averiguar a inexistência de falsificação da marca, o SRTE-SP rastreou toda a cadeia de fabricação das roupas. Ficou claro que, em consonância com o que ocorre internacionalmente, a situação da loja Marisa sintetiza um excelente exemplo de um grupo seletivo de varejos que atua no interior do mercado interno e que atingiu um patamar financeiro capaz de exercer amplo domínio nas relações estabelecidas com os agentes das redes produtivas que os precede.

Nesse caso, como uma empresa que possui marca própria, a Marisa é responsável pelo *design* e pelo *marketing* de suas roupas, logo agrega a função de produtora, segundo os moldes já descritos anteriormente. Assim, seguindo as especificações da marca, a fabricação das roupas era repassada para confecções e intermediários que atuavam na RMSP. A negociação entre a Marisa e a Dranys Confecções – que supostamente confeccionaria as roupas, mas que sequer tem máquinas de costura – era feita por um representante comercial, um intermediário. No cadastro de funcionários, a Dranys possuía apenas duas funcionárias balconistas, e, portanto, obviamente não teria capacidade de fornecer o volume serviços de costura demandados pela Marisa. A Gerson C. A. Confecção exercia as atividades de acabamento de peças para a Marisa, como lavagem, arremate, consertos, controle de qualidade, bem como servia de depósito de roupas prontas, a serem enviadas ao centro de distribuição da varejista, que se localiza em Barueri, na RMSP. A Elle Sete Confecções, por sua vez, que é uma loja de rua, com algumas atividades de beneficiamento de peças e modelagem, exercia a função de dissimular a relação da Dranys Confecções com a Gerson César Almeida Confecções ME. e com a Indústria de Comércio e Roupas CSV⁶³, consequentemente promovendo um distanciamento das Lojas Marisa com as subcontratadas menores que operavam na confecção de suas roupas. Registrada no nome de

⁶³ Segundo Hashizum (2010), quando chegaram à CSV, os auditores encontraram um imbricamento tão grande entre as empresas Dranys Confecções Ltda, Elle Sete Confecções Ltda. e Gerson Cesar de Almeida Confecções ME. que, na prática, devido ao modo tão combinado em que elas atuam é muito difícil dissociar os limites precisos entre uma e outra.

Valboa Febrero Guzmán, um imigrante boliviano que contratava 17 compatriotas e 1 peruano nas atividades de costura, a confecção Indústria e Comércio CSV, figurava entre uma das verdadeiras fabricantes da Marisa (SILVA, 2012).

O diagrama abaixo procura esquematizar toda essa cadeia de relações:

(Retirado de Repórter Brasil)

Para demonstrar a capacidade de se sobrepor aos demais elos da rede produtiva, na linha de produção que atendia à Marisa, note-se que dos R\$ 49,99, que seriam pagos por uma cliente em peça em uma de suas lojas, R\$ 28,99 (58%) iria para a Marisa, R\$ 17 (34%) para os intermediários (confeções maiores que repassavam parte da produção), R\$ 2 (4%) para o dono da oficina e R\$ 2 (4%) para os trabalhadores⁶⁴. Em depoimento, Valboa, dono da CSV, declarou que receberia das intermediárias Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete efetivamente R\$ 4 por cada peça costurada. A nota fiscal emitida pela Elle Sete apresenta, porém, o valor de R\$ 7 por blusa costurada. Deduz-se, por conseguinte, que essa diferença de R\$ 3 por peça entre o que aparece na nota e o que seria pago à oficina de costura era embolsada pelas intermediárias (HASHIZUM, 2010). Ao final da investigação da SRTE-SP foram localizadas anotações que configuraram o trabalho análogo ao escravo, como

⁶⁴ É importante ressaltar que a Marisa possui marca própria, mas não fabrica suas roupas, portanto, é um “varejo-produtor” que terceiriza sua linha produtiva.

anotações de despesas com a viagem (travessia), despesas com alimentação, luz, água e aluguel (HASHIZUM, 2010).

A Zara, outra importante rede de lojas de acessórios e roupas masculinas, femininas e infantis, pertencente à Inditex (um dos maiores grupos varejistas do mundo e que, com suas mais de 6 mil lojas, está presente em 86 países⁶⁵) também teve a sua marca envolvida com subcontratação de imigrantes da confecção em condições análogas à escravidão contemporânea na fabricação de suas roupas.

A Zara contratava, dentre outras empresas, a AHA Ind. e Com. de Roupas Ltda., e esta, por sua vez, repassava as encomendas para outras oficinas menores, como revela o diagrama abaixo:

(Retirado de Reporter Brasil)

No período de abril a junho de 2011, a produção de peças para a Zara, por parte da AHA Ind. e Com., chegou a 91% do total. A SRTE-SP descobriu que existem 33 oficinas sem constituição formal, com empregados sem registros e sem recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contratadas pela AHA para a execução da atividade de costura (PYL e HASHIZUME, 2011)⁶⁶.

⁶⁵Dados disponíveis no site oficial da marca: http://www.inditex.com/en/who_we_are/our_group. Acessado em: 22/07/2013.

⁶⁶ Pyl e Hashizume (2011) descrevem que “durante o período auditado pela fiscalização (julho de 2010 a maio deste ano), a AHA foi a fabricante da Zara que mais cresceu em faturamento e número de peças de roupas faturadas para a marca, a ponto, na descrição da SRTE/SP, de se tornar a maior fornecedora da Zara na área de tecidos planos. Entretanto, chamou a atenção dos agentes que, nesse mesmo período, a empresa diminuiu o número de empregados formalizados. Os contratados diretamente da AHA passaram de 100 funcionários para apenas 20. A redução de trabalhadores na função de costureiros foi ainda mais drástica: dos anteriores 30 para cinco funcionários exercendo a função”.

Os documentos da empresa AHA, investigados pela fiscalização, demonstraram que, nesse mesmo período, mais de 46 mil peças foram produzidas para a Zara sem nenhuma formalização. O nível de dependência econômica desse fornecedor para com a Zara ficou claro para a fiscalização. Segundo os auditores que estiveram à frente da operação, a empresa AHA funciona, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, Zara Brasil Ltda. (PYL e HASHIZUME, 2011).

O mais ilustrativo dessa operação, no entanto, foi a comprovação da situação discriminatória que os imigrantes bolivianos da costura sofriam, pois

[...] “todos os trabalhadores brasileiros encontrados trabalhando em qualquer um dos pontos da cadeia produtiva estavam devidamente registrados em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], com jornadas de trabalho condizentes com a lei e garantidos em seus direitos trabalhistas e previdenciários”, destaca o relatório da fiscalização. Por outro lado, os trabalhadores imigrantes indígenas encontram-se em situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante (PYL e HASHIZUME, 2011).

Além disso, como é costumeiramente praticado no interior das confecções paulistanas, o quadro encontrado pelos agentes do poder público, incluía contratações ilegais, trabalho infantil, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16h diárias e cerceamento de liberdade. Pyl e Hashizume (2011) afirmam que um dos trabalhadores confirmou que só conseguia sair da casa com a autorização do dono da oficina, concedida apenas em casos urgentes, como quando teve de levar seu filho às pressas ao médico. A passagem vai ao encontro daquilo que Sayad (1998) já havia destacado: o trabalho imigrante não é qualquer trabalho, o trabalho imigrante é *sui generis*, pois as circunstâncias em que é exercido, suas formas, a remuneração, a ausência de proteção legal que ampare as relações entre capital-trabalho, condicionam esse trabalho e a própria vida do imigrante em solo nacional.

Ademais da situação discriminatória verificada, outro fato chama a atenção: por trás dos ambientes *clean* e higienizados das grandes lojas e vitrines da Zara, estão os locais sujos, sem ventilação, com crianças circulando entre as máquinas e a fiação exposta das oficinas onde foram confeccionadas as blusas de tecidos finos e as calças da estação, que figuram entre as luminosas vitrines da rede nos shoppings refinados da cidade. A imagem contrastante choca, principalmente porque as peças custam caro e quase a totalidade dos consumidores desconhece as condições em que essas roupas foram fabricadas. Pyl e Hashizume (2011) descrevem que as oficinas parecem residências, que todas têm poucas janelas, quase sempre fechadas e bloqueadas por tecidos

escuros pendurados, que impedem a visão do que se passa no interior das células de produção têxtil, ocultas e improvisadas.

Nos últimos anos houve um aumento no combate ao trabalho escravo contemporâneo por parte das autoridades públicas. Cortes (2013) explica que até 2005 eram responsabilizados os donos das oficinas pela situação encontrada no interior das confecções, o que acabavam tendo desfechos trágicos, com a prisão do oficinista e a intimação dos migrantes irregulares a sair do país. Entretanto, após essa data, ocorreu uma virada estratégica por parte do poder público, passando-se a responsabilizar as tomadoras de serviço e não mais os prestadores. Nesse sentido, as fiscalizações das cadeias longas tornaram-se o foco das autoridades estatais e os donos das oficinas passam a ser caracterizados como trabalhadores, no mesmo nível dos costureiros contratados, que são protegidos pela ação de fiscalização. A ação em cadeias curtas praticamente não ocorre mais. A mudança de estratégia implicou em uma maior autonomia para a realização da política de fiscalização, já saem de foco as cadeias produtivas curtas e privilegiam-se as longas e médias. De 2009 até os dias de hoje, multiplicaram o número de casos que envolvem grandes marcas.

Entre 2004 e 2009, foram revelados alguns casos de grandes empresas que seriam tomadoras do serviço de migrantes da costura, como nos casos da C&A, Riachuelo e Marisa, revelados pela CPI do Trabalho Escravo. No entanto, a virada com a responsabilização propriamente das empresas passa a ocorrer após a celebração do Pacto, em 2009. De lá aos dias de hoje foram fiscalizadas muitas marcas e grandes empresas, que foram autuadas por reduzirem seus trabalhadores à condição análoga à de escravo: Marisa, março de 2010; F. G. Indústria e Comércio de Uniformes e Tecidos Ltda, empresa vencedora da licitação para a confecção dos coletes dos recenseadores do IBGE, em 2010; 775, em novembro de 2010; Lojas Pernambucanas, em abril de 2011; Collins, em maio de 2011; Zara (grupo Inditex), em agosto de 2011; Gregory, em maio de 2012; Talita Kume, uma grande rede de confecção do Bom Retiro, em julho de 2012; Hippyck, em janeiro 2013; Gangster (Mar Quente Confecções), março de 2013; Cori, Emme e Luigi Bertolli (grupo GEP), em março de 2013; as grifes Le Lis Blanc e BourgeoisBohême (Bo.Bô), em junho de 2013; M. Officer, em novembro de 2013, dentre outras. Essas autuações, segundo informação do MTE, libertaram em torno de 300 migrantes da situação análoga à de escravo. Com todas as empresas 144 foram firmados Termos de Ajuste de Conduta, à exceção das Lojas Pernambucanas que preferiu responder judicialmente a uma Ação Civil Pública (CORTES, 2013, p.160).

Contudo, como muitas oficinas de costura são pequenas e produzem para ter suas roupas vendidas em feiras e ruas informalmente, elas ainda ficam normalmente abaixo do mínimo necessário para que o campo de visão governamental seja acionado e se garanta o respeito aos direitos trabalhistas que os costureiros possuem. O trabalhador do vestuário é livre para se

queixar de tratamento discriminatório e outros abusos, mas nos pequenos negócios do ramo quase sempre essas práticas permanecem escondidas.

Em outra operação realizada pelo SRTE-SP, que se estendeu entre 12 de junho e 5 de julho de 2012, a situação era igualmente alarmante. A produtora Confecções Talita Kume Ltda., que também vende roupas por varejo e por atacado, contratava os serviços de uma pequena oficina de costura, entregava os tecidos cortados e a peça piloto para ser copiada. Por cada peça produzida, era pago ao dono da pequena confecção R\$ 3,80 e R\$ 1 para os trabalhadores. Posteriormente, essa roupa seria vendida para o varejo e, a seguir, teria um preço venal final de, em média, R\$ 49,90. A Talita Kume determinava o prazo para que as encomendas fossem entregues e impunha multas aos donos de oficinas, seja por não costurar as etiquetas (R\$ 0,10 por peça) ou por problemas na costura (20% do valor venal) (PYL, 2012).

As jornadas de trabalho se estendiam das 7h às 22h, mas, eventualmente, iam até à 1h da madrugada do dia seguinte, nos momentos de maior fluxo de encomendas. Na avaliação do SRTE-SP, a jornada exaustiva imposta aos trabalhadores está diretamente relacionada ao baixo valor pago pela Talita Kume por cada peça costurada. As condições de trabalho eram precárias: as costureiras e costureiros passavam o tempo todo sentados em cadeiras inadequadas para o serviço; o espaço que abrigava as máquinas de costura e que servia como núcleo de produção era sujo e embolorado; as instalações elétricas estavam expostas, o que aumentava o risco de incêndio – aliás, o local era fechado e não havia extintores (PYL, 2012).

Todavia, se destacamos, aqui, que há uma pressão contínua e sequencial que parte dos varejos e chega até os trabalhadores imigrantes e que os grandes varejos seriam os maiores beneficiários e contribuidores da atual conformação da cadeia de vestuário instituída, qual seria a real participação dos grandes varejos nas vendas realizadas no mercado brasileiro? Ora, no país, a participação dos principais canais de venda no mercado varejista do vestuário está dividida da seguinte maneira: os hipermercados são responsáveis por 7,7% do total de peças vendidas; os departamentos não especializados por 8,7%; as pequenas redes do varejo por 15,7%; as redes especializadas por outros 30,1%; enquanto as multimarcas representam 37,8%⁶⁷. Dessa forma, somando as parcelas dos hipermercados, das redes de departamentos não especializadas, das redes especializadas e das multimarcas, obteremos que aproximadamente 85% das vendas do mercado brasileiro do vestuário são dominadas pelos grandes varejos, isto é, pelo grande capital.

⁶⁷ Dados extraídos do Relatório de Inteligência Analítico de novembro, SINVESPAR (2012).

Dentre eles, destacam-se em São Paulo: Renner, Riachuelo, C&A, Marisa, Zara, Hering, Lojas Americanas, Walmart, Extra Hipermercados, Carrefour, Pernambucanas, entre outros.

Desse modo, não é difícil compreender que se o maior estado produtor de roupas da federação invariavelmente produz grande parte das roupas vendidas pelos principais canais de venda do país e, ademais, se grande parte das roupas fabricadas em São Paulo advém das milhares de confecções que utilizam trabalho imigrante, logo, o trabalho imigrante está intrinsecamente interligado aos grandes varejos que atuam no país, como, de fato, as operações do SRTE-SP e as investigações independentes demonstram⁶⁸.

2.3 O CHÃO DE FÁBRICA DA COSTURA

Em suas diversas ramificações, a atual indústria têxtil mundial apresenta semelhanças e diferenças de suas antecessoras do início do século passado e retrasado, quando os *sweatshops* eram amplamente difundidos. O termo, que traduzido para o português significa literalmente “oficinas de suor”, é empregado por pesquisadores para designar estabelecimentos produtivos da costura de certos países – em destaque, China, Índia, Bangladesh e EUA – que não possuem remuneração mínima, que praticam jornada de trabalho superior a oito horas diárias sem compensação por horas extras e que não respeitam os padrões mínimos de segurança do trabalho. Contudo, não ao acaso, o termo vem sendo utilizado para designar as oficinas de costuras paulistanas⁶⁹.

Se, por ventura, indagarmos a um costureiro boliviano acerca da sua rotina de trabalho no interior da confecção em que trabalha, possivelmente obteremos a seguinte resposta lacônica: “é normal, como em qualquer outro trabalho, em qualquer outra indústria ou empresa”. Se, em partes, esse trabalhador não está equivocado, tampouco tem plena razão em sua consideração.

As condições de trabalho nesse ramo, na cidade de São Paulo, não pioraram abruptamente nos últimos 10 anos, nem melhoraram a ponto de justificar a resposta hipotética do nosso

⁶⁸ “São Paulo destaca-se como o mais importante centro produtor, além de ser o centro intelectual e financeiro da indústria, pois concentra os principais ativos intangíveis (moda, marketing etc.) e o controle das atividades produtivas nacionais. Na cidade de São Paulo, está o varejo de luxo, com lojas nacionais (Zoomp, Forum, Rosa Chá) e internacionais (Louis Vuitton, Giorgio Armani, Hugo Boss), além das duas maiores concentrações nacionais de confecções e lojas atacadistas, os bairros do Brás e Bom Retiro. Outro polo importante do estado é a cidade de Americana, que apresenta elevado desenvolvimento tecnológico e é especializada na produção de tecidos artificiais e sintéticos” (COSTA e ROCHA, 2006, p.174).

⁶⁹ Cf. Nobrega (2010).

trabalhador. Como Silva (1998) aponta, as condições adversas da conjuntura a que esse grupo está submetido levam os imigrantes bolivianos, particularmente os que trabalham no ramo da costura, a buscar autoproteção, o que dificulta a coleta de informações. Não obstante, pudemos constatar que, conforme a cortina de suspeita e insegurança se dissipa diante da figura do pesquisador, os bolivianos relatam uma realidade reveladora: o trabalho nas confecções é opressivo, extenuante e a sensação de instabilidade empregatícia é perene. O mapeamento da rotina de trabalho na costura nos ajuda compreender o porquê.

De fato, a divisão do trabalho entre concepção e execução é praticamente completa nesse setor. Enquanto as etapas produtivas finais continuaram sendo realizadas manualmente, como sempre foi feito – ou seja, por meio de um trabalhador(a) em frente à sua máquina de costura, atando partes de roupa, pregando botões, zíperes etc. –, as tarefas executadas pelos produtores – projeto, classificações, decisão de padrões, corte de tecido, *merchandising* – tornaram-se maciçamente mentais, computadorizadas, organizadas tecnologicamente. Um dos traços mais marcantes da alteração ocorrida nessa indústria nos últimos decênios foi conseguir organizar e coordenar um sistema de produção flexível que alcança todo o globo. Para os produtores, a informatização e a aceleração da troca de dados culminou na possibilidade da produção ser dispersa e deslocada ao redor do mundo facilmente.

Bonacich e Appelbaum (2000) acreditam que o amplo aprimoramento da habilidade de transferir a produção para outras regiões, estados, países, até mesmo continentes, faz com que o atual sistema de contratação seja qualitativamente diferente das formas anteriores. Além disso, a produção contemporânea superflexível cria um novo tipo de regime e de disciplina do trabalho, que constantemente ameaça a perda do emprego, que severamente inibe as lutas do trabalho e que mantém os trabalhadores produzindo em um ritmo alucinante por longas horas e por baixos salários. Ademais, a produção não mais dependeria uma vigilância coercitiva para alcançar níveis de produtividade satisfatórios – ainda que isso seja comum no interior das confecções.

Soma-se a isso o fato de que a globalização contribuiu para a expansão das migrações internacionais – inclusive das irregulares – e para a criação de uma oferta de força de trabalho específica: a dos imigrantes irregulares. Destarte, a vulnerabilidade política desses não cidadãos possibilita aos empregadores ameaçar entregá-los às autoridades, o que reforça os efeitos disciplinadores desses sobre aqueles. Nessa medida, esse novo panorama repercutiria na maneira

como as confecções paulistanas organizam suas produções e teria ele influenciado nas perspectivas que os trabalhadores têm de seu trabalho e de seus companheiros compatriotas?

Inicialmente, é importante destacarmos que a organização dos chãos de fábrica das confecções paulistanas é relativamente homogênea. Nas confecções de pequeno e médio porte, o tecido chega previamente cortado, restando, assim, realizar as demais tarefas: pregar botões, costurar as costuras principais, os zíperes, as etiquetas etc. Em algumas delas, cada trabalhador executa separadamente apenas uma etapa ou um número de reduzido de etapas da fabricação; em outras, o trabalhador fabrica a roupa inteiramente. Enquanto no primeiro caso, por exemplo, hipoteticamente, alguns trabalhadores recebem R\$ 0,07, por cada zíper costurado, outros R\$ 0,15, por bolso feito, ou ainda, R\$ 0,03, por botão pregado; no segundo, eles recebem R\$ 1, por calça, R\$ 3, por vestido.

Assim, a indústria do vestuário desenvolveu uma linha de montagem com características próprias que vem sendo seguida mundialmente, conhecida como *progressive bundle system* (sistema de empacotamento progressivo). Nela, os trabalhadores possuem sua máquina própria⁷⁰ e recebem um grande pacote contendo centenas de roupas pré-cortadas. Desse modo, cada trabalhador pega a roupa do pacote, uma a uma, e realiza a parte (ou as partes) que lhe condiz, por exemplo, costurar bolsos. Após fazer o mesmo com todas as roupas desse pacote, ele o encaminha para o próximo trabalhador, responsável pela etapa seguinte como, por exemplo, costurar golas. Note-se que, apesar das roupas serem costuradas sequencialmente, a velocidade da produção, nesse caso, não é ditada por uma esteira⁷¹, tampouco pelo ritmo dos demais trabalhadores. Cada trabalhador leva o tempo que necessitar, antes de passar as roupas adiante (BONACICH e APPELBAUM, 2000).

Como a maior parte das tarefas é simples e os costureiros são rapidamente ensinados, os postos de trabalho do ramo demandam baixa ou nenhuma qualificação e os trabalhadores podem

⁷⁰ Bonacich e Appelbaum (2000, p.184, tradução livre) relatam que “[...] algumas vezes, é requerido que os trabalhadores adquiram o seu próprio equipamento de produção, uma prática estritamente ilegal porque isso significa essencialmente que o custo do equipamento é deduzido do magro salário dos trabalhadores. Requerer que os trabalhadores comprem sua própria tesoura não é incomum. Menos óbvio, mas não incomum, é querer que adquiram *la pata*, um suporte utilizado para guiar o tecido através do canal da máquina de costura. [...] A exigência de que os trabalhadores forneçam alguns dos equipamentos marca uma característica primitiva dessa indústria. No entanto, isso dá a aparência de que os trabalhadores são sócios empresariais dos meios de produção, o que de fato serve na verdade como outro meio de extrair ganhos dos trabalhadores”.

⁷¹ Há de se destacar que nas grandes linhas indústrias isso, contrariamente, ocorre: há uma dependência entre os operadores, o sistema é sequencial, se um demora, ocorre um acúmulo de estoque e a produção pode parar.

ser facilmente substituídos⁷². A rotatividade empregatícia, associada à ausência de seguridade social, promove incerteza quanto à própria subsistência. Na costura estadunidense, Bonacich e Appelbaum (2000) afirmam que os contratantes disseminam o medo de demissões em massa com o intuito de manter um controle rígido sobre os mesmos e, além disso, quando ficam doentes ou necessitam se ausentar em decorrência de uma emergência, sempre há o risco de perderem suas vagas, a menos que possuam um frágil acordo verbal com o dono da confecção, que nem sempre é respeitado. Isso ocorre na costura paulistana? Não sabemos ao certo.

Poucos empreiteiros podem contar com um fluxo estável de encomendas e, inevitavelmente, os empregos nas confecções são regidos por essa lógica. Os postos de trabalho no vestuário são contingentes, isto é, são velozmente criados quando necessário e extintos quando desnecessários. Se não há trabalho, os costureiros são mandados de volta para suas casas, para seus dormitórios (no caso daqueles que vivem nas confecções e que representam a maior parte dos casos) ou ficam na linha produtiva, esperando até o próximo serviço chegar. A rotina dos empreiteiros, assim como a dos trabalhadores, varia de acordo com as agendas dos produtores. Com efeito, a disponibilidade de serviço depende do sucesso ou insucesso de modas particulares e variações sazonais. O empreiteiro lida com a flutuação no volume de trabalho manipulando o número de trabalhadores e o número de horas trabalhadas. Enquanto essa prática, obviamente, maximiza a eficiência e a flexibilidade produtiva, o que beneficia produtores e empreiteiros, ela gera instabilidade no cotidiano dos costureiros. Dessa maneira, muitos dos riscos associados à moda e à sazonalidade perpassam ao longo estrutura do vestuário e recaem sobre os trabalhadores.

A manutenção da relação entre os agentes da cadeia do vestuário segue a seguinte lógica: se um empreiteiro possuir uma relação de proximidade com determinados produtores ou grandes confecções, é provável que receba um volume de trabalho garantido⁷³. Uma relação de confiança é vantajosa para ambos – e pode ser essencial em circunstâncias emergenciais. Se um produtor, por exemplo, precisa que um trabalho seja realizado com urgência, ele pode se voltar para um empreiteiro com quem ele mantém relação comercial estável para que sua encomenda tenha prioridade perante as demais. De fato, é comum que produtores componham um núcleo de

⁷² Some-se a isso, a farta oferta dessa força de trabalho na cidade.

⁷³ Mesmo sendo um ramo altamente competitivo, não é incomum encontrarmos laços de longa duração entre produtores e empreiteiros.

fornecedores de confiança. Como um todo, poderíamos imaginar os produtores como um núcleo que, a partir dele, irradiam círculos concêntricos que estariam dispostos, nos mais próximos, os grandes empreiteiros e, nos mais afastados, os pequenos. Conforme se afastassem desse núcleo, o grau de confiança e, por consequência, o fluxo de encomendas diminuiria.

Uma relação de “apoio mútuo” também se estabelece entre empreiteiros e alguns trabalhadores, pré-selecionados pelos primeiros. Ora, se os produtores tratam todo o corpo dos trabalhadores da sua confecção como absolutamente dispensáveis, ele pode descobrir que, em momentos de necessidade, quando mais necessitar desses trabalhadores para um trabalho inesperado, provavelmente não poderá contar com eles. Por essa razão, redes de relações estáveis podem surgir entre uma parcela dos empreiteiros e dos trabalhadores.

Ainda no interior das oficinas estadunidenses – e sem poder afirmar com certeza que o mesmo ocorre na RMSP –, de acordo com Bonacich e Appelbaum (2000), as regras e hierarquias burocráticas dão lugar à vontade e à autoridade personalista dos empreiteiros e dos gerentes⁷⁴ e, por tal motivo, tornar-se mais habilidoso pode melhorar levemente a situação do trabalhador, mas isso nem sempre o protege das demissões sazonais, dos tratamentos arbitrários ou cortes de pagamento. Dessa maneira, para manter o controle, os empreiteiros praticam todo tipo de abuso, como favoritismos, punições desmedidas e demissões arbitrárias. A dupla ainda relata que o poder pessoal pode ser praticado no interior das oficinas de inúmeras maneiras, entre elas: não deixar o trabalhador ir ao banheiro ou beber água, trocar a sua máquina por uma velha e lenta (no caso das oficinas em que o trabalhador não é proprietário da sua própria máquina) e cortar salários – todas essas maneiras de tentar disciplinar os trabalhadores. A habilidade dos empregadores exercerem esse tipo de autoridade pessoal também pode ser um meio de tentar encorajar os trabalhadores a granjear favores seus ou de promover uma atitude dócil dos mesmos. Por vezes, essa estratégia surte efeito, pois para evitar maus tratos, alguns trabalhadores procuram inspirar simpatia para com os empregadores e gerentes.

Para os costureiros, as opções de luta aberta, especificamente no âmbito do trabalho, parecem ser restritas e pouco eficientes. Alguns se consideram incapazes de mudar o trabalho ou tratar diretamente com os empreiteiros para que se modifique aquilo que julgam inadequado no trabalho, seja com relação à forma de pagamento (pagamento por peça), aos maus tratos, às

⁷⁴ Presentes em algumas confecções, geralmente naquelas de porte médio, eles são normalmente parentes – primos ou irmãos dos donos – contratados para serem os “olhos dos donos”, na ausência deste.

péssimas condições de trabalho ou aos cortes indevidos em seus salários. Quase sempre eles preferem ficar no mesmo emprego e ignoram que algo possa ser feito. Parte disso, sem dúvida, explica-se devido ao fato de que muitos não possuem situação migratória regular. Ademais, na medida em que quase todos os costureiros pretendem, em um futuro próximo, possuir sua própria oficina, eles justificam a situação degradante que vivenciam como sendo transitória, pois esse seria um emprego de entrada no mercado de trabalho, que lhes forneceria os meios necessários para atingir o sonhado objetivo de uma vida melhor.

Não obstante, Bonacich e Appelbaum (2000) revelam que, em sua própria defesa, pequena parte dos costureiros se utiliza das “armas do fraco”, que consistiriam em uma resistência passiva. Ao invés de confrontações abertas que, segundo os costureiros significaria uma derrota anunciada, eles buscariam sutilmente minar o sistema por meio do abandono do emprego sem aviso antecipado. Dessa forma,

[...] ao invés de aturar as péssimas condições e a baixa remuneração, os trabalhadores apenas saem. Essa expressão de desafio normalmente leva apenas a aceitar um outro emprego igualmente pobre. Mas, pelo menos, o trabalhador tem a satisfação de saber que não permitirá que aquele empregador em específico abuse mais dele (BONACICH e APPELBAUM, 2000, p.194, tradução livre).

Talvez, um dos elementos mais decisivos na rotina de trabalho no interior das confecções é o sistema de pagamento por peça. O aumento, nas últimas décadas, da incidência de confecções paulistanas que se utilizam desse sistema produtivo é notório. Estrategicamente implementado, o pagamento por peça amplia a produtividade da indústria sem que haja a necessidade do investimento de capital em máquinas mais eficientes. Ao invés disso, promove-se a intensificação do ritmo de trabalho.

Nessa medida, o trabalho por peça possui um forte impacto psicológico sobre os trabalhadores, já que, ainda que precariamente, eles mesmos controlam o quanto ganham pelo tempo e pelo esforço de suas rotinas de trabalho. Por essa razão, grande parte deles é favorável ao sistema de pagamento por peça. Isso é compreensível, dado que, por mais que eles notem que trabalham em um ritmo alucinante, a regra do jogo à qual estão submetidos demonstra, com efeito, que trabalhadores ligeiros recebem mais, comparados aos mais lentos⁷⁵. Desse modo, o

⁷⁵ Desse modo, parte deles até percebem que estão sendo manipulados, mas as condições às quais estão submetidos onde trabalham parecem ser inalteráveis, ao menos por suas próprias mãos.

pagamento por peça parece ser a recompensa pela produtividade individual: paga-se ao trabalhador o que ele realmente mereceu.

Ora, o valor pago ao trabalhador normalmente é vinculado diretamente ao preço que os fabricantes pagam aos contratantes pelas roupas. A existência de um grande número de oficinas de confecção na cidade faz com que os contratantes possuam pouca capacidade de barganha frente aos produtores e, portanto, que não consigam repassar eventuais flutuações do custo da produção para o preço das roupas que serão vendidas para os produtores ou para os varejos. Cientes disso, quando os trabalhadores exigem mais pelo serviço realizado, os empreiteiros sentem como se eles estivessem tentando ganhar um dinheiro indevido e subtrair-lhe seu lucro, usualmente atarracado.

Tendo isso em vista, os trabalhadores do vestuário raramente recebem aumentos ou reajustes relativos à inflação e um dos poucos modos encontrados por eles de conseguir mais dinheiro é trabalhando mais velozmente ou devido a um número maior de horas trabalhadas. Todavia, os trabalhadores nem sempre são bem sucedidos nessa estratégia. Alegando que se encontram sobre constante pressão econômica, não raro os contratantes cortam parte do valor pago por peça, que é combinado previamente, quando os trabalhadores se tornam eficientes demais⁷⁶. Curiosamente, conclui-se que a intensificação e a extensão da jornada de trabalho não significam sempre maiores salários. Fica evidente que a lógica da superexploração subjaz a todo o sistema de pagamento por peça da produção do vestuário.

Com efeito, os efeitos mais perniciosos das longas jornadas de trabalho podem ser observados a médio e longo prazo na saúde dos costureiros. Mesmo que ainda não exista uma quantificação de qual a proporção ou qual o número total dos casos, muitos bolivianos que se dedicam à costura há alguns anos possuem, entre outras coisas, dores musculares, problemas nas costas – por ficarem horas na mesma posição, arqueados em cadeiras inadequadas –, fadiga ocular – em alguns casos devido à falta de luminosidade no ambiente de trabalho, em outros, devido à elevada carga horária de trabalho –, lesões por esforço repetitivo (LER) – graças à configuração da produção que faz com que o trabalhador realize um elevado número de movimentos similares sem descanso –, doenças respiratórias, decorrentes da inalação de poeira

⁷⁶ Soma-se ainda o fato de que alguns contratantes acreditam que os trabalhadores ganham demais e, diante disso, devam ser pagos com o menor salário possível, independentemente de suas produtividades.

de algodão e de produtos químicos associados a certos tratamentos têxteis que os tecidos das calças ganham⁷⁷.

2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Com o advento das terceirizações e a consequente expansão da informalidade no setor do vestuário, as grandes matrizes varejistas e atacadistas – atendidas indiretamente pelas pequenas oficinas do Brás, Belém, Belenzinho, Bom Retiro, Pari e adjacências – eximiram-se (ou tentaram se eximir) da responsabilidade dos direitos trabalhistas da cadeia produtiva que as precedem, o que possibilitou uma redução do preço venal praticado e, consequentemente, o aumento da competitividade dessas empresas.

No entanto, se os elos da cadeia do vestuário precedentes aos costureiros – principalmente, varejos e produtores – foram beneficiados, em maior ou menor grau, pela reestruturação produtiva da costura, para os trabalhadores do setor isso representou um aumento da precarização das condições de trabalho, da instabilidade empregatícia, da informalidade e uma redução salarial. Sob o ponto de vista do mercado interno, foi precisamente esse cenário que possibilitou o crescimento da utilização da força de trabalho imigrante boliviana nas confecções paulistanas. Vale destacar que, para os empreiteiros, o rearranjo produtivo do setor, ao invés de uma estratégia bem planejada para maximizar lucros, foi uma necessidade de subsistência⁷⁸. Se realizarmos um balanço geral entre as condições econômicas dos pequenos empreiteiros e dos costureiros, constataremos que eles não divergem substancialmente entre si. Aliás, isso se explica porque a cadeia do vestuário está estruturada de tal sorte que a extração do excedente é repassada automaticamente para os grandes varejos⁷⁹.

Em síntese, a competitividade da indústria do vestuário paulistana está diretamente ancorada na redução dos custos produtivos advindos do aumento da extração de mais valia

⁷⁷ Ainda quanto à saúde, a seguinte passagem da dupla americana sobre a costura nos EUA caberia adequadamente ao exemplo dos trabalhadores imigrantes no Brasil: “A questão da cobertura de saúde é especialmente problemática porque, sem ela, muitos trabalhadores do vestuário dependem de um sistema já superlotado. [...] As margens dos empreiteiros são muito pequenas para manter o pagamento de um seguro de saúde para os trabalhadores do vestuário, e os produtores (uma escala acima dos empreiteiros), os quais muitos poderiam arcar, negam qualquer responsabilidade para cobrir benefícios de saúde para os trabalhadores que costuram suas roupas” (BONACICH e APPELBAUM, 2000, p.183).

⁷⁸ O que não justifica os casos de maus tratos de alguns empreiteiros para com os trabalhadores da costura.

⁷⁹ Contudo, os produtores também não deixam de apresentar ganhos expressivos.

absoluta até o seu limite (leia-se o próprio limite do trabalhador) e da violação, praticamente generalizada, dos direitos trabalhistas, pois as oficinas de confecção, dependentes dos setores varejista e atacadista que exigem baixos custos produtivos, necessitam de uma força de trabalho que satisfaça as demandas desse circuito. O carvão dessa indústria tem sido os trabalhadores imigrantes sul-americanos, sobretudo bolivianos, movidos pela busca por melhores condições de vida. Desse modo, da maneira em que o setor do vestuário paulistano – da produção à venda – está organizado, imigrantes e imigração, oficinas de confecção e varejo, estabelecem uma relação simbiótica. Não se pode compreender um se não se compreender os demais.

3. AS REIVINDICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DOS IMIGRANTES.

“Se não tiver organização política está perdido! Não gera demanda. Não gera pressão. Não forma grupo de pressão”

Adriano Diogo – Deputado Estadual de São Paulo durante a Marcha dos Migrantes.

“Os bolivianos vivem numa ilha dentro desta grande cidade, pela dificuldade da língua, se fecham em casas, praças, e ruas onde se concentram bolivianos [...] somos vistos como bicho raro, mas já tem pessoas que tentam mudar esta realidade”.

Luis Vásquez – boliviano, presidente da ASSEMBOL em entrevista cedida a nós.

“[...]não há luta, não há vitória do povo, sem movimentação popular e sem que estejamos nas ruas reivindicando para mostrar às autoridades que queremos melhorar nosso estado aqui”

Carmelo Muñoz – boliviano, presidente da ADRB durante a Marcha dos Migrantes

Passadas três décadas desde que a migração boliviana para RMSP intensificou-se, a comunidade local desses imigrantes ganhou notoriedade sob muitos aspectos. Além de sua própria presença ter sido sentida em maior escala pela população local devido ao aumento de seus componentes, as notícias vinculadas nos veículos de comunicação em massa e que ressaltavam as condições de trabalho enfrentada pelos bolivianos no ramo da costura paulistana catalisaram esse processo, sobretudo até meados do início dos anos 2000. A exemplo, Preturlan (2012) cita que, não raro, manchetes da época traziam títulos como: “Trabalhadores se oferecem na praça, como escravos”, 13 de dezembro de 1992 (O Globo); “Senzala paulistana”, 19 de maio de 1993 (Veja); “Há escravos em São Paulo. Estão em prisões infectas nos subterrâneos”, 18 de março de 2001 (O Estado de S. Paulo). Quase de forma concomitante, os bolivianos organizaram-se em cooperativas e associações, fortaleceram e reformularam outras já existentes,

firmaram parcerias com ONGs, Movimentos Sindicais, Comitês, dentre outras entidades⁸⁰. Mesmo nos casos daquelas organizações coletivas genuinamente formada por imigrantes que nasceram em torno de questões ligadas ao trabalho, suas agendas reivindicatórias passaram a incluir temas vinculados aos direitos de cidadania, isto é, direitos civis, políticos e sociais. Em poucos anos, um novo cenário começou a emergir: antes, lembrados e/ou considerados pela grande mídia e pelo senso comum como agentes politicamente passivos, pelos casos de denúncia envolvendo trabalho em condições análogas à de escravo nas confecções, pela “invisibilidade” social gerada pela situação migratória e pela inserção subalterna na sociedade paulistana, os bolivianos – que hoje são a principal nacionalidade dentre todos os latinos que vivem no Brasil –, em companhia demais imigrantes e simpatizantes, demonstraram expressivo avanço quanto sua capacidade mobilizatória e assumiram a *avant-garde* das manifestações de estrangeiros que recentemente tomaram as ruas da maior metrópole brasileira. Todavia, antes mesmo de adentrar à temática das organizações coletivas e das manifestações, resta saber qual seria efetivamente a situação da comunidade boliviana na RMSP quanto aos diferentes aspectos sobre os quais incidem suas reivindicações mais prementes.

3.1 A VISIBILIDADE BOLIVIANA: UM PROCESSO EM (RE)CONSTRUÇÃO?

3.1.1 Mapeamento da discussão

A primeira vista, pode parecer empreitada simples emitir um diagnóstico definitivo quanto aos diversos aspectos que englobam a situação da comunidade boliviana da RMSP. Não obstante, será esmiuçado, principalmente para além das questões que envolvem o universo do trabalho, a comunidade boliviana é vista de diferentes formas, sob diferentes ângulos, inclusive no próprio ambiente acadêmico.

Sidney Silva foi quem primeiro elaborou uma pesquisa de peso tendo como objeto a migração boliviana para a RMSP. Assim, em sua já citada dissertação de mestrado, de 1995,

⁸⁰ Tomando como referência os participantes da Marcha dos Migrantes – maior manifestação de rua dos imigrantes da RMSP –, esse bloco que atua em torno dos direitos dos imigrantes seria composto por aproximadamente 30 entidades: CAMI, SPM, CPM, ICUJAL-UGT, CUT, Western Union, ADRB, Associação BOLBRA, Salvador Allende, JSF, JAPAYKE, MM, COEBIVECO, Educar para o mundo, Associação Deportiva “Expresión Social” de Futsal Imirim, Comissão Internacional dos Trabalhadores, TV Integração, Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Comunidade Paraguaia Warmis, Confederação Sindical das Américas, Centro das Culturas, Associação Gastrônoma Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, Associação Guaraní Radio Infinita, Bolivia Cultural, Radio 9 de Julho, Jornal Nosotros, CDHIC, Fraternidad Caporales San Simón e grupo folclórico Kantuta Bolivia.

Silva apresenta um panorama bastante detalhado que compreende os primórdios da migração boliviana para o Brasil, o trabalho no ramo do vestuário, a discriminação racial e social e as dificuldades engendradas pela situação migratória irregular. Os trabalhos acadêmicos que vieram a seguir foram, em maior ou menor intensidade, influenciados por essa pesquisa.

Silva (1995, 1997, 2006, 2008b) foi igualmente um dos pioneiros ao expor o preconceito sofrido pelos imigrantes bolivianos ao serem indistintamente associados, por parte da opinião pública brasileira, ao trabalho escravo e ao tráfico internacional de drogas. É interessante salientar que esse fato não impediu que o antropólogo denunciasse as condições degradantes que há décadas vigoravam no interior das oficinas de confecção paulistanas. As mencionadas pesquisas apontam que, a partir de uma relação de dependência muito próxima da servidão, constituem-se as condições reais e simbólicas do processo de exploração da mão-de-obra boliviana em São Paulo. E isso se deve, sobretudo, ao fato de que, além de lhes pagarem os primeiros gastos referentes à viagem, os empregadores se utilizam de outra estratégia muito eficiente, a saber, oferecer-lhes moradia e alimentação. Dessa forma, as promessas de boas oportunidades se transformam, por vezes, em frustração e humilhação, pois, quando chegam à São Paulo, a realidade costuma ser diferente daquela prometida pelos agenciadores. Há casos extremos como aqueles em que Silva (2006, p.159) relata que bolivianos

[...] trabalhavam das seis da manhã até meia-noite, alimentando-se mal. O patrão, um boliviano, não os deixava sair, intimidando-os, dizendo que a Federal (polícia) estaria rondando por ali e poderia detê-los. O tempo de reclusão, para indocumentados, segundo ele, seria de quinze anos. Trabalhou cinco meses com esse boliviano e não recebeu nada. Segundo o oficinista, o dinheiro era enviado à Bolívia para os seus familiares, o que não era verdade.

O panorama apresentado por Sidney Silva, no entanto, não é simplista, já que o mesmo explica que, em função da própria lógica produtiva vigente no ramo da costura, existe uma situação contraditória envolvendo trabalhadores e empregadores compatriotas. Nesse sentido, os últimos seriam simultaneamente explorados e exploradores. Os trabalhadores, por sua vez, considerariam a situação na qual vivem na costura como sendo temporária e, por conseguinte, válida⁸¹ (o que discurremos no capítulo anterior).

⁸¹ Em suas palavras: “a sujeição de um trabalhador a um empregador não se dá sem a sua convivência, pois para ele as relações de exploração desenvolvidas nas oficinas de costura são vistas como um momento transitório em vista de uma situação posterior diferenciada, a qual resultaria numa mudança de papéis, isto é, o trabalhador passaria da condição de costureiro para a de oficinista. Esse é o sonho acalentado pela maioria dos que trabalham nesse segmento do mercado de trabalho paulistano” (SILVA, 2006, p.159).

Sobre as estratégias de inserção territorial, Silva (1998; 2008b) acredita que há espaços nos quais os imigrantes bolivianos se concentram na capital paulista, onde ocorre partilha de experiências e traduções culturais em um contexto diverso daquele existente nos limites territoriais da Bolívia. Essas localidades, portanto, seriam enclaves étnicos que facilitam a adaptação desses imigrantes na RMSP. Dessa maneira, a prevalência da população de hispano-americanos em espaços específicos na cidade de São Paulo demonstra que a inserção deles no espaço metropolitano é tão subalterna quanto a dos migrantes internos, especialmente dos nordestinos, os quais enfrentam diversos preconceitos construídos pela sociedade local (SILVA, 2008b)⁸².

Tais preconceitos trariam consequências diversas, como a estigmatização – em termos goffminianos⁸³ – dos bolivianos residentes no Brasil. Em decorrência dessas práticas discriminatórias, o caminho adotado por alguns imigrantes seria o da adoção de uma estratégia de mobilidade denominada por Florestan Fernandes como “egoísta” pela qual “o imigrante procura se desvincular dos vários estigmas imputados ao seu grupo através da ruptura das relações com o mesmo, durante um determinado tempo” (SILVA, 1998, p.186). Logo, esse isolamento, surgiria como uma tática temporária de autoproteção social, de sobrevivência e de adaptação em São Paulo, que lhes imporia solidão e, por vezes, desconfiança, individualização e competição entre seus patrícios.

Contudo, para Silva (2006, p.167), “a contrapartida do processo de discriminação se dá pela mobilização do grupo em torno de práticas culturais veiculadas particularmente nas festas devocionais realizadas em São Paulo”. As festas em louvor a Nossa Senhora de Copacabana, por exemplo, ocorrem todo ano durante o mês de Agosto na região central da cidade de São Paulo,

⁸²“Tais semelhanças não parecem ser por acaso, pois festas da Virgem de Copacabana e de Urkupiña, realizadas pelos bolivianos, acontecem exatamente no Pólo Cultural Nordeste, localizado no bairro do Pari, ou em alguma quadra de escola de samba, entre elas, as da Gaviões da Fiel e a da Camisa 12. Nesse contexto desfavorável tanto para migrantes quanto para imigrantes, poderíamos dizer que uma manifestação cultural de bolivianos na Praça Kantuta não tem a mesma visibilidade na metrópole que uma festa italiana, no bairro do Bexiga, como é o caso da Akiropita, ou ainda uma festa japonesa, no bairro da Liberdade” (SILVA, 2008a, p.37).

⁸³ Erving Goffman (2008) descreve em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social”. Nesse sentido, Goffman (2008) completa que, quando a pessoa não atende a tal padrão, por ser considerada má, fraca, perigosa etc., deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.

no local onde funciona a sede da Pastoral do Migrante. O evento congrega imigrantes de diversas nacionalidades. A importância dessas práticas festivas, segundo Silva (2006), é que elas revelam a vitalidade cultural de uma população que, mesmo imersa em uma conjuntura adversa, procura se mostrar e demonstrar que possui algo a oferecer à sociedade paulistana, além da sua já conhecida mão-de-obra mal remunerada no setor do vestuário.

Anos mais tarde, Cristina Cacciamali e Flávio Azevedo (2006) trataram de uma das facetas mais obscuras das migrações contemporâneas: o tráfico humano⁸⁴. O tráfico humano se caracteriza nos casos em que, após ultrapassar fronteiras nacionais, pessoas são submetidas à exploração ou abuso mediante coerção, fraude ou força. Nesse sentido, ao se debruçar sobre a imigração boliviana irregular para o Brasil, a dupla de pesquisadores trabalhou com a hipótese de que existiria uma “sofisticada rede dedicada ao tráfico de seres humanos” no Brasil, cujo destino seria o centro industrial de São Paulo e suas adjacências. Tal suposição teria ganhado força após entrevistas realizadas na Pastoral dos Migrantes Latino-americanos e no Centro de Estudos Migratórios terem apontado que uma parcela importante dos imigrantes bolivianos residentes na RMSP – e que trabalham como costureiros em oficinas de confecção – pode já ter enfrentado circunstâncias similares àquelas descritas na definição de tráfico humano.

Cacciamali e Azevedo (2006) consideram o deslocamento humano um ato volitivo, uma opção de coragem, mesmo nos casos que envolvem migrantes pobres fugindo da miséria. Dessa forma, normalmente, a busca de ascensão social, reconhecimento de sucesso por seus compatriotas e um duplo sentimento de realização e ambição motivariam as pessoas a optar pela mobilidade. No entanto, nem sempre as informações com as quais os agentes norteiam suas escolhas são confiáveis. Destarte, ainda a respeito do agenciamento migratório internacional, Cacciamali e Azevedo (2006, p.132) afirmam que “frequentemente, as vítimas são enganadas e incitadas com promessas de uma vida melhor, através das mais variadas ofertas de emprego. Porém, uma vez deslocadas para o local do emprego e isoladas podem ver cerceadas a sua liberdade”. Isso ocorreria, sobretudo, devido à condição de irregularidade de muitos imigrantes

⁸⁴ O tráfico humano não é algo pouco discutido ou estudado. Todavia, enquanto uma atividade ilegal que ocorre “nas sombras”, os especialistas são praticamente unânimes em reconhecer que não há estatísticas confiáveis para fornecer uma ideia precisa da extensão do problema. Além disso, outra enorme dificuldade de se pesquisar e, ao mesmo tempo, de se fiscalizar esse tipo de atividade é que a mesma envolve poderosos e ramificados circuitos internacionais de exploração que se adaptam rapidamente: as entradas de pessoas pelas fronteiras são alteradas; a atuação das quadrilhas variam entre hotéis, bares, bordeis, cabarés, *sweatshops* e outros locais de trabalho forçado. O fato é tratado de maneira descoordenada e diversa entres os vários Estados, seja no âmbito da legislação ou das formas de combate.

que acabam se submetendo ao confinamento e são coagidos a trabalhar mediante ameaças de denúncia e deportação. Como se pode notar, é algo muito próximo do que Silva (2006) já havia relatado. No caso dos imigrantes bolivianos que possuem um conhecimento prévio relativamente condizente com a realidade acerca do trabalho na costura paulistana, a escolha de migrar traria consigo o dilema de migrar ainda que, possivelmente, isso signifique sujeitar-se, inicialmente, ao tráfico humano para, posteriormente, obter melhores condições de vida.

Em 2007, Cymbalista e Xavier investigaram a inserção territorial da comunidade boliviana em São Paulo e identificaram uma hipertrofia do espaço do trabalho (que também é o espaço da moradia) em relação à presença da comunidade no espaço público. De acordo com os autores, a presença pública desses imigrantes seria significativamente “constrangida e fugaz”, o que, de fato, não pode ser confundida com uma total ausência.

Trilhar os percursos dos bolivianos na cidade é uma tarefa que exige certo esforço de olhar e que às vezes só é perceptível com uma visão etnográfica. Nesse mapeamento, encontramos alguns circuitos recorrentes e outros em construção ou em disputa na cidade (CYMBALISTA e XAVIER, 2007, p.126).

Logo, a dupla considera que a comunidade boliviana em São Paulo tinha uma baixa visibilidade, pois se tratava (naquele momento) de um grupo praticamente ausente das estatísticas públicas, politicamente pouco organizado e pouco interessado em ser estudado, o que dificultava, inclusive, a própria coleta e construção de conhecimento a respeito do grupo.

Entretanto, como a dimensão da comunidade boliviana em São Paulo, recentemente, hipertrofiou-se, a mesma se encontraria no limiar de um passado de quase total invisibilidade para, possivelmente em pouco tempo, tornar-se um ‘problema’ para a cidade de São Paulo. Nesse sentido, a abertura, em 2005, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apurou as denúncias veiculadas nos meios de comunicação e acabou confirmando a existência de exploração de imigrantes bolivianos nas oficinas de costura em condições de trabalho análogas ao escravo, foi, para o bem ou para o mal, um marco da evidência social desse grupo (CYMBALISTA e XAVIER, 2007).

Os cinquenta questionários aplicados pela dupla ao longo da pesquisa apontaram que 86% dos entrevistados trabalhavam com confecção de roupas – sendo que a grande maioria já vinha da Bolívia contratada para trabalhar em uma oficina de costura. Ademais, com relação ao ponto de vista dos próprios bolivianos acerca das condições de trabalho da costura, o rótulo de trabalho escravo foi apontado como foco de sentimentos ambíguos:

Lideranças de maior visibilidade frequentemente afirmam que a imagem clássica do trabalhador boliviano escravizado em oficina de costura denigre a imagem da comunidade e reforça a discriminação que sofrem pela sociedade. Por outro lado, muitos dos entrevistados concordam que existe esse tipo de prática de exploração entre a comunidade boliviana empregada no ramo da costura (CYMBALISTA e XAVIER, 2007, p.125).

Outro ponto que reforçaria a sensação de invisibilidade do grupo diz respeito à falta de receptividade que instituições municipais têm às demandas dos imigrantes. Embora os serviços de saúde e educação, por exemplo, sejam abertos a quaisquer pessoas, Cymbalista e Xavier (2007) afirmam que não há qualquer demonstração de interesse do poder local em atender às diversas necessidades cotidianas ou, tampouco, criar estratégias de aproximação com as centenas de milhares de imigrantes invisíveis que trabalham em condições precárias. Uma das razões para isso seria a ausência do direito ao voto. Com efeito, a pressão exercida pelas denúncias da mídia nacional e internacional e também pela academia nas instâncias municipais atuaria na direção oposta, isto é, no sentido de evidenciar a comunidade boliviana, de tal sorte que poderiam corroborar para uma melhoria do atual panorama.

Em uma vertente diferente, Manetta (2012) procurou evidenciar os aspectos negativos que as notícias relacionadas à existência de trabalho precário no interior da comunidade boliviana trariam à mesma. Dessa forma, sua pesquisa analisa o discurso midiático e considera que as veiculações cotidianas influenciam na geração e na manutenção de estereótipos associados aos bolivianos que vivem no Brasil, uma vez que a visibilidade promovida pela mídia jornalística se dá em torno do tráfico de drogas, do trabalho escravo no ramo da costura e da miserabilidade social. Conceitualmente, Manetta (2012) trabalha com a ideia de que os atos discursivos são atos sociais que produzem consequências sociais e, logo, assume-se que as notícias possuem capacidade de influenciar a opinião pública e contribuir para a formação de um senso comum norteado por uma premissa falsa: a de que os bolivianos formam um grupo indistinto. Sociologicamente, seu aporte teórico apriorístico é o de que as práticas discursivas promovem efeitos reais, em última instância, manipulam a compreensão do “real”, e podem, em uma interpretação mais ampla, alterá-lo.

Assim como Manetta (2012), outros pesquisadores deram eco a essa ideia de uma atuação perniciosa da mídia e de certos trabalhos acadêmicos e se empenharam em tentar desconstruir as

abordagens ancorada no trinômio “escravo-ilegal-invisível”⁸⁵. Esse é o caso da dissertação de mestrado de Iara Xavier (2010). Nele, a autora procurou demonstrar como os bolivianos da RMSP divergem, seja quanto ao local de residência, quanto ao perfil econômico ou indenitário.

Nessa medida, inicialmente, Xavier (2010) procurou estabelecer uma relação entre a diversidade de localizações no espaço urbano ocupado pelos bolivianos e a própria identificação social externa desse grupo, isto é, várias localidades comportariam (ou deveriam comportar⁸⁶) várias identidades. Nota-se que sua interpretação vai ao encontro do que Tarrius (2005) já havia apontado: território e identidade possuem um forte vínculo, decorrente da incessante negociação entre as pessoas e o seu redor⁸⁷. Isso posto, Xavier (2010) esclarece que a região central de São Paulo continua primordial ao se falar em novos fluxos internacionais aportando no Brasil, pois continuaria detendo a maior concentração de migrantes bolivianos recentes. Sua inovação, a esse respeito, está em afirmar que a RMSP assumiu um caráter de área de circulação, isto é, que teria se tornado porta de entrada e lugar de redistribuição dessa população para outras localidades, como o interior do estado de São Paulo. Para ela, o reconhecimento da diversidade das localizações no espaço urbano impeliria a discernir e questionar as categorias de identificação desse grupo social. Nesse sentido, sua motivação é desconstruir as visões que, utilizando-se de categorias homogeneizantes, apontariam “pouca variabilidade socioeconômica no interior do grupo e a alta concentração em um ramo de atividade econômica” (XAVIER, 2010, p. 136). Em suas palavras, isso faz sentido, pois “partir das diferenças e não das semelhanças nos ajuda a

⁸⁵ Iara Xavier (2012) afirma que o trinômio “imigrantes-escravo-ilegal” teria sido primeiramente utilizado por Campos (2008) em *Entre pertencimentos e estigmas*, posteriormente, adaptado pela mesma pesquisadora. Ela afirma que para Campos, a imagem dos bolivianos fornecida pela mídia e digerida pela sociedade paulistana associa ilegalidade, clandestinidade, escravidão, pobreza e, como pano de fundo, a piedade. Às categorias “escravo” e “ilegal” associamos a ideia de invisibilidade (Santos, 2009; Iokoi, 2008; Cymbalista e Xavier, 2007).

⁸⁶ A autora afirma que a mídia impõe apenas uma identidade ao grupo.

⁸⁷ Na palavras de Tarrius (2005, p. 34): “La notion de territoire est aussi floue que celle d’identité; elle exige, à chaque usage, un rappel de sa définition. A *minima*, nous dirons que le territoire est une construction consubstantielle de la venue à forme puis à visibilité sociale d’un groupe, d’une communauté ou de tout autre collectif dont les membres peuvent employer un « nous » identifiant. Il est condition et expression du lien social. Il advient comme moment d’une négociation, entre la population concernée et celles qui l’entourent, qui instaure des continuités dans les échanges généralisés. Le territoire est mémoire: il est le marquage spatial de la conscience historique d’être ensemble. Les éléments de scansion, continuités et discontinuités, contigüités et discontigüités, de cet espace-mémoire sont matériels, factuels, et fonctionnent comme des repères: tel événement, tel homme, et tel emplacement, reconnus par tous. La mémoire collective accumule les emplacements-événements repères et constitutifs des interminables négociations qui autorisent les changements d’expression sociale, de forme apparente. De telle sorte que l’on pourrait affirmer que la forme territoriale est incessante négociation elle-même”.

observar com mais profundidade detalhes que, *a priori*, podem passar despercebidos” (XAVIER, 2010, p. 136).

Seu segundo passo foi apresentar o perfil socioeconômico dos bolivianos da RMSP. Para tanto, apoiou-se nos dados fornecidos pelo Censo do IBGE de 2000 que apontam que, em relação à ocupação, 43% da população boliviana se ocupam em atividades relacionadas à confecção de roupas – destes, 38% se enquadram como operadores de máquina de costura. Xavier (2010, p.78) salienta que “não podemos ignorar, o fato de que 8,6% realizam atividades consideradas de alta qualificação, como médicos e dentistas, mostrando uma heterogeneidade na composição de ocupação entre os bolivianos residentes na RMSP”. Ademais, “a maioria dos bolivianos ocupados trabalha por conta própria (42,2%) e 31% são empregados e não possuem carteira assinada, embora 17,8% possuem o registro de trabalho – uma porcentagem que não pode ser considerada baixa” (XAVIER, 2010, p.78). O panorama apresentado por ela se complementa com a exposição dos rendimentos desse grupo específico: “A maior parte dos bolivianos ocupados recebe de 0 a 3 salários mínimos que pode ser considerado população de baixa renda (40,3%), embora nas outras faixas salariais exista uma representatividade equilibrada” (XAVIER, 2010, p.80).

É diante desses dados que concluirá:

[...] fizemos uma rápida caracterização sociodemográfica dos bolivianos residentes na RMSP, questionando algumas das formas de captação desses migrantes nas fontes de dados disponíveis e evidenciando a heterogeneidade do grupo como nos perfis ocupacionais. (XAVIER, 2010, p.81)

Assim, uma vez apresentadas a circunscrição territorial e a caracterização socioeconômica desses imigrantes, Xavier (2010) parte para a discussão que mais nos interessa: se haveria ou não invisibilidade dos bolivianos que vivem em São Paulo. Ao tratar dessa questão, o foco de Xavier incide, primordialmente, sobre o imaginário dos observadores. De início, ela afirma que, na medida em que o território é o espaço da cidadania, dos direitos sociopolíticos básicos, ao se tomar os migrantes de acordo com categorias generalizantes – como “ilegal” – se está comprometendo a própria territorialidade dos mesmos. De tal modo, a categoria “ilegal”, que é muitas vezes encontrada sob o formato eufêmico de “indocumentado”, remeteria a uma condição situada à margem da jurisdição predominante em um determinado contexto nacional que possuiria um efeito estigmatizante sobre os indivíduos de forma permanente, mesmo que esses alterem seu *status* jurídico (por exemplo, regularizando sua situação migratória).

De fato, quando esse preconceito é transposto para o interior das análises do universo do trabalho, uma nova chaga social é criada. Diz ela:

A situação “clandestina” dos bolivianos associada ao trabalho – presente em grande parte dos sistemas migratórios – acaba sendo reforçada, sem que se questione ou reconheça que a exclusão é um fenômeno que permeia a sociedade de acolhida como um todo. Esse fato contribui para criar a segunda categoria, do “escravo”, que também leva a outro tipo de estigmatização entre os bolivianos (XAVIER, 2010, p.139).

Com efeito, talvez, seja necessário enfatizar que sua pretensão não é negar a existência do trabalho em condições análogas à de escravo, mas ressaltar o fato de que não são todos os bolivianos residentes em São Paulo que se encontram em tal situação. Em suas palavras, “associar, imediatamente, os bolivianos a ‘trabalhadores sujeitos a condições análogas à escravidão’, como categoria fixa e inerente a esses migrantes, pode ser tão perverso quanto denunciar essa condição” (XAVIER, 2010, p. 140). Ademais, Xavier (2010) aponta que, tomando como base suas entrevistas, os bolivianos não se consideram “escravos” – e mesmo aqueles que estão sujeitos a essa condição, um dia podem sair dela. Por essa razão, seria ilógico apregoar a alguém que se encontra em uma situação temporária um rótulo permanente.

Por fim, conforme desenrola sua argumentação, Xavier (2010) explica que a condição de explorado caminha ao lado da visão de que os bolivianos são todos muito trabalhadores e submissos. Essa visão teria advindo da perspectiva falsa de que os bolivianos são imigrantes de origem rural, que desconhecem as “leis da cidade” e que, portanto, são presas fáceis das lógicas perversas do universo urbano. Dessa forma, sua trilha racional a leva a concluir sobre a visibilidade desses imigrantes:

Submissão e “ilegalidade” também se juntam para criar uma ideia de invisibilidade desse grupo. À ideia de invisibilidade, de um lado, ligada uma baixa circulação em ambientes públicos, em função do medo de serem “pegos” por fiscais de órgãos públicos, vem se juntar as categorias de “ilegais” e “escravos”, garantindo aos bolivianos um lugar restrito no “submundo da cidade”. Nesse sentido de uso do termo contrariamos nosso próprio trabalho anterior (Cymbalista e Xavier, 2007), já que não nos parece que hoje seja apropriado usar essa imagem, não somente porque podemos ver bolivianos circulando nas ruas, mas porque eles são invisíveis somente aos olhos de quem só consegue observá-los através do fosso que separa condições legais de “ilegais” de existência, materializadas no espaço da cidade. Por outro lado, a ideia de invisibilidade pode ser explorada no sentido político, como o mecanismo que permite que sejam reiteradas as visões homogeneizadoras em torno dos bolivianos (XAVIER, 2010, p.142).

Enquanto Xavier se posiciona claramente no sentido de uma inexistência de invisibilidade social desse grupo, Preturlan (2012) se mostra dividida. De acordo essa autora, a invisibilidade

e a visibilidade dos migrantes foram tratadas por estudos e atores sociais de diversas maneiras, por vezes, contraditórias. Por isso, seria difícil apresentar um parecer definitivo a respeito, já que há diferentes situações possíveis e verificáveis em meio à diversidade de migrantes bolivianos na cidade. A esse respeito Preturlan (2012, p.124) descreve:

Primeiramente, existe a associação da invisibilidade à situação migratória irregular; assim, por medo de serem “descobertos”, os migrantes evitariam os espaços públicos (CYMBALISTA e XAVIER, 2007), explicação que estudos posteriores rechaçam (XAVIER, 2010). Especialmente nos bairros em que há grande concentração de migrantes bolivianos, é evidente que não é possível falar de sua invisibilidade, no sentido da sua ausência no espaço público. [...] Em outros contextos, argumenta-se que os migrantes são “invisíveis” do ponto de vista do Estado e das políticas públicas, no sentido de que elas não observam nem promovem os direitos dos migrantes [...] (MAGALHÃES, 2010).

Além dessas três possibilidades, Preturlan (2012, p.124) diz que a invisibilidade também pode ser pensada na chave das estratégias individuais, pois “alguns migrantes tentariam se ‘misturar’ à sociedade brasileira, afastando-se dos outros de mesma nacionalidade, com o objetivo de se dissociar dos preconceitos que pairam sobre esse grupo”. Nesse sentido, Silva (2005) e Vidal (2012) divergem entre si: enquanto o primeiro pensa que deixar de lado as roupas tradicionais seria uma maneira utilizada para diminuir a visibilidade sobre suas origens étnicas, o segundo afirma que seria fácil verificar que os bolivianos não se escondem, pois suas aparências manteriam roupas e cortes de cabelo típicos. A esse respeito, Preturlan (2012, p.124-125) acredita que haveria uma diferença básica entre os imigrantes de estratos sociais diferentes:

Com relação aos migrantes mais antigos, oriundos da classe média boliviana, a questão das vestimentas típicas nem se coloca; trata-se de um estrato populacional que também na Bolívia adotava vestimentas ocidentais. Entre os migrantes mais pobres, grande parte de origem indígena, é possível identificar algumas mulheres que usam as saias compridas das indígenas (versões mais simples das *polleras*) e as duas longas tranças no cabelo.

Em síntese, Preturlan (2012) chega considerar a possibilidade defendida por Silva (1997) de que o abandono de vestimentas tradicionais seria uma estratégia de mobilidade social ascendente, visando à dissociação de suas origens nacionais. Dessa forma, os bolivianos poderiam se utilizar de uma forma de invisibilidade (no sentido de buscar maior semelhança com o que consideram serem os padrões da sociedade local) ou de visibilidade (no sentido da distinção obtida por meio da ostentação de bens de consumo) orientados por considerações de classe social e de mobilidade social ascendente.

Dessa forma, perfiladas diferentes argumentações sobre a visibilidade da comunidade boliviana na RMSP, cabe a nós, agora, posicionarmo-nos sobre algumas delas.

3.2 APONTAMENTOS COMPLEMENTARES

A noção de visibilidade social de uma coletividade humana qualquer traz consigo, de um lado, a perspectiva de um observador ou de um grupo de observadores com relação a outrem e, de outro, a imagem que essa coletividade possui de si mesma. Dessa forma, o caráter abstrato, próprio à temática, e a subjetividade, proveniente da existência desse duplo panorama, torna, por vezes, o debate amplo e escorregadio. Nesse sentido, até mesmo como uma tentativa de trazer a discussão para um universo mais palpável, o debate acerca da visibilidade e da invisibilidade sociais, quase invariavelmente, tem sido atravessado transversalmente por outros subtemas, como, aliás, procuramos demonstrar nas páginas anteriores. No caso da migração boliviana para a RMSP, aqueles mais revisitados no interior das pesquisas acadêmicas efetivamente são: o preconceito, o perfil econômico do grupo, as definições de *status* migratório, a abrangência identitária do grupo sob a visão interna e externa e o tratamento jurídico que o Estado brasileiro dedica aos estrangeiros.

Nessa medida, buscamos, aqui, igualmente salientar que o foco analítico das pesquisas que discutem a visibilidade da comunidade boliviana tem incidido essencialmente sobre a opinião pública, a mídia, o poder público (ou seja, os observadores externos) e, em outras situações, sobre as ideias que os bolivianos possuem do grupo ao qual pertencem (os próprios agentes). Vale frisar, porém, que não há uma cisão hipotética entre estudos que recorrem somente a um ou a outro interlocutor, pois a perscrutação desses agentes distintos geralmente aparece de maneira complementar no âmbito dos trabalhos acadêmicos.

Contrariamente e em um aspecto diverso, pouco a pouco tem se estabelecido duas “tradições”⁸⁸ ideologicamente díspares ao se abordar a migração boliviana para São Paulo: as pesquisas pautadas pela crítica social, que procuram expor as condições precárias e as relações de exploração vigorantes no âmbito da costura paulistana; e aquelas que procuram rebater às formas simplistas pelas quais esses imigrantes são descritos em algumas pesquisas e na mídia,

⁸⁸ Tradição aqui aparece entre aspas devido ao relativamente pouco tempo em que se tem estudado os imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo: pouco mais de duas décadas.

como também às consequências perniciosas que as denúncias promovidas pelas mesmas engendrariam. Nota-se que, em nenhum dos casos, o dilema central gravita em torno da pretensa postura externa e objetiva à qual deve ser respeitada ao se fazer ciência (normativismo científico)⁸⁹. Ora, ambas são socialmente engajadas, por vezes, declaradamente, por vezes, não: a primeira com o combate à superexploração imposta verticalmente pela complexa cadeia do vestuário – partindo dos grandes varejos e estendendo-se até a base da cadeia de relações produtivas do setor, isto é, até os costureiros imigrantes – que domina desmedidamente a relação capital trabalho; a segunda contra o preconceito vivenciado pela comunidade boliviana, criada e alimentada pela vinculação de notícias sobre trabalho escravo na costura.

Com efeito, as pesquisas de primeiro tipo concebem a preponderância das estruturas sociais com relação às escolhas dos agentes, ao passo que as últimas assumem um tom mais otimista, sobretudo no que concerne à capacidade dos imigrantes de agir livremente e, assim, de optarem por suas escolhas. Desse modo, ao que parece, o embate teórico existente no interior do campo intelectual sociológico entre estrutura e agência não ficou de fora das pesquisas que investigam a comunidade boliviana da RMSP.

Assim, feitas tais considerações, nossas impressões sobre a visibilidade dos bolivianos da costura em São Paulo decorreram de uma perspectiva sociológica que visa não descartar as concepções dos observadores internos e externos ao grupo em questão, mas que tampouco faz das representações feitas por ambos (de um lado, a opinião pública, pesquisadores, meios midiáticos etc., e, de outro, a dos imigrantes bolivianos) ponto de partida e bússola analítica. Ao invés disso, acreditamos que a análise centrada nos indícios fornecidos pela dinâmica dos fenômenos que envolvem os imigrantes seja mais interessante.

Destarte, iniciemos tratando do panorama revelado por nossa pesquisa bibliográfica e de campo. Como um todo, contraintuitivamente ao referencial comum, embora a grande maioria dos bolivianos residentes na RMSP seja originária da região altiplana andina e, enquanto tal, de

⁸⁹ Sobre essa postura de distanciamento a que nos referimos como sendo um dos pressupostos da ciência positivista, diz Michael Burawoy (1998, p.10): “What is positive science? For August Comte, sociology was to replace metaphysics and uncover empirical laws of society. It was the last discipline to enter the kingdom of science but once admitted it would rule over the unruly, producing order and progress out of chaos. Thus, positivism is at once science and ideology. Today sociology has, for the most part, dropped its pretensions to a ruling ideology and we can call this stripped down version of positivism simply positive science. The premise that distinguishes positive from reflexive science is that there is an “external” world that can be construed as separate from and incommensurable with those who study it. Alvin Gouldner (1970) once called this premise “methodological dualism”—social scientists are exempt from the theories they develop about others. Positive science calls for the distancing of observer from the object of study, a disposition of detachment”.

ascendência indígena, esses imigrantes são, sob muitos aspectos, culturalmente diversificados, sem que isso signifique necessariamente a inexistência de elementos comuns. A propósito, são esses vínculos fundamentais que criam a aparência de uma só cultura indistinta. Um deles é a forte relação dos povos andinos com a natureza e o meio que os cerca, vistos, por exemplo, nas crenças e devoções às entidade *Pachamama* – por parte dos Aymaras e Quéchuas –, e a *Nuke Mapu* – pelos Mapuches⁹⁰ –, em ambos os casos remetendo à ideia de uma mãe terra. Contudo, várias línguas, tradições culinárias, danças, costumes e manifestações musicais, além de diversas manifestações religiosas sincréticas⁹¹, compõe um rico mosaico cultural⁹².

3.2.1 O preconceito

A discussão sobre o preconceito é mais complexa e não teríamos condições de esmiuçá-la detidamente. Portanto, restringir-nos-emos apenas a relacionar algumas impressões que acreditamos ser pertinentes, justamente por se diferenciarem, em alguns aspectos, das opiniões apresentadas no mapeamento bibliográfico. Nessa medida, Manetta (2012) relata que, embora os bolivianos residentes em São Paulo sejam culturalmente diversos (quéchuas, aimarás ou guaranis), eles são identificados como um grupo homogêneo, através da atribuição de estereótipos. Sendo assim, aquela comunidade acabaria por sofrer estigmatizações variadas, como de ordem *sociocultural* (pessoas de pouca cultura e possíveis traficantes), de ordem *étnica/racial* (generalizados como índios) e de ordem *jurídica* (indocumentados/clandestinos). De acordo com o pesquisador, o preconceito adviria não somente da articulação entre indivíduos

⁹⁰ Sobre isso Perricone (2010, p.5) diz: “Mapuche means 'people of the land' (*Mapu* – land, *Che* – people). This name suggests the existence of a very special relationship between this people and their lands, the ancestral territory inhabited by their precursors since unmemorable times. On the one hand, the (usually lengthy) association with a particular place is the most important element used to identify indigenous peoples, and to differentiate them from national minorities. On the other hand, the coupling of space and peoples highlights the importance of safeguarding and promoting territorial and land rights in indigenous contexts”.

⁹¹ Os dados do censo boliviano de 2001 apontam que “En el año 2001, de los que profesaban una religión o culto, 77.63% de los bolivianos declaró pertenencia a la religión Católica, 16.64% a la Protestante/Evangélica, 3.26% a otra religión o culto de origen cristiano, 2.36% afirmó que no pertenece a ninguna religión o culto y 0.11% señaló pertenecer a otra religión o culto, según datos de la Encuesta Continua de Hogares realizada por el Instituto Nacional de Estadística (INE) en noviembre de 2001” (INE, 2003, p.1). Apesar do inexpressivo valor (0,11%) de bolivianos que se declaram pertencer a religiões ou cultos não cristãos, a celebração e invocação da *Pachamama* (Mãe Terra), *Tio Supay* (diabo) e da *Virgen de la Candelaria*, que acontece anualmente na cidade de Ouro e que reúne multidões, evidencia o sincretismo religioso boliviano. Estima-se que sejam por volta de 28 mil dançarinos e 10 mil músicos, divididos em cinquenta grupos, além de um número superior de espectadores que acompanham o evento.

⁹² À guisa de informação, são alguns das etnias nativas que compõe a ascendência andina: os Aimarás, Quéchuas, Mapuches, Urus e Tobas. Somente na Bolívia, incluindo toda sua extensão, são 37 etnias diversas – a maioria de origem indígena.

das comunidades locais, onde a presença de bolivianos é mais notável, mas, principalmente, por meio de mensagens cotidianamente veiculadas pela imprensa. Concordamos com Manetta (2012) no que tange à sua interpretação de que a formação e a reprodução do preconceito não se dão apenas pela ação de um ou de outro agente isoladamente. Todavia, enquanto Manetta (2012) foca sua análise nas mídias, justamente por acreditar no protagonismo das mesmas na formação do processo de estigmatização da comunidade boliviana da RMSP, destacaremos, aqui, um panorama diverso, em que o preconceito sociocultural e de ordem étnica/racial contra o grupo em questão encontra suas raízes no próprio berço da sociedade brasileira e, dessa forma, os meios de comunicação atuariam antes como propagadores dessa lógica.

Historicamente, o senso comum brasileiro – que arriscamos afirmar, nesse aspecto, ser semelhante àquele praticamente generalizado pela civilização ocidental – percebe, há mais de um século, o índio como uma etapa evolutiva inferior a ser superada para se alcançar a civilidade branca-cristã⁹³. Desse modo, a cultura indígena, de modo geral, tem sido tomada como menor, pouco importante, indigna de ser atentada. Castro (2006, p.41) demonstra que, quando começou a investigar a questão indígena, na década de 1970, essa noção estava incrustada não apenas no senso comum, mas, inclusive, no próprio no Estado brasileiro:

Naquela distante época, estávamos sendo acuados pela geopolítica modernizadora da ditadura – era o final dos anos de 1970 –, que nos queria enfiar goela abaixo o seu famoso projeto de emancipação. Esse projeto, associado como estava ao processo de ocupação induzida (invasão definitiva seria talvez uma expressão mais correta) da Amazônia, consistia na criação de um instrumento jurídico para discriminar quem era índio de quem não era índio. O propósito era emancipar, isto é, retirar da responsabilidade tutelar do Estado os índios que se teriam tornado não-índios, os índios que não eram mais índios, isto é, aqueles indivíduos indígenas que “já” não apresentassem “mais” os estigmas de indianidade estimados necessários para o reconhecimento de seu regime especial de cidadania (o respeito a esse regime, bem entendido, era e é outra coisa).

O antropólogo completa:

A nossa luta, portanto, era conceitual: nosso problema era fazer com que o “ainda” do juízo de senso comum “esse pessoal ainda é índio” (ou “não é mais”) não significasse um estado transitório ou uma etapa a ser vencida. A ideia é a de que os índios “ainda” não tinham sido vencidos, nem jamais o seriam. Eles jamais acabar(i)am de ser índios, “ainda que”... Ou justamente porquê. Em suma, a ideia era que “índio” não podia ser

⁹³ Bourdieu (2001, p.119) elucida que o senso comum é, em grande parte, nacional, pois são inculcados ou reforçados pelas instituições escolares, cuja missão máxima consiste em construir a nação como população dotada das mesmas “categorias”, logo, do mesmo “senso comum”. Tomando como medida o conjunto de categorias à que a cultura indígena tem sido representada pelo senso comum ocidental, acreditamos que o evolucionismo social tenha extrapolado os limites nacionais de uma única nação.

visto como uma etapa na marcha ascensional até o invejável estado de “branco” ou “civilizado” (CASTRO, 2006, p. 42).

Tendo isso em mente, no senso comum, ser indígena (ou aparentar ser) é integrar uma categoria totalizante na qual índios são indistintamente índios; e ser índio, nessa medida, diz respeito à certas características físicas: tipo e corte de cabelo, cor da pele, estatura etc. No plano cultural, se resume a “cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante” (CASTRO, 2006, p.42). Ora, a ascendência indígena é uma das características físicas mais notórias da maioria dos bolivianos imigrantes de São Paulo. Com isso, desejamos frisar que o preconceito – presente e reproduzido por expressiva parte da população e das instituições brasileiras – também foi transmigrado para os imigrantes descendentes de etnias indígenas, na medida em que esses se enquadram nessa categoria que é operacionalizada de maneira dual (ser ou não índio).

Dito isso, acreditamos que os meios midiáticos não podem ser pensados em suspensão da realidade social que os cerca, pois se é verdade que eles possam criar novos preconceitos e reafirmar aqueles já existentes, também o é que eles reproduzem categorias previamente existente e aceitas. Como Bourdieu (2001), consideramos que os agentes sociais constroem a sua realidade social – esta sempre em emergência –, mas a partir de um princípio, uma base dada, ou seja, de categorias que estruturam essa realidade e que possuem existência prévia. Nesse sentido, o sociólogo francês afirma:

O senso comum é um fundo de evidências partilhadas por todos que garante, nos limites de um universo social, um consenso primordial sobre o sentido do mundo, um conjunto de lugares comuns (em sentido amplo), tacitamente aceitos, que tornam possíveis o confronto, o diálogo, a concorrência, até mesmo o conflito, e entre os quais cumpre dar um lugar a parte aos princípios de classificação, tais como as grandes oposições que estruturam a percepção do mundo.

Tais esquemas classificatórios (estruturas estruturantes) são essencialmente o produto da incorporação de estruturas das distribuições fundamentais que organizam a ordem social (estruturas estruturadas). Sendo, por conseguinte, comuns ao conjunto dos agentes inseridos nessa ordem, eles viabilizam o acordo em meio ao desacordo de agentes situados em posições opostas (altas/baixas, visíveis/obscuras, raras/comuns, ricas/pobres etc.) (BOURDIEU, 2001, p.118-119).

Note que o preconceito se distingue do senso comum, dentre outras coisas, pelo fato de esse é essencialmente um fenômeno coletivo (como já destacamos), ao passo que aquele, necessariamente, não é. Ademais, se o senso comum compreende uma plataforma de noções partilhadas – que não impedem que os indivíduos as estranhem ou as superem, mediante um esforço reflexivo e, de forma mais eficaz, pela utilização de técnicas científicas – o preconceito,

mesmo diante de novas experiências, age de modo avesso, pois, conforme anula o ato reflexivo, ele cristaliza as representações depreciativas acerca de indivíduos, grupos e suas manifestações. Feita essa separação, apostamos que a razão simplificadora do senso comum tem fornecido os principais subsídios para a reprodução do preconceito – presente na sociedade brasileira e ecoado pelos meios de comunicação em massa – contra aqueles que descendem de etnias indígenas, como é o caso de parte majoritária da comunidade boliviana de São Paulo.

Deixando o aspecto cultural de lado, há de ser ressaltado a contribuição de jornais, *sites* de notícias e os canais televisivos no combate às condições degradantes e ao desrespeito aos direitos trabalhistas presentes na costura paulistana. Para além da generalização do trabalho escravo, promovida por alguns desses meios e que não acrescenta à discussão, assim como Cymbalista e Xavier (2007, p.129) pensamos que “à medida que esse assunto vai ganhando maior visibilidade na mídia, na academia, nas instâncias municipais e – principalmente – no panorama internacional, o assunto pode estar ganhando novos contornos”. Na mesma direção, é o que demonstra Cortes (2013) ao afirmar que, em função da pressão social e da avaliação do MPT (Ministério Público do Trabalho) e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) – de que as medidas tomadas no sentido de responsabilizar os bolivianos donos das pequenas confecções pelas condições encontradas na costura acabavam por repor ainda mais a situação de *vulnerabilidade*, *revitimizando*⁹⁴ os migrantes e aprofundando a exploração a que eram submetidos –, houve uma mudança de estratégia de fiscalização que fez com que explodissem, nos últimos anos, os números de autuações contra empresas que se utilizavam de trabalho em condições análogas a de escravo, como apontado no capítulo anterior.

3.2.2 *Panorama socioeconômico*

Quando trazemos a discussão para o plano socioeconômico, o panorama é bifacetado: os bolivianos residentes em São Paulo há mais tempo possuem condições que variam em uma escala contínua (PRETURLAN, 2012), ao passo que os imigrantes bolivianos que vivem há pouco tempo encontram-se, sem dúvida, em um quadro mais homogêneo, sobretudo aqueles que se dedicam à costura – o que compõem a maioria dos casos. Diferente de Souchaud (2008) e de Xavier (2010), não encaramos o censo como um instrumento de análise eficaz para traçar o perfil

⁹⁴ Cortes (2013) apresenta os dois termos em itálico por serem expressões amplamente empregadas pelo MPT e MTE, mas que acredita serem inadequadas.

socioeconômico dos bolivianos da RMSP. Se nos norteássemos pelos dados do censo de 2000, que atestam que 43% dos bolivianos da região se ocupam em atividades do setor de roupas e 8,6% exercem atividades de alta qualificação, possivelmente poderíamos tomar os bolivianos residentes de São Paulo como um grupo bem mais heterogêneo do que de fato é. O censo de 2000 toma como base apenas 8.919 bolivianos residentes nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que declararam ter nascido na Bolívia. Desse modo, os supostos mais de cem mil bolivianos irregulares – que tantas instituições afirmam haver na região e que não compõe os números do censo –, muito provavelmente possuem uma situação socioeconômica inferior e, ao mesmo tempo, distante da média dos censeados.

Em relação à ocupação, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) e a Pastoral do Imigrante, local que acolhe os recém-chegados em São Paulo, estimam que cerca de 90% dos imigrantes bolivianos da RMSP vivem direta ou indiretamente da costura (SINAIT, 2013). Talvez o valor real não sejam tão alto quanto o apresentado pelo CAMI. Porém, acreditamos que ele seja bem mais próximo do valor real do que o de 46% apresentado pelo censo. Nessa mesma perspectiva, não acreditamos ser possível traçar um perfil socioeconômico dos bolivianos a partir da afirmação censitária de que 31% possuem carteira assinada e que 40,3% sejam de baixa renda (isto é, que recebam entre 0 e 3 salários mínimos). Em síntese, para além dos sensacionalismos midiáticos, acreditamos ser possível dizer que há uma homogeneidade socioeconômica entre esses imigrantes – não enquanto totalidade, ou mesmo a maioria, sofrendo condições análogas à da escravidão –, mas de condições precárias de trabalho e de um subassalariamento.

3.2.3 *O Estado, as leis e os imigrantes bolivianos*⁹⁵

Parte fundamental do tratamento dedicado pelo Estado brasileiro aos imigrantes pode ser sintetizado pelos instrumentos legais – constituição, emendas constitucionais, leis especiais, leis ordinárias, portarias, instruções normativas etc. – que formam a legislação migratória nacional.

⁹⁵ Não possuímos, aqui, pretensão de realizarmos um debate jurídico profundo acerca do Estado brasileiro e dos direitos dos imigrantes em solo nacional, mesmo porque não teríamos condições de realizá-lo. Porém, acreditamos ser essencial, ao menos, elencarmos os principais instrumentos legais que acabam por repercutir na situação migratória irregular dos bolivianos da RMSP e na precariedade que ela traz consigo. Ademais, será necessário apresentar ao leitor as restrições políticas que a legislação brasileira prevê aos imigrantes para que, nos itens seguintes, compreenda-se as demandas dos bolivianos no âmbito de suas organizações e de suas manifestações reivindicatórias.

Diversos pesquisadores e militantes das causas imigrantes, como Baraldi (*et al*, 2011), Cymbalista e Xavier (2007), Preturlan (2012), Ventura (2014), Ventura e Illes (2012), apontam que esses diferentes instrumentos não compõem um complexo consonante e, conseqüentemente, a aplicação dos mesmos por parte de diferentes instituições ocorre de maneira variada.

Desse modo, Baraldi (*et al*, 2011) explica que liberdades, direitos civis e sociais, como saúde e educação, são previstos na Constituição Federal (CF), sem distinção de tratamento entre brasileiros e imigrantes⁹⁶. O artigo 5º, *caput*, da Magna Carta (que trata dos direitos e garantias fundamentais) afirma ser direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade ao direito à vida, à liberdade, dentre outros. Salienta-se que, pela jurisprudência nacional, o termo “residente” já foi interpretado, estendendo sua aplicação ao estrangeiro em trânsito no território nacional. Já o artigo 6º da Carta de Intenções afirma que a educação e saúde, por exemplo, são direitos sociais. Logo, o Estado Brasileiro não distingue a disponibilização da saúde integral, ou educação, aos brasileiros, estrangeiros (em trânsito ou naturalizados) ou imigrantes. Todavia, mesmo sendo lei infraconstitucional, a lei ordinária 6.815/1980, denominada Estatuto do Estrangeiro, conta com inúmeros artigos avessos à Lei Maior e que, portanto, deveriam ter sido extintos automaticamente com a promulgação dessa, em 1988, mas que, na prática, ainda são amplamente aplicados. As restrições aos imigrantes irregulares ao acesso à educação e ao desenvolvimento do trabalho, previsto no Estatuto, figuram como exemplos desse conflito legal.

De fato, o Estatuto do Estrangeiro é a lei em vigor que define a situação jurídica de todos os estrangeiros (cidadãos não brasileiros) no Brasil (logo, dos imigrantes bolivianos). Criada no período da ditadura civil-militar brasileira e no contexto da guerra fria, a lei foi arquitetada a partir do paradigma de segurança nacional e buscava munir o Estado com mecanismos de punição e ejeção a qualquer imigrante contrário ao regime ou que, por outra razão qualquer, fosse considerado indesejável. O art. 65 do referido Estatuto, por exemplo, prevê que “É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais”. Disso decorre que o

⁹⁶ Poucas são as restrições impostas aos imigrantes pela Constituição Federal. Aquelas vinculadas aos direitos políticos são as principais.

atendimento das questões migratórias no Brasil seja realizado pela Polícia Federal. A esse respeito, Illes e Sousa (2012) dizem:

É lamentável que em pleno contexto democrático tenhamos uma lei herdada da ditadura militar para regular os direitos e deveres dos imigrantes. A Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, conhecida também como “Estatuto do Estrangeiro” é pautada no dilema da segurança nacional, na visão predominante durante a Guerra Fria de evitar a entrada de ideias socialistas que pudessem por em risco o interesse nacional polarizado pelos Estados Unidos. A atmosfera da época era dominada pelo medo, o mundo estava bipolarizado e era imprescindível conter o “câncer vermelho” que ameaçava as nações.

Nessa mesma perspectiva, Ventura (2014) afirma:

A lei em vigor no Brasil ainda é o Estatuto do Estrangeiro de 1980, assinado pelo ditador João Baptista Figueiredo, conforme o credo da segurança nacional. Já comprovada a colaboração direta dos Estados Unidos com o golpe de 1964, torna-se fácil entender que o problema da lei não era o estrangeiro em si, e sim alguns dos estrangeiros.

Logo, a discricionariedade – possibilidade de escolha ou margem de manobra para decisão, dentro da lei – do Estado quanto à permanência do estrangeiro em nosso território é absoluta, por meio de um processo altamente burocratizado de regularização migratória. Por sua lentidão e ineficiência, ele expõe, ainda hoje e inutilmente, centenas de trabalhadores estrangeiros à vulnerabilidade. Sem documentos, resta a precariedade.

Observe-se que, aqui, o que se discute não é isoladamente o fato do Estado brasileiro possuir instrumentos legais de defesa que garantam seus interesses, assim como tantos outros Estados nacionais. Discute-se, em primeiro lugar, como bem frisou Ventura (2014), a discricionariedade do Estado – isto é, a capacidade das autoridades constituídas de agir livremente sem que exista exata previsão legal – com relação às questões migratórias que acarretam insegurança jurídica do ponto de vista dos estrangeiros que se encontram no território nacional e, em segundo, a burocratização da regularização migratória que dificulta, sobretudo, a vida dos imigrantes mais pobres que residem no Brasil.

Em ordem mais pontual, ainda que o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile regularize a residência temporária pelo período de até dois anos das pessoas que possuem nacionalidade originária de uma das partes ou nacionalidade adquirida por naturalização – há pelo menos cinco anos e, após esse período, a possibilidade de requerimento de visto de residência permanente –, a priorização da migração de força de trabalho qualificada por parte do Estado brasileiro, conforme expresso no art. 16 do Estatuto do Estrangeiro⁹⁷, cria, justamente, entraves a um grande universo de imigrantes sul americanos para

⁹⁷ Artigo 16º, *caput*: “O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários

adquirem tal visto. Ora, é claro que há aqueles que simplesmente não solicitam qualquer tipo de visto e permanecem no território brasileiro sem qualquer conhecimento das autoridades, mas também encontramos um número considerável de imigrantes que, após o período de permanência temporária, preestabelecido pelo acordo, não conseguem obter visto permanente e caem na irregularidade. Isso decorre do fato desses imigrantes atuarem amplamente em setores informais da economia. Com efeito, a maioria dos bolivianos residentes na RMSP, por exemplo, não possuem carteira de trabalho e, conseqüentemente, não conseguem a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore), uma das exigências para a obtenção de visto de residência permanente no Brasil. De acordo com Preturlan (2012, p.112-113), a burocracia envolvida no processo de regularização migratória age como um círculo vicioso que prejudica os migrantes mais pauperizados:

Para os migrantes não qualificados, tendo em vista as restrições da legislação migratória, a inserção no setor informal se torna praticamente sua única alternativa; no caso dos bolivianos, a existência de um amplo mercado de trabalho informal tanto no setor de confecções como no comércio ambulante é o que torna possível a migração em primeiro lugar. Contudo, sua permanência no setor informal tende a restringir suas possibilidades de regularização, pois não conseguem comprovar meios lícitos de subsistência. Assim, cria-se um círculo vicioso: por estarem irregulares, não conseguem trabalhar fora da economia informal; por estarem inseridos na economia informal, não conseguem se regularizar. Isto explica, em parte, a dificuldade daqueles que entraram com pedido de regularização de sua situação migratória por meio da anistia de 2009. Dos mais de 40 mil, somente 18 mil conseguiram autorização de residência permanente após os dois anos de residência temporária, devido à exigência de comprovação de dois anos de trabalho legal.

No campo econômico, aos mais céticos e reticentes em relação à alteração da legislação migratória vigente, é preciso que frisar o quanto pode ser equivocada a associação direta da imigração pouco qualificada com o aumento do desemprego e prejuízos econômicos para as economias dos países receptores – é o que afirmam autores como Cowen (2010) e Ottaviano, Peri, Wrigh (2010). Embora cada economia possua suas particularidades e deva ser pensada enquanto tal, o estudo realizado por Ottaviano, Peri, Wrigh (2010) demonstrou que, ao passo que a relocação de processos de negócios para outro país – com vistas a diminuir encargos trabalhistas, impostos etc. (*offshoring*) –, reduz a participação de nativos entre os trabalhadores menos qualificados, a imigração de força de trabalho barata não. Ao invés disso, reduz a parcela de empregos relocados para além das fronteiras nacionais (*offshored*). Ademais, conforme os

setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos”.

dois fenômenos promovem redução de custos, eles também deixariam inalterados, ou até mesmo aumentariam, a empregabilidade de trabalhadores nativos menos qualificados. O modelo proposto pelos autores igualmente prevê que a realocação de processos de negócios para o exterior tende a impulsionar os trabalhadores nativos para empregos relacionados a habilidades de comunicação interativa e para longe daqueles que são manuais e de rotinas intensivas.

No entanto, para os imigrantes como um todo, talvez as restrições mais emblemáticas que o Estado lhes impõe são aquelas que dizem respeito aos direitos políticos. Nesse aspecto, CF e Estatuto do Estrangeiro são mais afinados. Basicamente, o art. 14 da Constituição, em seu § 2º, proíbe que estrangeiros alistem-se como eleitores. Essa proibição de alistamento de estrangeiros somente existe para as pessoas que não se naturalizarem brasileiros, visto que o Estado acredita que somente os brasileiros natos ou naturalizados são responsáveis pelo futuro de sua Nação, no que delimita sua representatividade governamental. É por isso que os estrangeiros não naturalizados não podem votar. O § 3º, do mesmo artigo, proíbe que estrangeiros sejam elegíveis: esse parágrafo só permite a eleição de brasileiros natos ou naturalizados, à exceção de alguns cargos mandatários, como, por exemplo, o cargo de Presidente da República, que só pode ser exercido por brasileiros natos (art. 12, p. 3º, I, da Carta de Intenções). O Estatuto do Estrangeiro vai além. Ele veta ao estrangeiro e ao imigrante a organização, criação ou manutenção de sociedade ou quaisquer entidades de caráter político. Se tiverem qualquer fim político, proíbe, igualmente, a participação ou a organização de desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza.

Ora, a luta por direitos políticos destaca-se entre as principais pautas da comunidade migrante da cidade de São Paulo (como iremos demonstrar no item que trata da marcha do imigrante), pois acreditam que sem a capacidade de eleger seus próprios representantes, pouco será feito a seu favor (como, aliás, tem ocorrido até o momento). Dessa forma, associações, cooperativas, agremiações desportivas e demais organizações imigrantes têm se unido a ONGs, sindicatos, núcleos universitários e centros de defesa dos direitos humanos com a finalidade de fomentar uma discussão sobre os direitos dos imigrantes residentes no Brasil, além de pressionar o poder legislativo para alterar a atual legislação migratória. Segundo Barata (2012),

O Brasil é o único país da América do Sul que não reconhece o direito de voto aos imigrantes permanentes em nenhuma esfera política. Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Argentina reconhecem esse direito nas eleições municipais, a esfera local. Chile e Uruguai garantem esse direito nas eleições presidenciais. Por último, a

Bolívia garante o direito ao voto com base no princípio da reciprocidade entre as nações, que diz respeito à correspondência mútua de tratamento entre as Nações.

Há, atualmente, um projeto de lei (a PL 5.655/2009) que visa substituir a lei 6.815/1980 tramitando no congresso nacional. Contudo, se aprovada, a nova lei efetivamente não alterará o norte do antigo Estatuto, apenas o atualizará. Nessa medida, as restrições quanto aos direitos políticos dos imigrantes permanecerão inalteradas – isso porque a maioria das restrições políticas estão na Magna Carta, que só pode ser alterada por Emenda Constitucional. Porém, é importante dizer que parte da doutrina constitucionalista acredita que os dispositivos referentes a direitos políticos são *cláusulas pétreas*, e, se assim interpretado, somente uma nova Carta Cidadã, poderia estender certos direitos políticos aos imigrantes não naturalizados. Nesse sentido, é difícil afirmar ao certo se há interesse, mesmo que incipiente, por parte do poder legislativo, em alterar essas restrições, mas mesmo se houvesse, não seria tarefa simples conseguir o número mínimo de parlamentares para realizar essa Emenda. Tendo em vista essas reflexões quanto ao PL supracitado, Baraldi (*et al.*, 2011, p.26) assevera que “não somente há poucos avanços como nele se nota retrocessos, a exemplo do aumento do tempo necessário ao pedido de naturalização: de quatro para dez anos”. Ademais, Baraldi (*et al.*, 2011) denota surpresa com a ênfase na complexidade dos procedimentos que a nova lei carrega, uma vez que o Estado brasileiro já não consegue cumprir os que existem atualmente de maneira satisfatória.

Todas essas questões suscitam a dúvida se haveria uma política migratória brasileira definida. Apesar do Brasil se distanciar da política europeia e estadunidense de ostensivo controle migratório e fronteiriço, é possível afirmar que o protagonismo exercido, no passado, por parte de setores conservadores, no âmbito da esfera institucional política brasileira, imprimiu o tom do tratamento que o Estado brasileiro dedica aos estrangeiros e imigrantes, sobretudo e de maneira mais perniciosa, àqueles mais pobres, até o presente momento. De fato, quando falamos em capacidade de fazer valer seus interesses, o cenário nacional atual é bem mais complexo do que há quarenta anos. Ventura (2014) fala em interesses antagônicos que disputam poder. Seriam eles:

[...] do mercado, que defende a imigração seletiva, triando a mão de obra da qual precisa no momento, para depois descartá-la; dos conservadores, que se preocupam apenas em atrair e bem acolher os ricos, especialmente investidores; das polícias, que amiúde confundem estrangeiros com criminosos; e até mesmo de alguns setores do governo federal, que preferem esta lei ruim a uma eventual perda de poder, recursos ou prestígio (VENTURA, 2004).

Dessa forma, a baixa permeabilidade do Estado brasileiro e de suas instituições com relação às reivindicações dos imigrantes – que pode ser sentido pelo engessamento de leis migratórias, muito aquém das demandas contemporâneas e pouco humanistas – tem favorecido a manutenção dos altos índices de irregularidade migratória, informalidade trabalhista e vulnerabilidade social que atinge parte considerável, senão a maioria, dos bolivianos na RMSP. Como Ventura (2014), acreditamos que o Brasil só teria a ganhar caso investisse em uma política migratória clara, capaz de garantir o igual tratamento entre migrantes e fornecesse meios reais de retirar essas pessoas do fogo cruzado da clandestinidade, acolhendo sua riqueza cultural e sua força de trabalho. Além de uma evidente melhoria das condições materiais de vida dessa população, que tais modificações trariam, no campo simbólico, elas também contribuiriam para o combate ao preconceito vinculado à condição de irregularidade.

3.2.4 Conclusões parciais

Em suma, a visibilidade social dos bolivianos imigrantes que vivem em São Paulo pode ser compreendida sob vários aspectos e a partir da perspectiva de diferentes agentes. Todavia, parece-nos certo que há uma sucessão, relativamente sistemática, de mudanças na direção de um ganho de evidência por parte desse grupo, por vezes em função de ocorrências positivas, por vezes negativas. Decisivamente, uma gama de fatores contribuiu para isso, como: o próprio aumento do número desses imigrantes, verificado ao longo das últimas décadas na RMSP; o avanço das notícias envolvendo bolivianos e as péssimas condições de trabalho na confecção; a realização da CPI do Trabalho Escravo em âmbito estadual; e a união de diversas organizações de imigrantes e de não imigrantes em torno da luta por melhores condições de vida que engendrou manifestações públicas como a Marcha do Imigrante (ato anual), a Votação Simbólica (2012) e a passeata pela morte do garoto Brayan Capcha Yanar (2013)⁹⁸.

Conforme nossa pesquisa apontou, os bolivianos ainda são vistos sob a lente do preconceito que atua em várias frentes, como a depreciação sociocultural – como sendo pessoas sem cultura, de pouca cultura, culturalmente indistintas, que vivem de meios ilícitos, como o tráfico de drogas –, de ordem étnica/racial – primeiro, ao serem considerados como índios e, segundo, enquanto tal, ainda caminhando na direção da civilidade branca, evolutivamente avançada – e de caráter jurídico – decorrente do estigma trazido pela irregularidade migratória.

⁹⁸ Voltaremos nessas questões nos itens a seguir.

Com efeito, foi afirmado que a mídia contribui para a manutenção desses preconceitos, mas os meios de comunicação não podem ser pensados em abstração total da sociedade que a cerca. Portanto, isso equivale a dizer que parte fundamental desses preconceitos já estaria presente, de modo diversificado, nas instituições brasileiras e em parte da população, sendo ecoados pelos profissionais que atuam em jornais, revistas, *sites* de informações e canais televisivos. No entanto, ao mesmo tempo, não desconsideramos a possibilidade desses meios criarem novos preconceitos, mesmo que não acreditemos que decorram daí as causas primárias dos preconceitos enumerados.

Por último, vale acrescentar que consideramos a visibilidade da comunidade boliviana como um processo em disputa e que está em modificação pelos vários agentes que foram apontados ao longo do texto. Nesse ponto, não parece exagero dizer que ainda existe, parcialmente, uma invisibilidade, especialmente quando analisamos o elevado número de imigrantes que permanecem na irregularidade ou as demandas desses grupos do ponto de vista do poder público – que insiste em negligenciar as reivindicações das comunidades de imigrantes sul-americanos que vivem em São Paulo. Contudo, acreditamos que, principalmente nessa esfera, é que se darão as mudanças mais significativas em um espaço de tempo não tão longo para a comunidade imigrante. E, se isso ocorrer, muito provavelmente não será em razão do bom senso daqueles que compõem os três poderes, mas da capacidade de exercer pressão social por parte dessas organizações e, logicamente, daqueles que as compõe e que militam pela causa imigrante.

Nesse sentido, nos dois itens que se seguirão, iremos apresentar três organizações que acompanhamos ao longo da pesquisa e, subsequentemente, descreveremos a manifestação mais importante dos imigrantes da RMSP – devido ao número de pessoas e organizações participantes e envolvidas no processo de mobilização social –, a Marcha dos Imigrantes.

3.3 TRÊS ORGANIZAÇÕES DE IMIGRANTES

Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção (COEBIVECO):

Desde 2002, acontece na cidade de São Paulo, no bairro do Brás, a Feirinha da Madrugada, onde são comercializadas roupas, bolsas, acessórios e artigos de perfumaria em geral. A feira

reúne milhares de pequenos comerciantes, dentre eles, diversos imigrantes bolivianos que confeccionam as roupas que ali são vendidas. Cesar Coila é um deles.

Imigrante boliviano, 47 anos, César vive no Brasil há mais de vinte anos e é membro fundador e presidente da Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos. Como nos explica, a existência de espaços como os da feira são vitais a uma parcela significativa dos imigrantes que se dedica à costura, pois proporcionam a venda direta, sem qualquer intermediário entre o produtor e o cliente. Nessa medida, ainda que a venda fora das grandes lojas implique em um preço venal final menor, a venda na feira possibilita que os costureiros fiquem, em suas palavras, com o “fruto de seu esforço”, isto é, com o lucro que seria repassado, quase integralmente, para os outros núcleos da cadeia do vestuário. Como afirma Coila, “na condição de terceirizados, a renda da nossa produção é muito pequena”.

A ideia de reunir a comunidade que trabalha em torno da confecção e da comercialização de roupas em uma organização ocorreu durante a gestão de Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo⁹⁹. César afirma que esse foi um período difícil: houve sistemático combate aos vendedores informais de rua (camelôs); leis foram alteradas para essa finalidade¹⁰⁰; e operações fiscais e policiais se tornaram recorrentes. Quando questionado se haviam outras dificuldades que os imigrantes da costura enfrentaram nesse período, durante a entrevista que nos concedeu, César aponta que

[...] além do preço elevado dos aluguéis referentes aos espaços de venda, falta atenção política e pública. Nós não temos segurança onde vivemos, produzimos e vendemos

⁹⁹ Gilberto Kassab assumiu a prefeitura de São Paulo em março de 2006, substituindo o até então o prefeito José Serra. Em 2008, foi eleito prefeito da cidade e permaneceu no posto até 1 de janeiro de 2013.

¹⁰⁰ Como parte da sua política de combate ao comércio ambulante na cidade de São Paulo, em maio de 2012, utilizando-se de suas atribuições legais, o Prefeito Gilberto Kassab revogou o Decreto nº 37.143, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a implantação de Bolsões de Comércio Ambulante na região central da Cidade. O novo decreto (nº 53.154, de 18 de maio de 2012) diz: “GILBERTO KASSAB, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, CONSIDERANDO as alterações supervenientes ocorridas na ocupação da área abrangida pelo Decreto nº 37.143, de 4 de novembro de 1997; CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas que melhor garantam a urbanidade e o bem-estar da população local, possibilitando a reordenação do espaço público, assegurando a acessibilidade aos pedestres e preservando a paisagem urbana e o patrimônio histórico; CONSIDERANDO, ainda, as dificuldades enfrentadas para a regulamentação e controle do comércio ambulante, direcionando-se a Administração para soluções mais condizentes com a dignidade da pessoa humana, mediante a articulação das ações e políticas públicas integradas em âmbito municipal, visando a formalização da atividade empreendedora na Cidade, D E C R E T A: Art. 1º. Fica revogado, em todos os seus termos, o Decreto nº 37.143, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a implantação de Bolsões de Comércio Ambulante na região central da Cidade. Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/05/kassab-revoga-decreto-que-permitia-ambulantes-em-ruas-de-sao-paulo.html>. Acessado em 05/07/2013.

nossos produtos. Por exemplo, quando tem algum problema como roubo, violência¹⁰¹ e procuramos a polícia, parece que isso não interessa para eles, que estamos ali apenas levando mais problemas. O delegado parece pensar: “ah, lá vem esses imigrantes trazendo problemas de novo”. O governo e a prefeitura parecem não se importar com a gente. Pelo contrário, na Rua Barão de Ladário, no Brás, quando a polícia passa tomando mercadorias e revistando pessoas, nós imigrantes somos o foco. Eles pensam: são imigrantes mesmo.

Diante dessa situação, Cesar Coila S, Lucio Callante H, Milton Mariaca R, Ruben Avalos V, Julia Ojeda F, Celso Vasquez e Eddy Wayer C, todos comerciantes da costura que se posicionavam na Rua Barão Ladário, organizaram-se em uma associação informal, a fim de fortalecer suas reivindicações e, conjuntamente, buscarem opções, soluções plausíveis, em favor da comunidade imigrante da região. É assim que, em 2009, nasceu a ASEBIVECO (Associação dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção), que, recentemente, se transformaria na COEBIVECO (Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção).

A ASEBIVECO, possuía uma estrutura diretiva-administrativa simples: um presidente e dois diretores. O cargo de presidente é escolhido democraticamente, por meio de votação direta, assim como todos os assuntos decisivos da organização. Nessa perspectiva, nada na COEBIVECO foi alterado. Os diretores têm como função principal auxiliar o presidente e são escolhidos pelo ele. As reuniões da ASEBIVECO eram semanais, as da COEBIVECO são,

¹⁰¹ A notícia do jornal *O Estado de São Paulo*, de 30 de dezembro de 2010, intitulada “Ladrões atropelam 16 na feirinha da madrugada” dá conta de reafirmar o que diz Coila: “A polícia prendeu, na tarde de quinta-feira, mais dois acusados de integrar o grupo de assaltantes que assaltou duas pessoas e na fuga atropelou outras 16 na feirinha da madrugada, região central da capital. Outros três suspeitos haviam sido detidos ainda de madrugada, quando policiais militares atenderam ao pedido de socorro de um comerciante chinês, de quem o grupo estava levando um Toyota Corolla. Os assaltantes, seis no total, iniciaram a série de crimes às 3h40 quando assaltaram uma boliviana que trabalha na feirinha da madrugada. A mulher, de 42 anos, que pediu para não ser identificada, foi atacada na Avenida Vautier, no Pari, região central. ‘Estava tirando a mercadoria do carro quando eles apareceram’, contou. Segundo a polícia, os ladrões levaram R\$ 1.200,00 e 100 saias que a mulher levava em uma bolsa. Após a fuga do bando, a boliviana chamou a polícia, que intensificou o patrulhamento na região. Por volta da 5h, o bando atacou o comerciante chinês na Rua Carnot. Policiais militares patrulhavam a região e atenderam o pedido de socorro da vítima. Cássio da Silva Vilar, de 21 anos, O.G.G.C., de 17, e J.C.S.G, de 16, tentaram fugir a pé e foram detidos em flagrante e levados para o 12º Distrito Policial (Pari). Meia hora depois, os três criminosos que fugiram com o Corolla perderam o controle do veículo, atropelaram 16 pessoas e bateram em um poste na Rua São Caetano. Das vítimas, apenas duas, com fraturas, permaneciam internadas até o final da noite de quinta-feira. Os criminosos conseguiram fugir se misturando à multidão. Durante a tarde, porém, a polícia deteve um outro adolescente e Danilo da Silva Vilar, irmão de Cássio. Com eles, foi apreendida uma arma. As roupas roubadas e parte do dinheiro foram recuperadas. Eles também foram levados para o 12º DP. Parentes de parte dos acusados estiveram na delegacia e defenderam os menores. Disseram não ser possível que estivessem envolvidos nos crimes. Dois deles trabalham com os pais, bolivianos, na feirinha da madrugada”. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jt-seguranca/ladros-atropelam-16-na-feirinha-da-madrugada/>. Acessado em 05/07/2013.

atualmente, quinzenais. Delas participavam homens e mulheres imigrantes bolivianos e de outras nacionalidades.

Quando questionado a respeito da relação de gênero no interior da associação, César aponta que não existem diferenças entre os direitos e os deveres dos homens e mulheres no estatuto da ASEBIVECO. Mesmo assim, na medida em que a própria formação social boliviana é machista, esse traço inevitavelmente acaba penetrando na organização: “como são mais os homens que participam das reuniões e as mulheres ficam com as vendas, as decisões acabam sendo do marido”. No entanto, Coila adverte: “Eu, particularmente, gosto quando tem mulheres nas reuniões, prefiro discutir assuntos com elas, apesar de serem sempre poucas, uma ou outra sempre. Os homens são mais desajeitados para negociar, as mulheres são mais atenciosas e mais maleáveis e também sabem conversar melhor”¹⁰².

Nos dois anos que se seguiram ao seu nascimento, ainda na informalidade, a ASEBIVECO voltou-se para a luta por melhoria das condições de vida e de trabalho dos seus, aproximadamente, 250 membros – dos quais 80% possuem micro oficinas de confecção, que tem, em média, duas ou três máquinas de costura e um número similar de empregados¹⁰³. Dessa forma, reuniões foram feitas com o então subprefeito da Mooca, Rubem Casado, e com o cônsul da Bolívia, Jaime Valdivia, nas quais se tratou da questão da proibição da ocupação de espaços públicos para fins comerciais na cidade de São Paulo e possíveis saídas para o problema. A ASEBIVECO também se reuniu com João Freitas de Castro, da defensoria pública, para discutir o direito dos trabalhadores imigrantes da Feirinha da Madrugada, auxiliou na promoção e divulgação do encontro coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo – que contou com a participação da associação dos imigrantes – com o intuito de fortalecer o combate ao trabalho precário no setor de confecção na região de São Paulo, participou de diversas Marchas do Imigrante em São Paulo e da elaboração do Manifesto em Defesa de Uma Nova Lei de Migração Pautada nos Direitos Humanos e na Solidariedade Entre os Povos¹⁰⁴.

Em 21 de Outubro de 2011, a organização foi formalizada, mas agora com o *status*

¹⁰² Conforme diz Xavier (2010, p. 75), “em relação a outras atividades, como o comércio, por exemplo, é uma marca da cultura andina a presença mais forte das mulheres”. Fusco e Souchaud (2009) reafirmam que as atividades comerciais, seja nas feiras, seja a venda ambulante, são tradicionalmente desprezadas socialmente nas culturas andinas (quíchua e aimará, principalmente) da Bolívia, e geralmente “deixadas” às mulheres.

¹⁰³ Existe, ainda, uma minoria formada por aqueles que são apenas pequenos comerciantes do vestuário que atuam na Feirinha da Madrugada.

¹⁰⁴ Ver anexo 1.

jurídico de cooperativa, a COEBIVECO. O motivo da alteração, segundo os diretores, foi a dificuldade legal de se formalizar uma associação genuinamente imigrante. Nessa nova etapa, a diretoria também propôs uma meta audaciosa: comprar uma área localizada na cidade de Guarulhos. Nela seriam criadas moradias, um espaço de vendas dos produtos fabricados por eles, além de uma escola comunitária que atenderia aos membros da cooperativa e às suas famílias¹⁰⁵. Em entrevista cedida ao *Jornal Conexión Migrante*, o presidente da organização disse que “A construção do centro Industrial e Comercial dos Imigrantes significará um passo importante na luta pelo trabalho decente para todos, e será uma maneira inteligente de se escapar da exploração e de toda forma de violência”.

No entanto, como o custo da compra dessa seria rateada entre componentes da cooperativa, tanto os antigos como os novos membros deveriam desembolsar certa soma em dinheiro, que corresponderia a uma cota do investimento. César Coila afirma que, mesmo que a compra da área seja necessária para os objetivos da cooperativa, um dos desafios dessa nova etapa é romper com a desconfiança que o projeto suscita porque

[...] em 1990, mais ou menos, em outra associação, houve uma arrecadação de dinheiro para comprar uma área comum para os produtores da confecção. Porém, no final das contas, aqueles que estavam à frente da negociação não compraram a área e se aproveitaram do dinheiro arrecadado, o que acabou gerando uma grande desconfiança de iniciativas do tipo.

Coila explicou que, quando a COEBIVECO tiver resolvido as questões que são próprias da fase inicial de qualquer cooperativa, a ideia é buscar um número maior de associados e, com isso, ganhar credibilidade entre os imigrantes e os brasileiros que queiram participar da cooperativa e, assim, alcançar os objetivos maiores que estão no horizonte da instituição. Dos antigos 250 membros que compunham a ASEBIVECO, na atual COEBIVECO, 30 membros já são cotistas. A meta agora é alcançar mil associados e o máximo possível de membros cotistas. A

¹⁰⁵ No final de 2011, assessores do gabinete do então prefeito de Guarulhos, Sebastián Almeida, receberam os dirigentes da COEBIVECO e assinalaram positivamente à possível construção de um centro industrial e comercial de imigrantes da área de confecção na cidade (Cf. *Jornal Conexión Migrante*, n. 11, dezembro de 2011). César Coila, presidente da COEBIVECO, contou-nos que o espaço será uma importante alternativa à Feirinha da Madrugada, onde os imigrantes são discriminados, mas que questões que não haviam sido pensadas, como o alvará, levantamento urbanístico, estudo de sondagem do solo, análise ambiental da região, os quais já estão em andamento, precisavam ser resolvidas para que mais associados pudessem se sentir seguros para adquirirem cotas do investimento. Segundo Vicente Vasconcelos, assessor do prefeito mencionado, não há dúvida que o projeto trará investimentos para a cidade, tanto nos setores hoteleiros como gastronômico e, inclusive, pela sua localização estratégica, significaria uma revitalização da Rodoviária de Guarulhos.

COEBIVECO, mesmo tendo pouco tempo de existência, já é uma das organizações imigrantes mais atuantes da cidade de São Paulo.

Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL):

Os bairros do Brás, da Mooca e do Belenzinho de São Paulo, que outrora ficaram conhecidos por serem redutos italianos (ANDRADE, 1994), hoje abrigam a maioria dos imigrantes sul-americanos que vivem na cidade, sobretudo, bolivianos que trabalham no ramo da costura. Nesse sentido, a Rua Coimbra, onde acontece uma feira cultural desde 1999, tornou-se o principal ponto de sociabilidade desses imigrantes em São Paulo, posto que, até bem pouco tempo atrás, era ocupado pela Praça Kantuta, no bairro do Pari.

A Feira da Rua Coimbra reúne todos os fins de semana milhares de pessoas interessadas nos serviços e no comércio que ali se desenvolveram, tais como: restaurantes, barracas de comidas típicas, roupas, acessórios, produtos naturais originários da Bolívia, pequenas *lan houses*, peluqueras¹⁰⁶ e empresas especializadas em realizar remessas internacionais de dinheiro. Há também aqueles que se dirigem ao local apenas para desfrutar de um raro momento de descontração, uma pausa na longa rotina diária de trabalho no interior das oficinas de confecção na companhia de amigos e ao som de músicas folclóricas e populares bolivianas, principalmente o ritmo *reggaeton*. De fato, levando-se em conta as músicas, o idioma em que são falados os anúncios, as feições dos homens, mulheres e crianças que frequentam o local, é possível, por um instante, imaginar-se em alguma parte do altiplano boliviano e não na região central de São Paulo.

Foi por conta dos problemas que envolviam a feira que, no início dos anos 2000, nasceu a Associação de Moradores Bolivianos da Rua Coimbra (AMRC), que mais tarde, em 2011, tornar-se-ia a Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL). Luís Vasquez foi um dos fundadores e presidente da antiga AMRC, cargo que ainda ocupa na atual ASSEMPBOL. Dono de uma pequena, mas importante, loja de linhas e acessórios de costura que também agrega serviços de regularização de documentos¹⁰⁷ e que fornece cursos de capacitação

¹⁰⁶ Em português: cabelereiros e barbeiros

¹⁰⁷ A regularização de documentos de estrangeiros é feita pela Polícia Federal. No caso dos sul-americanos, há um acordo entre países membros e associados do MERCOSUL que beneficia aqueles que desejam residir temporariamente ou permanentemente no Brasil. Assim, algumas etapas são realizadas pelos próprios estrangeiros como: tirar cópia autenticada de carteira de identidade, certidão de nascimento ou certificado de inscrição consular autenticadas, certificado de antecedentes do país de origem; certificado de antecedentes do FORUM. Porém, há

e de regularização de oficinas de costura para os clientes cadastrados na loja, o boliviano Luís se tornou respeitado e influente entre seus compatriotas que trabalham e que frequentam a feira, o que ajuda a explicar porque vem sendo continuamente reeleito para o cargo de presidente da ASSEMPBOL. Quando as pessoas da região tem algum tipo problema que envolva a feira, é a ele e aos diretores da associação que elas procuram. Durante uma das reuniões que pudemos acompanhar da ASSEMPBOL, em conversa reservada, um dos associados¹⁰⁸ revelou que já houve outro presidente, mas que muitos integrantes da associação (ele inclusive) não gostaram da sua atuação e que, como aprovavam o trabalho de Luís a frente da organização, o mesmo retornou ao cargo.

Luís nos contou que, embora a feira dos sábados já existisse há aproximadamente dez anos, a organização de bairro somente se tornou uma associação de empreendedores e trabalhadores da costura no ano de 2012. Nessa data, a organização ainda atuava irregularmente, mas já possuía mais de cem pessoas. Hoje, já formalizada, esse número ultrapassa duzentos. A ASSEMPBOL é aberta a todos: brasileiros, peruanos, paraguaios, pessoas de qualquer nacionalidade, porém Vasquez ressalta que existem prioridades e benefícios adicionais aos bolivianos feirantes da Rua Coimbra. Ele afirma que não foi possível regularizar a associação facilmente, porque a política do então prefeito Kassab ia de encontro aos interesses da organização, dado que as políticas municipais buscavam acabar com as feiras e os vendedores ambulantes: “Ainda bem que o governo mudou”, diz o boliviano. Dessa maneira, no primeiro ano de existência, o principal objetivo da ASSEMPBOL foi regularizar sua situação e esse era o principal tema das reuniões.

Participar de uma reunião da ASSEMPBOL é experiência única. Como pudemos constatar, os encontros são realizados em um estabelecimento que serve, nos fins de semanas e feriados, de discoteca. O local é amplo e aqueles que ali estão pela primeira vez e que chegam no horário marcado das reuniões provavelmente não imaginam que, dentro de alguns minutos, o ambiente estará praticamente repleto. Aos poucos, jovens, crianças e idosos vão chegando. Depois de certo atraso, proposital, a nosso ver, para que os demais costureiros e costureiras possam chegar, os presentes decidem iniciar a assembleia, que será toda realizada em língua espanhola. Então, o

outras partes da tramitação que podem ser feitas por terceiros – normalmente empresas e ONGs – como: marcar o agendamento e preencher formulários; elaborar a declaração de que o imigrante não responde a processo criminal (a qual não é necessário reconhecer firma, somente assiná-la); requerer certificado federal de antecedentes (que é feito pela internet), pagar guias de GRU (Guia de Recolhimento da União).

¹⁰⁸ Essa pessoa preferiu não ter o seu nome divulgado.

presidente da associação cumprimenta os presentes, apresenta a pauta de discussões do dia e, naturalmente, uma faz pequena introdução a respeito do primeiro tópico. A seguir, os demais colocam seus posicionamentos e a discussão se torna acalorada. Impressiona o entusiasmo com que os mais de cem imigrantes participam, mesmo após a longa jornada de trabalho enfrentada pela maioria. Quase todos presentes se manifestam e as decisões são decididas por votação. Os temas são variados, mas quase sempre relacionados à feira e à própria associação, como roubos, furtos e a violência na região que abarca a Feira da Rua Coimbra¹⁰⁹, contratação de seguranças particulares para a feira, cobrança de cotas e mensalidades dos associados para manutenção e execução de projetos da associação, alerta sobre venda de celulares e demais itens eletrônicos sem garantia de procedência, necessidade de união e ajuda mútua entre os feirantes, regularização de documentos dos membros e das oficinas de confecção dos mesmos, participação da associação em eventos etc.

A representatividade trazida pela presença das senhoras *cholas*, caracterizadas nas reuniões, só se faria completamente clara para nós após visitarmos a Bolívia. A expressão “*chola*” é utilizada para designar as mulheres nativas da região andina, comumente de origem aimará e quíchua, que, apegadas às tradições de seu povo, vestem-se de maneira bastante peculiar: com *aguayos*¹¹⁰, saias rodadas (*polleras*), aventais e chapéus-coco, no estilo europeu ou praieiro – dependendo da região da Bolívia ou do Peru da qual são naturais. O uso de um penteado de trança dupla é igualmente comum entre as mesmas. Segundo constatamos na Bolívia, chamar uma mulher de *chola* era, no passado, considerado pejorativo. Entretanto, mais recentemente, o termo tem se transformado em sinônimo de orgulho indígena e resistência à cultura estrangeira. Com efeito, ser *chola* e se vestir como tal significa valorizar suas origens e a memória de seus antepassados. Albro (2000, 2006) comenta que, há pouco tempo, o indígena

¹⁰⁹ Um dos membros com que conversamos nos revelou que parte considerável dos roubos e furtos da feira são praticados por jovens bolivianos que vivem em outras partes da cidade e que não possuem qualquer vínculo com a feira. A razão disso, afirma esse membro, é que “eles sabem que nós imigrantes bolivianos somos esquecidos pelo poder público. Sabem que nada acontecerá com eles porque poucos feirantes denunciam a polícia tais acontecimentos. A maioria não quer se envolver com polícia, mesmo estando com a razão. Quando alguns vão até a polícia, nada é feito. Portanto os roubos continuam”. O relato desse imigrante vai ao encontro do que o presidente da COEBIVECO, César Coila, disse a respeito do tratamento que as instituições de segurança pública dedicam aos imigrantes sul-americanos: “quando tem algum problema como roubo, violência e procuramos a polícia, parece que isso não interessa para eles, que estamos ali apenas levando mais problemas. O delegado parece pensar: ‘ah, lá vem esses imigrantes trazendo problemas de novo’”.

¹¹⁰ Xale colorido utilizado pelas mulheres de descendência indígena, utilizado como adorno, como suporte para carregar bebês, frutas, verduras, flores etc.

voltou a ocupar o imaginário nacional, seja o dos estratos urbanos brancos, mestiços ou dos próprios movimentos sociais que representam a maioria indígena. Houve, nesse sentido, um processo de utilização massiva de imagens de mulheres *cholas* e de todo o repertório cultural que remete à identidade indígena, o que teria, inclusive, fortalecido a figura do primeiro presidente boliviano indígena, Evo Morales. Nota-se, portanto, ser esta uma expressão que tem seu significado disputado, sendo ele de um lado positivo e de outro negativo.

Quando questionado a respeito da formação da organização, Vasquez responde:

A ASSEMBOL, Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, é uma associação que nasceu para apoiar a feira que se realiza nos dias de sábado na Rua Coimbra, feira cultural, gastronômica boliviana. Devido aos constantes abusos da subprefeitura, dos marginais, os vendedores precisavam de uma organização que lutasse pelos seus direitos. O objetivo principal, como seu estatuto estabelece, é o de melhorar as condições de vida de seus associados.

Para o presidente da associação, a existência de organizações como a ASSEMBOL se justificam na medida em que “a vida de um imigrante não é fácil, especialmente aqui no Brasil, de maneira particular para os bolivianos, que são um povo humilde e trabalhador. Como quaisquer imigrantes em qualquer lugar do mundo, é uma das tarefas mais difíceis começar uma nova vida.”. Segundo Vasquez, “os bolivianos vivem numa ilha dentro desta grande cidade, pela dificuldade da língua, se fecham em casas, praças e ruas onde se concentram bolivianos”. Ademais, ele afirma que “ainda somos vistos como um povo sem cultura, sem escolaridade e somos vistos como bicho raro, mas já tem pessoas que tentam mudar esta realidade através de instituições como meu caso, através da associação”. Isso, talvez, justifique porque as demandas das três organizações que acompanhamos¹¹¹ tenham vários pontos de intersecção: quando o assunto é melhorar a vida da comunidade migrante boliviana em São Paulo, todas são unânimes em afirmar que, além das questões econômicas que, logicamente, são primordiais, garantir a valorização e a perpetuação cultural do modo de vida boliviano, ou seja, dos costumes, símbolos e representações o que compõe, é igualmente vital. De acordo com Vasquez, uma das consequências do isolamento, a que ainda estão submetidos, é a falta de lazer que, por sua vez, contribui para a disseminação do alcoolismo entre os jovens bolivianos. Para ele, “o governo poderia fazer pela comunidade muita coisa. Se pudesse pedir, gostaria que investissem na educação desse povo migrante, cidadania, acesso a lazer e a cultura da cidade”.

¹¹¹ ASSEMBOL, COEBIVECO e ADRB.

Outro ponto apontado para o distanciamento social do grupo é a situação migratória irregular dos imigrantes. Segundo Vasquez,

[...], a primeira dificuldade enfrentada pelos bolivianos é a falta de documentação. Atualmente as condições são melhores do que antes. Agora, pelo menos existe a possibilidade de poder regularizar através do acordo do MERCOSUL, porém poderia facilitar mais, por exemplo, as autoridades policiais da PF pedem DECORE para renovar o acordo MERCOSUL, como pode o boliviano ter direito a DECORE quando a maioria, senão todos, trabalham sem carteira, sem registro. É uma incongruência. Isso é só um exemplo. Outra dificuldade, é que a polícia demora demais em mandar a carteirinha de estrangeiro, RNE, de 6 meses a 18 meses. Não sei porque demora tanto para mandar fazer uma carteirinha simples! Na Bolívia demora no máximo 30 dias, em outros países 15 dias, não sei por que, mas demora demais.

Por fim, quanto às perspectivas para o futuro, apesar de Vasquez e os diretores da entidade não deixarem de considerar as dificuldades que têm pela frente, eles apostam que para que a comunidade imigrante sul-americana seja notada, tornar-se mais forte economicamente, ela precisa amadurecer, organizar-se, capacitar-se, pois dessa forma poderão ocupar maiores e melhores espaços dentro da sociedade paulistana e, nesse quesito, a ASSEMPBOL, de acordo com suas palavras, e as demais organizações de imigrantes tem muito o que contribuir.

Associação dos Residentes Bolivianos (ADRB):

A Associação dos Residentes Bolivianos (ADRB) é uma organização que existe especialmente para defender os interesses dos imigrantes bolivianos, mas que congrega, em seu quadro de filiados, bolivianos, brasileiros e simpatizantes de outras nacionalidades. O foco dessa instituição foi se alterando ao longo dos anos: no início era o esporte e as manifestações culturais; a seguir, a assistência social, econômica e jurídica; e, recentemente, tem incluído em sua pauta demandas políticas. A ADRB foi criada por profissionais do estrato social médio da Bolívia que migraram para o Brasil na segunda metade do século XX e é, dentre as organizações sociais de imigrantes bolivianos, aquela que há mais tempo atua na cidade de São Paulo. Sua origem remonta às agremiações de imigrantes¹¹² (clubes desportivos) do início da década de 1960, que procuravam, por meio da participação em atos cívicos e da promoção de campeonatos de futebol¹¹³, manter a identidade cultural e promover a confraternização entre seus associados que viviam na capital e em suas proximidades.

¹¹² Destacavam-se, na época, o Club Ollantay, Club Bolivar, Club Atletico Cochabamba, Club 6 de Agosto, Club Universitario, Club Tunari, Club Real Santa Cruz, Club Atletico Nacional, Club Pedro Domingo Murillo.

¹¹³ Era costume que o clube que vencesse um campeonato organizasse o do ano seguinte.

Com o passar dos anos, o número de clubes participantes dos campeonatos futebolísticos cresceu e, em decorrência disso, surgiu a necessidade de se centralizar o planejamento e a organização dos eventos. Dessa forma, em 1969, surgiu o 1º Comitê Central Desportivo de Residentes Bolivianos (CCDRB) – embrião do que mais tarde se tornaria a Associação dos Residentes Bolivianos (ADRB). Entretanto, somente dez anos mais tarde, em 1979, a ADRB seria formalizada. Nessa fase inicial, o esporte e a cultura mantiveram-se como escopo central da instituição, mas, agora, a mesma já se voltava, mesmo que de maneira incipiente, para o auxílio dos imigrantes que viviam na cidade e enfrentavam dificuldades econômicas.

Nessa medida, nas décadas seguintes, a ADRB se revezou entre momentos de dificuldades – decorrente do desligamento de importantes associados fundadores e da falta de recursos que resultaram em um enfraquecimento da associação – e momentos de conquistas – como a compra da sede, a criação de um jornal próprio (o *La Puerta Del Sol*), a realização, em conjunto com outras entidades, da Semana da ADRB e da mostra do Cinema Boliviano em São Paulo, realizada em parceria com o Memorial da América Latina e o Consulado Boliviano.

Ora, a modificação do perfil social dos migrantes bolivianos que vinham para o Brasil a partir do final da década de 1980, somada ao surgimento de instituições que possuíam praticamente os mesmos anseios que a ADRB, obrigaram a associação a se reformular, isto é, a reforçar sua presença junto aos novos imigrantes. Assim, durante a presidência de Gil Teodoro Morales, iniciada em 2001, observou-se que a população boliviana residente em São Paulo continuava carente de diversos serviços como assistência médica, odontológica e jurídica e, então, passou a atuar nesse sentido.

Com a entrada de Carmelo Muñoz houve uma ampliação do apoio assistencial ao imigrante e foi criado o projeto Semear Alegria, que consiste em fortalecer a autoestima das crianças que frequentam a Praça Kantuta, promovendo a integração e o convívio social das mesmas com crianças de todas as nacionalidades de forma lúdica, por meio da promoção de gincanas, pinturas artísticas e faciais, brincadeiras com eletrônicos. Selma, uma das diretoras da ADRB, afirma que é comum que crianças bolivianas sofram *bullying* nas escolas devido a sua etnia, cultura e idioma, diferentes das demais crianças. Sobre a atuação da Associação, diz Selma:

ADRB é uma instituição que oferece tratamento médico, odontológico, orientação jurídica, e de documento para imigrantes, que conta como projeto Semear a Alegria para as crianças e também o social-cultural e esportivo. É uma instituição dedicada a seu trabalho social para amenizar e melhorar a vida de mais pessoas. [...] Estamos trabalhando em um trabalho social, num trabalho de acompanhamento, de apoio, de

orientação ao boliviano e qualquer imigrante de qualquer nacionalidade. Eu acho que é muito importante que organismos trabalhem para os estrangeiros e o estrangeiro tenha esse meio para ele poder se orientar melhor na realidade. Porque tem milhares de estrangeiros que não sabem o que está acontecendo, quais são seus direitos, quais são seus deveres. Nesse sentido, a ADRB, nessa gestão, com a nova diretoria, o trabalho está diferenciado das outras diretivas.

Observando essa consideração, a associação arquitetou seu desenvolvimento rumo à ramificação de atuação com que ora conta¹¹⁴. Paulatinamente, a promoção cultural e desportiva perdeu espaço no interior da ADRB para, num primeiro momento, a assistência social ao imigrante¹¹⁵. Hoje, não é demais afirmarmos que o novo direcionamento em curso no interior da associação, a mudança a que Selma refere-se, diz respeito ao âmbito das estratégias de atuação do novo conselho deliberativo, que vai ao encontro de uma militância a favor da igualdade de direitos políticos que os imigrantes tanto buscam. Dessa forma, com a presidência de Carmelo Muñoz, houve uma ampliação das perspectivas de atuação da associação dos residentes, pois, de acordo com o presidente da associação e seus diretores, “é preciso que os imigrantes se unam em favor da busca por direitos e garantias políticas e sociais dos estrangeiros que vivem no Brasil e a associação atuará cada vez mais atuará nesse sentido”. Com efeito, a participação da ADRB na organização e na execução de manifestações, como a 6ª e a 7ª Marcha do Imigrante (que aconteceram, respectivamente, em São Paulo, nos dias 02/12/2012 e 01/12/2013), e da Votação Simbólica (no dia 29/09/2012) explicitam o processo de reconfiguração, no sentido de um engajamento político maior, pelo qual a associação vem passado nos últimos anos.

¹¹⁴ Nesse sentido, o art. 2 do Estatuto da ADRB nos fornece uma descrição detalhada a este respeito, ao enfatizar que tem por finalidade: “a) representar os interesses dos bolivianos e seus familiares residentes no território brasileiro ou em viagens a negócio ou a passeio, além de outros, de outras nacionalidades interessados em integrar a ADRB; b) incrementar o estabelecimento de convênios, sistemas e padrões, visando maior entrosamento dos associados com entidades estatais ou da iniciativa privada, buscando proteger facilitar o exercício da plenitude da cidadania de seus associados; c) propiciar a livre discussão dos assuntos de interesse dos associados [...] d) defender direitos e prerrogativas dos associados junto ao poder executivo, legislativo e judiciário, bem assim o representando-os perante as demais repartições de direito público ou privado; e) estimular atividades de categoria junto às entidades de direito público e privado, responsáveis pelo bem estar dos associados; f) promover e estimular a realização de congressos, conferência, bem como feiras, exposições, cursos, seminários e outros eventos em locais próprios ou de terceiros; g) estimular a eficiência e promover os valores éticos no desempenho de seus objetivos, visando a conciliação e a solução de eventuais divergência entre os associados; h) elaborar, com as autoridades constitutivas, a promoção, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das pessoas de direito público ou privado; i) propugnar por maior integração de seu mister, estabelecendo vínculos, convênios e incentivando o intercâmbio com entidades de direito público ou privado no País ou no exterior; j) organizar e editar, diretamente ou através de entidades que venha constituir especificamente para tais fins, publicações que contendo dados e informações relacionadas com o exercício de suas atividades; l) defender os interesses dos associados junto às empresas ou grupos empresariais, para assim propiciar maior transparência nos assuntos atinentes às suas atividades”.

¹¹⁵ Essa assistência social consistiu em fornecer atendimento médico, odontológico e jurídico, o que acontece até os dias de hoje.

3.4 MANIFESTAÇÕES IMIGRANTES: CONVERGÊNCIA DE DEMANDAS¹¹⁶

Ora, o primeiro grande ato dos indivíduos que buscam melhores condições de vida alhures pode ser descrito como sendo a própria ação de migrar e todo o complexo de circunstâncias que a cerca¹¹⁷. De modo quase imediato, o trabalho na nova sociedade constitui o segundo ato importante, pois, como afirma Sayad (1998), o trabalho é condição imanente ao processo migratório contemporâneo. O terceiro e derradeiro, no entanto, ocorre em um período de tempo normalmente mais prolongado, já que é formado pelo conjunto de ações vinculadas às demandas culturais, recreativas, desportivas, sociais e políticas. O motivo mais evidente para isso, talvez, seja porque os recursos materiais são indispensáveis à satisfação das necessidades vitais e, por conseguinte, possuem precedência, ao menos temporal, sobre os demais. Porém, há outros fatores importantes que contribuem ativamente para que ocorra um atraso no florescimento das demandas sociais, políticas, e culturais em relação às necessidades materiais. Um deles, que deve ser considerado, é o fato de que quem migra só o faz, quase sempre, senão mediante a certeza, ao menos mediante a previsibilidade do retorno à terra natal. Contudo, há muitos casos em que a permanência definitiva na terra estrangeira ocorra em função da prolongação indeterminada da situação inicial, isto é, transitória (SAYAD, 1998). Não obstante, por vezes, há, ao longo desse processo, uma ruptura dessa noção, o que acaba por permitir a escolha/aceitação da sociedade atual como sendo a sua. Desse modo, após essa mudança de postura, é comum que ocorra uma redefinição de projetos de vida, que acabam por gerar uma integração mais efetiva na sociedade receptora, por meio da conquista de direitos e garantias diversas. A seguir, o foco será investigar o que, a nosso ver, é a principal manifestação coletiva de imigrante na cidade de São Paulo em prol de direitos políticos e melhorias sociais: a Marcha do Imigrante. Em um momento seguinte, de modo resumido, teceremos alguns comentários acerca duas outras mobilizações: a votação simbólica e a passeata do menino Brayan.

¹¹⁶ Os nomes de alguns entrevistados foram alterados para preservar a identidade dos mesmos.

¹¹⁷ Compõem esse complexo: a tomada de decisão, os preparativos da viagem, a viagem em si, a chegada, entre outros.

A Marcha dos Imigrantes

Em 18 de dezembro de 1990, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Trata-se, segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego brasileiro, de “um instrumento internacional que reconhece e protege a dignidade e os direitos básicos de todos os trabalhadores migrantes, independentemente de estarem em situação migratória regular ou não”¹¹⁸ (MTE, 2014). Passados dez anos, no dia 4 de dezembro de 2000, devido ao aumento das migrações internacionais e das reivindicações dos movimentos sociais que abraçam as causas dos migrantes, a mesma assembleia proclamou a data 18 de dezembro como dia internacional do migrante. A data escolhida foi uma forma de homenagear a aprovação da convenção de 1990¹¹⁹. Dessa maneira, todos anos, nesse dia, Estados-Membros da ONU, organizações intergovernamentais e não-governamentais são convidadas a celebrar o Dia Internacional do Migrante, seja por meio da divulgação de informações sobre os direitos humanos e liberdades fundamentais dos migrantes, da elaboração de ações que auxiliem a garantir proteção dos migrantes ou da partilha de experiências¹²⁰.

Assim, a Marcha do Imigrante que acontece no Brasil, em São Paulo, surgiu como parte das comemorações mundiais do Dia Internacional do Migrante. Já há alguns anos, normalmente em um dia escolhido do mês de dezembro, a manifestação tem reunido milhares de imigrantes que se mobilizam e marcham pelas ruas da capital paulista por demandas diversas, tais como: trabalho decente, acesso à educação e saúde, nova lei de migração justa e humana, fim da discriminação, direito ao voto e a ser votado, nova lei de anistia, integração dos povos, cidadania universal, rechaço às deportações, ratificação (pelo governo brasileiro) da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, entre outras.

¹¹⁸ Disponível em: http://portal.mte.gov.br/cartilha_exterior/convencao-sobre-a-protecao-dos-direitos-de-todos-os-trabalhadores-migrantes-e-membros-de-suas-familias-onu-1990.htm. Acessado em 19/05/2014.

¹¹⁹ Sobre o dia a dia internacional do migrante, cf. *International Migrants Day*, disponível em: <http://www.un.org/en/events/migrantsday/background.shtml>. Acessado em 19/05/2014.

¹²⁰ Atualmente, o Brasil é o único país membro do MERCOSUL que não é signatário da mencionada convenção da ONU de 1990.

O planejamento do evento é feito por organizações de imigrantes – pastorais, sindicais e culturais – que atuam na cidade. As reuniões acontecem no CAMI (Centro de Apoio ao Migrante) e, a esse respeito, o Padre Roque Patussi¹²¹, um dos organizadores do evento e coordenador do CAMI, explica que o processo de preparação da marcha é democrático. Além das instituições que já participam da Marcha, são convidadas todas aquelas que, por ventura, tenham demonstrado interesse em participar. Nas reuniões, as decisões são tomadas em conjunto, seja com relação ao momento de realização de cada atividade, à atividade será escolhida, ao tema e aos subtemas da marcha. Desse modo, Patussi relata que todo o processo decisório do evento é feito por eleição.

Participam da Marcha do Imigrante pessoas de várias nacionalidades e instituições compostas por brasileiros e imigrantes¹²², mas chama a atenção a presença marcante de sul-americanos no evento, sobretudo bolivianos, paraguaios e chilenos. O que diz o coordenador do CAMI, Padre Roque Patussi, acerca da situação dos imigrantes mais pobres que vivem no Brasil, ajuda-nos a compreender por que isso ocorre:

Está se falando de um grupo de imigrantes que saem de uma realidade de pobreza e acabam vindo pra cá numa realidade de exploração maior do que aquela que viviam, mas com alguns resultados financeiros que lhes vale a pena. Então, pelo resultado financeiro eles acabam sofrendo tráfico – muitos são traficados –, eles sofrem trabalho escravo – muitos são obrigados a trabalhar horas excessivas ganhando pouco, têm seus documentos retidos, quer dizer passam por todo um processo de um sistema de exploração dentro dessa área. [...] O imigrante que vem com diploma da Europa, que tem seu reconhecimento aqui, ele não passa por esse sofrimento, ele não passa por esse processo de exclusão e ao mesmo tempo um processo de exploração. Ele vem, já entra no sistema, e esse mesmo sistema o mantém; enquanto esses imigrantes mais pobres são os menos favorecidos¹²³.

Ao que tudo indica, foi justamente o envolvimento de inúmeras organizações nas manifestações que forneceu a energia que faltava para que os imigrantes rompessem com o receio de se mostrar e tomar as ruas da cidade em busca de suas demandas. Isso porque, na

¹²¹ Entrevista realizada durante o evento.

¹²² São algumas das organizações que participam ou já participaram do evento: CAMI, SPM, CPM, ICUJAL-UGT, CUT, Western Union, ADRB, Associação BOLBRA, Salvador Allende, JSF, JAPAYKE, MM, COEBIVECO, Educar para o mundo, Associação Deportiva “Expresión Social” de Futsal Imirim, Comissão Internacional dos Trabalhadores, TV Integração, Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Comunidade Paraguaia Warmis, Confederação Sindical das Américas, Centro das Culturas, Associação Gastrônoma Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, Associação Guaraní Radio Infinita, Bolívia Cultural, Radio 9 de Julho, Jornal Nosotros, CDHIC, Fraternidad Caporales San Simón e grupo folclórico Kantuta Bolívia.

¹²³ Retirado de entrevista cedida ao site Bolívia Cultural. Disponível em http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=1745. Acessado em 14/05/2014

medida em que cada uma dessas associações, cooperativas e ONGs são compostas e/ou atuam em conjunto com os imigrantes, elas possuem um elo forte – baseado na confiança, cumplicidade e amizade – com a comunidade imigrante de São Paulo, mesmo com aqueles imigrantes em situação migratória irregular. Dessa forma, nossa hipótese é a de que a Marcha, assim como outras mobilizações coletivas de imigrantes, tenha se tornado um lócus, mesmo que temporário, que possibilita à parcela mais pauperizada dos imigrantes que vivem em São Paulo uma suspensão fugaz do receio que muitos carregam de notoriedade social para além dos espaços ocupados pelos seus próprios conterrâneos. De fato, apoiados nesses vínculos, protegidos pelo anonimato da multidão e pela força proveniente da conjunção de interesses, a Marcha abre uma janela social capaz de dar livre curso e visibilidade às expressões do grupo formado pelos imigrantes subalternos – aqueles em situação migratória irregular que temem ser deportados, os que são submetidos a condições precárias de trabalho, os que receiam reivindicar (por medo de perder seus empregos) se se mostrarem abertamente contrários às práticas laborais a que estão submetidos, como também, aqueles outros, que fogem de guerras, de desastres naturais e cuja presença, por vezes, é tida pela opinião pública como um estorvo. A se julgar pelo crescimento do número de participantes, ao longo das edições, isso é algo em plena construção.

Nesse sentido, é interessante o que os relatos dos imigrantes, estrangeiros e brasileiros participantes da Marcha tem a nos ensinar. O angolano Fernando Manuel, por exemplo, conta que reside no Brasil há cinco anos e, inicialmente, possuía visto de turista que logo expirou¹²⁴. Entre o período que se estendeu de 2007 a 2009, Fernando permaneceu irregularmente no país e diz que esse foi um dos momentos mais difíceis que já enfrentou, devido à situação instável e à insegura que permeava sua vida. A situação migratória do angolano foi revertida somente com o benefício oferecido pela anistia de 2009. Para ele,

O imigrante contribui com o país economicamente e culturalmente, então, nada mais justo que reclamar os seus direitos pedindo igualdade social, porque há muita discriminação. A gente escuta que não tem, mas aqui, notem, há muita discriminação – principalmente quando se é estrangeiro. A gente quer mais emprego, legalidade pros estrangeiros. Não se esqueça que aqui [na Marcha dos imigrantes] sou o único angolano. Quando se perguntou quem era aqui africano, era praticamente só eu. Isso devido ao fato de que outros angolanos ainda têm medo de participar.

¹²⁴ Todas as entrevistas utilizadas nesse item foram realizadas no ano de 2012.

Hoje, em situação regular, Fernando diz querer dar voz aos estrangeiros que não podem sair nas ruas e reclamar os seus direitos, como já foi o seu caso, e que esse é o principal motivo de participar da Marcha.

Já o moçambicano Alberto Camoana, membro do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil, diz que muitos estudantes queriam participar do evento, mas que ainda tem medo. Segundo Alberto, os africanos, como outros estrangeiros, são bastante segregados, de diversas maneiras, muitas delas previstas na lei. Além da proibição legal, o moçambicano lembra que a escassez de recursos econômicos é outro impedimento aos muitos que gostariam de participar do evento. Para ele a Marcha é importante, uma vez que procura “combater o preconceito e a discriminação que acaba por separar as pessoas, quando, na verdade, elas deveriam se unir para ajudar umas às outras”.

Para a jovem boliviana Jobana Moya, a própria existência da Marcha já representa um avanço da mobilização em prol dos direitos sociais e políticos dos migrantes que vivem no Brasil. Suas considerações vão no sentido de reafirmar o papel da manifestação enquanto um momento que possibilita expor opiniões e reivindicar pautas. Segundo Jobana,

Este é o sexto ano e se olharmos para trás ela era menor, mobilizavam-se menos nacionalidades. Hoje em dia, não só tem latino-americanos, como tem também europeus e africanos, que estão imigrando fortemente para o Brasil. E ela é importante porque a maioria vive escondida, na sombra e ela nós dá espaço que normalmente não temos para falarmos das dificuldades que enfrentamos, das coisas que queremos que mudem no Brasil, da legislação que tem contra nós.

Outro aspecto positivo, frequentemente levantado pelos participantes, foi o papel de conscientização que a Marcha possui, tanto entre os imigrantes como entre a população paulistana em geral. É válido que se diga que a consciência a que se referem não possui qualquer recorte de classe. Ela é, antes, reformista e tem como bandeira a busca por melhores condições de vida por parte dos imigrantes que vivem no Brasil. Nessa medida, o objetivo é informar e sensibilizar o maior número de indivíduos sobre a política e a legislação migratória brasileira, a respeito das condições de trabalho a que estão submetidos milhares de imigrantes, acerca do preconceito contra os eles e assim por diante. A esse respeito, João, brasileiro, membro da UGT (União Geral dos Trabalhadores) – instituição que participou da manifestação – diz que a Marcha dos Imigrantes é capaz mostrar aos habitantes de São Paulo uma face grave da sua cidade que lhes fica oculta devido ao estresse e a correria do cotidiano. De acordo com ele, a marcha demonstra que os imigrantes sofrem uma dura realidade de trabalho precário, de falta de direitos

de cidadania e ajuda a valorizar o imigrante pela importância que tem no Brasil. Ideia similar é manifestada por Mario, da organização Salvador Allende, quando questionado sobre a importância do evento:

Meu nome é Mario e eu sou chileno. Participo da comunidade chilena e sindical. O grupo que trabalho participou das 6 marchas do imigrante que se realiza no mundo inteiro que é para obter um pouco mais de direitos nos países, nos estados em que vivem. O significado disso aqui é despertar a consciência da opinião pública brasileira para que nós possamos viver mais satisfeitos aqui, no Brasil, e em todos os países do mundo. Agora nós, com o nosso trabalho político, acreditamos que podemos avançar um pouco com a consciência política do povo brasileiro.

O chileno acrescenta que é indubitável que tenha havido um crescimento, nos últimos anos, da mobilização política a favor dos interesses dos imigrantes e dos estrangeiros. Contudo, o imigrante afirma que, até o momento, as organizações de estrangeiros não são capazes de influenciar as políticas públicas. Do mesmo modo, nas palavras de Mario, a Marcha e outras manifestações podem ser decisivas em três aspectos: “auxiliar a despertar a consciência dentro do povo brasileiro para o preconceito que muitas vezes se produz individualmente. Eu não digo coletivamente, mas individualmente existe isso daí”; contribuir para “formação de uma consciência de mobilização” e “ajudar a modificar o estatuto do estrangeiro porque há muitas coisas aí que deixam a desejar”.

Voltando nossa atenção para os bolivianos, de fato, parece-nos bastante razoável a suposição de que a Marcha conseguiria difundir informações e despertar o interesse sobre a legislação migratória brasileira – ao menos entre os próprios participantes –, uma vez que nossa pesquisa demonstrou que, fora desse contexto, as leis que regem os direitos e deveres dos estrangeiros e imigrantes são pouco conhecidas pela maioria dos bolivianos, salvo entre as lideranças comunitárias, imigrantes comprometidos com a discussão da reformulação do PL 5.655/09 e os profissionais da área jurídica. No entanto, os efeitos práticos das mesmas são, sem sombra de dúvida, sentidos nos cotidianos desses indivíduos.

Nesse aspecto, Selma, boliviana e membro da ADRB, acredita que manifestações como a Marcha contribuem para que o imigrante adquira conhecimentos básicos sobre a realidade social que o cerca e que, assim sendo, ele se insere mais eficazmente na sociedade receptora:

Creio que essa seja uma forma do estrangeiro se situar mais firmemente dentro da sociedade brasileira. Porque geralmente o estrangeiro que vem aqui se afasta de toda realidade política e da cidadania, porque ele acha que não tem direito, por ele ser estrangeiro. Acho que essa parte de mobilização é importante porque ele vai ficar mais perto da realidade daqui, da realidade brasileira. [...] o imigrante, às vezes, se afasta, ele

fica num núcleo aonde estão os outros imigrantes compatriotas. E ele não sai mais pra lá, pra saber os direitos que têm; o que acontece nessa cidade, ou em outras cidades do Brasil.

O boliviano Carmelo Muñoz, presidente da ADRB, ressalta que a Marcha mostra que “uma nova lei migratória tem que vir justamente para que tenhamos direito a uma vida melhor em qualquer parte, mesmo aqui em São Paulo” e completa: “se não lutamos por isso, nunca conseguiremos que a justiça brasileira, que os parlamentares brasileiros, façam uma lei à altura.” Para Muñoz, “uma lei que venha defender os direitos dos imigrantes, tem que ser construída democraticamente, com a participação de todos os imigrantes”. Acerca da legislação que trata dos imigrantes, ele diz:

O Estatuto do Estrangeiro é muito atrasado. É uma lei da década militar onde não se pode isso, não se pode aquilo – quase nada se pode. Estamos atrás de uma lei que venha dignificar os imigrantes aqui na cidade de São Paulo e no Brasil. Por isso estamos nas ruas e pedimos desculpa a sociedade paulistana acham que estamos incomodando, porém não há luta, não há vitória do povo, sem movimentação popular e sem que se esteja nas ruas reivindicando para mostrar às autoridades que queremos melhorar nosso estado aqui e precisamos uma lei que seja digna e humanitária

Segundo o boliviano César Coila, presidente da COEBIVECO, o que chama de “questões práticas fundamentais”, como as restrições que as leis brasileiras impõem aos imigrantes, teriam ganhado maior atenção a partir da 5ª Marcha dos Imigrantes, tendência que teria se confirmado na sexta edição, realizada em 2012. Ele afirma: “o povo está tomando conhecimento [...], eu acho que o povo mesmo está ganhando consciência sobre esses assuntos e está participando mais e mais”; e acrescenta “eu acho que ano passado foi a expressão disso, este ano melhorou ainda mais: tem mais gente que está participando. Acho que muita gente está se conscientizando dos nossos direitos, dos que temos e dos que ainda temos que conquistar lutando.”

Além da Marcha do Imigrante, entre os anos de 2012 e 2014 (período em que acompanhamos as manifestações políticas e sociais dos imigrantes em São Paulo), dois importantes protestos tiveram grande repercussão midiática e chamaram a atenção da opinião

pública local: a votação simbólica (2012) e o protesto pela morte do garoto boliviano Bryan Capcha¹²⁵.

A Votação Simbólica dos Imigrantes

A Votação Simbólica ocorreu no dia 29/09/2012, às 15 horas, na Rua Coimbra, Bairro do Brás, e reuniu quinze entidades sociais e grupos culturais¹²⁶. Uma barraca foi montada, caixas de som instaladas para informar as pessoas que ali passavam sobre a manifestação, cédulas contendo nomes dos candidatos à prefeitura de São Paulo foram distribuídas para que fossem preenchidas e depositadas nas urnas disponibilizadas. De longe, era possível ouvir palavras de ordem e visualizar as faixas que tomaram uma das esquinas mais movimentadas do famoso reduto boliviano na cidade de São Paulo. Além disso, panfletos foram distribuídos e assinaturas colhidas para um abaixo assinado.

Com efeito, no início, a maioria dos imigrantes sul-americanos (quase a totalidade de bolivianos) que atravessavam o local, demonstraram-se, ao mesmo tempo, receosos e

¹²⁵ Foram alguns dos sites vincularam notícias sobre a Votação Simbólica dos Imigrantes: folha.uol.br, Mural, dia 24/10/2012: “Grupo de imigrantes reivindica direito ao voto em São Paulo”; operamundi.uol.com.br, 28/09/2012: “Imigrantes fazem eleição simbólica para cobrar direito ao voto no Brasil”; spressosp.com.br, 27/09/2012: “Migrantes fazem votação simbólica para prefeito de São Paulo”; aquiemsp.wordpress.com, 27/09/2012: “Imigrantes farão votação simbólica para Prefeito de SP”; radioagencianp.com.br, 28/09/2012: “Imigrantes fazem eleição simbólica para cobrar direito ao voto no Brasil”; cdhlc.org.br, 06/11/2012: “Em ato político, imigrantes protestam por participação nas eleições brasileiras”; boliviacultura.com.br, 02/10/2012: “Imigrantes fazem protesto por direito ao voto”; abong.org.br, 28/09/2012: “Imigrantes farão votação simbólica para Prefeito de SP”; www.redesul.am.br, 01/10/2012: “Imigrantes com residência permanente simulam direito a voto”. Acerca do ato pela morte de Bryan Capcha, noticiaram: redebrasilatual.com.br, 01/07/2013: “Normalmente acudados, bolivianos de São Paulo vão às ruas após assassinato”; noticias.terra.br, 01/07/2013: “Bolivianos protestam na av. Paulista por morte de criança em assalto”; noticias.uol.com.br, 01/07/2013: “Ato pela paz bloqueia faixas da avenida Celso Garcia, em SP”; gl.globo.com, 01/07/2013: “Bolivianos pedem Justiça e ação de consulado após morte de garoto” e, também, em 06/07/2013: “Manifestantes protestam no centro de SP contra morte de menino boliviano”; redebomdia.com.br, 02/07/2013: “Protesto pede Justiça para Brayan”; oestrangero.org.br, 03/07/2013: “Bolivianos sofrem racismo, xenofobia e ‘pobrefobia’”. Em outra passeata, essa realizada no dia 08/07/2013 e promovida conjuntamente com o Sindicato dos Comerciantes, que se iniciou na Igreja Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério, e que foi em direção à Praça da Sé: comerciantes.org.br, 08/07/2013: “Sindicato promove passeata em memória a Brayan e pede por justiça e segurança”; memoria.ebc.com.br, 06/07/2013: “Parentes do menino boliviano assassinado em assalto em São Paulo pedem justiça”; noticias.terra.com.br, 06/07/2013: “Parentes do menino boliviano morto em SP protestam por justiça”; ovale.com.br, 06/07/2013: “Grupo faz manifestação na Sé pela morte de menino boliviano”; diariodesp.com.br, sem data: “Protesto pede Justiça para Brayan”.

¹²⁶ Participaram do ato: Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras, Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, Associação de Residentes Bolivianos, Asociación Latino Americana de Arte y Cultura Andina, Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Associação Salvador Allende, Associação Paulista de Ajuda ao Imigrante, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, Central Única dos Trabalhadores, Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção, Centro Pastoral do Migrante, Comunidade Paraguaia do Bom Retiro, Grupo Chile Lindo, Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil e Juventude Sem Fronteiras.

interessados. Alguns chegaram a até mesmo desviar do local. Contudo, aos poucos o interesse prevaleceu e muitos participaram da proposta: eleger simbolicamente o prefeito de São Paulo e, simultaneamente, demonstrar a necessidade da aprovação de uma Emenda Constitucional que lhes confira direitos políticos. Em entrevista cedida a um dos membros do CDHIC, que também estava no local, a imigrante Maria Quiñonez, membro do Juventude Sem Fronteiras, disse: “Somos trabajadoras/es que salimos de nuestros países y estamos ayudando para el crecimiento económico de este país con nuestra fuerza de trabajo, pedimos el derecho de participar en la vida política!”. A jovem encerrou sua fala dizendo: “Aquí vivo, aquí voto!”.

Nos mais de 10 mil panfletos distribuídos, estavam escrito:

Votação Simbólica – Aquí Vivo, aquí voto! Imigrantes reivindicam direito de participação política no Brasil. Aquí moramos, pagamos impuestos, ayudamos a construir esse país! A democracia só será verdadeira quando todas e todos pudermos participar! Estima-se em 1,5 milhões de pessoas no Brasil nessa condição, que poderiam votar se uma Emenda Constitucional for aprovada.

Essa luta deve ser de todos os partidos políticos que realmente defendem a democracia e a cidadania plena, com o direito a votar, ser votado, sindicalizar-se e ter acesso aos meios de comunicações. A Marcha dos Imigrantes de 2009 pautou o tema. Em 2010 foi entregue uma carta e um abaixo assinado ao Congresso Nacional e a Presidência da República solicitando uma Emenda Constitucional pelo direito ao voto de imigrantes permanentes. O documento também pediu a ratificação da Convenção da ONU Sobre os Direitos de Todos os Trabalhadores Imigrantes e suas Famílias e nova lei de Migrações. [...]

Em conversa com alguns dos imigrantes que ali se juntaram pudemos notar que diversos deles repetiam frases similares: “Sem direito político, você não existe para o poder público”, “Escolhi viver no Brasil”, “Meus amigos e familiares estão aqui”, “Também pagamos impostos como todos”, “Amamos esse país, mas não somos reconhecidos”.

Os Protestos pela morte do menino Brayan Capcha:

Enquanto a Votação Simbólica teve um alcance, primordialmente, local, as manifestações pela morte do garoto boliviano Brayan Capcha, de cinco anos, tiveram repercussão nacional. O caso aconteceu no bairro de São Mateus, zona leste de São Paulo, durante a madrugada do dia 28/06/2013, quando seis homens invadiram a oficina de costura onde moravam Brayan e seus pais. Durante o assalto, o garoto chorava copiosamente nos braços da mãe e, por isso, foi assassinado com um tiro na cabeça. Aquele era o quarto assalto que a família sofreu ao longo dos seis meses que vivia no Brasil.

Os ladrões sabiam que os bolivianos eram imigrantes irregulares e que, portanto, sem documentos, com certeza, não possuíam conta bancária. Como a maioria dos trabalhadores da costura, a família guardava todo dinheiro em casa e era um alvo fácil¹²⁷. Segundo entrevista cedida ao jornal *Folha de São Paulo*, do dia 07/07/2013, Hugo Choque, boliviano que normalmente presta serviço para outros compatriotas, diz “A coisa mais normal do mundo é roubarem de bolivianos. [...] Todos os que eu conheço já foram assaltados. Eu já fui roubado quatro vezes, mas nunca dei queixa”. Ao mesmo jornal, Juan Ventura afirmou: “Conheço muita gente que teve a casa roubada, R\$ 5mil, R\$ 10mil, e não dá queixa porque tem medo”. Com efeito, igualmente constatamos que é comum que bolivianos não recorram à polícia em situações similares. Os motivos alegados são o receio da deportação, a indiferença e o mau tratamento da polícia para com eles.

Nessa medida, e em vista do ocorrido, “normalmente acuados, os bolivianos de São Paulo foram às ruas: más condições de vida vêm à tona e explodem em insatisfação de imigrantes após morte de garoto de 5 anos em oficina de costura”, como descreveu de modo acertado o *site* de informações *Rede Brasil Atual*. O primeiro protesto ocorreu no próprio dia do crime e reuniu dezenas de bolivianos em frente do 49º DP (Distrito Policial), em São Mateus, onde o caso foi registrado. Naquele momento eles clamavam por justiça.

Poucos dias mais tarde, em 01/07/2013, outro ato contou com um número bem maior de manifestantes. Os números apresentados pelos veículos de informação variam entre quinhentos e três mil, que se reuniram na Rua Coimbra e partiram em direção ao Consulado Boliviano na cidade de São Paulo, que fica na Avenida Paulista, centro financeiro da capital. O protesto chegou a bloquear um dos sentidos da avenida. A marcha teria sido convocada após um pedido de audiência com representantes diplomáticos da Bolívia na cidade. Em entrevista cedida à *Rede Brasil Atual*, Obélio Mamani Oliva demonstrou sua indignação: “O consulado não se preocupa conosco. Somos abandonados e queremos justiça. O consulado tem de conversar conosco”. Como Obélio, outros bolivianos também se manifestaram perante à mídia. Antônio Flores disse: “Estamos pedindo só segurança para nós, para todo mundo. Nós, bolivianos, viemos trabalhar, não viemos roubar ninguém” e completou, “Queremos outro cônsul. Não queremos um cônsul

¹²⁷ Naquela ocasião, a esse respeito, afirmou Paulo Illes: “Uma coisa que vamos trabalhar a partir da Secretaria de Direitos Humanos é um diálogo com os bancos para tentar flexibilizar a abertura de contas para essas pessoas, que são marginalizadas pelo sistema. Grande parte da violência acontece porque os trabalhadores bolivianos guardam todo o dinheiro que recebem dentro de casa”.

que só venha para acontecimentos sociais. Queremos um cônsul que vá nos hospitais, nas delegacias, que nos represente”. A seguir, juntou-se aqueles que solicitavam a saída do cônsul¹²⁸.

Por fim, no dia 06/07/2013, após uma missa realizada na Igreja Nossa Senhora Paz, ocorreu uma terceira passeata, que se iniciou na Rua do Glicério e terminou na Praça da Sé. Além de homenagear o menino assassinado, ela pedia justiça, mais segurança e melhores condições para os imigrantes bolivianos que vivem no Brasil. O evento contou com um carro de som e reuniu cerca setecentos bolivianos, bem como também integrantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e do CAMI. Em entrevista, Paulo Illes – ex-Coordenador Executivo do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante e atual Coordenador de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo – revela que foi um momento histórico, de mudança: “nunca a comunidade boliviana de São Paulo tinha se manifestado desta forma, reunindo uma verdadeira multidão de trabalhadores”. De fato, todo o processo mobilizatório das passeatas que tiveram como estopim o falecimento de Brayan Capcha fora encabeçada por imigrantes bolivianos. Enquanto a Marcha dos Imigrantes e a Votação Simbólica tiveram a participação, tanto no âmbito da idealização como no da execução, de entidades brasileiras e de imigrantes de nacionalidades diversas, as manifestações que se iniciaram em 28/06/2013 e que se estenderam até 06/07/2013 foram produto espontâneo dos embates cotidianos vivenciados pelos imigrantes bolivianos. Dessa maneira, parece haver no horizonte uma mudança de postura por parte dos imigrantes no sentido de não aceitarem tais condições passivamente.

Algumas conquistas:

Até o ano de 2014, a comunidade boliviana de São Paulo não obteve, pontualmente, suas principais demandas. No entanto, desde 2012, período aproximado em que a pressão popular dos imigrantes efetivamente ganhou força¹²⁹, algumas conquistas foram obtidas.

A primeira delas – que, a propósito, está relacionada à repercussão do caso Bryana Capcha e das manifestações ocorridas subsequentemente – foi a facilitação da abertura de contas bancárias por imigrantes. No dia 04/10/2013, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Caixa celebraram um acordo que beneficiou os imigrantes regulares que vivem na região. Para abrir uma conta, anteriormente, o

¹²⁸ Publicado e retirado dos sites ebc.com.br e aredacao.com.br nos dias 01/07/2013 e 02/07/2013, respectivamente.

¹²⁹ Vide a data de formação de duas cooperativas e das manifestações supracitadas.

imigrante tinha que ter em mãos o RNE (Registro Nacional de Estrangeiros), um comprovante de residência e o CPF. O RNE, que é um documento expedido pelo Departamento de Polícia Federal e pode demorar mais de um ano para ficar pronto, era um fator de atraso, mas não acabava sendo o maior impedimento para os imigrantes que já estavam há mais tempo vivendo no Brasil poderem abrir suas contas. Comprovar moradia, por outro lado, era impossível para muitos, pois é comum encontrarmos imigrantes que não tem contas em seu nome, uma vez que boa parte dos mesmos moram no local onde trabalham ou em comunidades em que compartilham moradia. Com as novas regras, ao invés do RNE, os imigrantes provenientes do Mercosul e dos países associados, poderão apresentar passaporte ou documento de identidade do país de origem, juntamente do protocolo de pedido de encaminhamento do Registro Nacional de Estrangeiros. A comprovação de residência pode ser substituída pelo extrato da consulta de dados de identificação, emitido pelo Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros – SINCRE. Embora pouco burocrático para ser obtido, o CPF continua necessário¹³⁰.

A segunda vitória se deu no campo social. Em 29 de novembro de 2013, a Prefeitura de São Paulo criou a cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para imigrantes, por meio do Decreto nº 54.645. Como informa a Prefeitura, o Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e de representação da sociedade. Sua função é exercer controle social e assegurar a participação da sociedade no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos nas regiões, como também propor ações e políticas públicas nos territórios¹³¹. Dessa forma, as subprefeituras que apresentavam ao menos 0,5% de estrangeiros compondo sua população total podem abrir essa vaga de conselheiro. Ao todo foram vinte conselheiros extraordinários eleitos. Luís Vasquez, boliviano, tornou-se o representante legal estrangeiro da subprefeitura da Mooca, tendo sido o mais bem votado entre todos: quase o dobro de votos com relação ao segundo conselheiro eleito mais bem votado (Cheung Kawai, pela Sé)¹³².

¹³⁰ Todas as informações acima foram obtidas nos sites da Prefeitura de São Paulo (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=158412>) e da Caixa (<http://www.espacioinmigrantescaixa.com.br/preguntas-frecuentes>). Acessado em 03/06/2014.

¹³¹ Vide <http://www.conselhoparticipativo.prefeitura.sp.gov.br/oquee.php>. Acessado em 03/06/2014.

¹³² Dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de São Paulo: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/index.php?p=168924. Acessado em 03/06/2014.

Os problemas enfrentados pelos bolivianos que residem na RMSP são diversos e, ao que parece, estão longe de terem um fim. Contudo, talvez não seja demais afirmar que a eleição simbolizou uma pequena ruptura da visão tradicional dos imigrantes como mera força de trabalho e que a criação desse espaço de atuação dos imigrantes em nível municipal represente uma vitória decorrente, senão de forma direta, ao menos parcialmente, das mobilizações reivindicatórias dos mesmos junto à sociedade civil e ao poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procuramos analisar diferentes aspectos que permeiam a busca por melhores condições de vida por parte dos imigrantes bolivianos que residem na RMSP, sobretudo aqueles que atuam no ramo da costura. O cerne da discussão desenvolvida ao longo dos três capítulos foi que, após migrarem para o Brasil, o trabalho em confecção – precário e mal remunerado – tem se mostrado incapaz de isoladamente proporcionar uma situação de vida satisfatória a grande parte desses imigrantes e, como resposta, recentemente, imigrantes bolivianos tem assumindo uma postura mais atuante e se organizaram em cooperativas e associações, firmaram parcerias e conseguiram apoio de ONGs, sindicatos e outras entidades para reivindicar direitos e garantias. Nesse sentido, nossa hipótese é que as manifestações promovidas pelos imigrantes que tomaram as ruas de São Paulo simbolizam avanço da participação social da comunidade boliviana na cidade.

Essas questões foram trabalhadas a partir de uma divisão heurística tripartite – formada pela imigração, o trabalho e as reivindicações em prol de direitos, garantias e melhorias nos âmbitos social, político, legal e simbólico – que corresponderia à base da busca por melhores condições de vida no interior desse grupo.

Dito isso, inicialmente, ao abordarmos a migração e o complexo de circunstâncias que a acompanha, procuramos demonstrar, por intermédio da exposição da conformação política, econômica e social boliviana, que há fortes indícios de que fatores macroestruturais desempenharam um papel decisivo para o êxodo da população local rumo a outros países em busca de melhores condições de vida, dentre eles o Brasil, o que com, com efeito, foi apontado igualmente pelos imigrantes entrevistados ao longo desta pesquisa. Observada essa questão, igualmente buscamos ressaltar que a escalada migratória dos bolivianos para São Paulo, a partir do final da década de 1980, apoiou-se, de uma lado, nas alterações provenientes da reestruturação produtiva que ocorria na indústria do vestuário na cidade e que demandava uma força de trabalho barata, disposta a enfrentar uma rotina de trabalho extenuante, que não reivindicasse seus direitos trabalhistas e, de outro, na existência de redes sociais entre bolivianos que já haviam migrado para o Brasil em um momento anterior (por motivações adversas) e compatriotas que, em um segundo momento, almejavam oportunidades para além das fronteiras bolivianas.

Ademais, quando analisamos o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em paralelo com a formação e a maturação da indústria paulistana do vestuário, procuramos demonstrar que parte considerável dos imigrantes que compuseram as ondas migratórias maciças internacionais que objetivavam engrossar o mercado de trabalho brasileiro, acabou, ao menos inicialmente, ocupando funções deterioradas, mal remuneradas e que implicavam em condições de vida abaixo do nível normal da própria reprodução da força de trabalho: vide as migrações italiana, espanhola, portuguesa, japonesa e coreana para São Paulo. Sendo assim, a condição de vida dos bolivianos da confecção não pode ser precisamente apontada como experiência ímpar na história brasileira.

Pontualmente acerca do trabalho na costura, indicamos que ao longo das três últimas décadas, período que coincide com o aumento da presença sul-americana no mercado de trabalho paulistano, as condições de trabalho reconhecidamente degradantes no interior das oficinas não foram essencialmente alteradas. Todavia, as relações de trabalho se flexibilizaram e as formas de emprego se degradaram com o advento das terceirizações no setor. Os grandes varejos e atacadistas, atendidos indiretamente pelas pequenas oficinas do Brás, Belém, Belenzinho, Bom Retiro, Pari e adjacências, foram os maiores beneficiados com essa alteração, pois na medida em que se eximiram das responsabilidades trabalhistas daqueles que integram o restante da cadeia produtiva do vestuário, conseguiram aumentar a distância entre o preço de compra e o de venda de suas roupas, logrando, assim, maior competitividade. O revés da moeda ocorreu para os trabalhadores. Como a situação migratória irregular e a informalidade ainda são a regra entre os bolivianos da costura, não há a qualquer mediação do poder público na relação capital trabalho. O pagamento por peça, a inexistência de jornada de trabalho fixa, e as demissões frequentes promovem insegurança e instabilidade entre esses trabalhadores. Não obstante, diferente do que se poderia presumir, nossa pesquisa de campo não encontrou indícios significantes de um florescimento de antagonismo de classe entre costureiros e donos de confecção (empreiteiros). Acreditamos que diversas podem ser as razões para isso: 1) boa parte desses imigrantes encaram o trabalho e a própria permanência no Brasil como uma situação temporária; 2) muitos desejam obter sua oficina e se as regras atuais do jogo mudarem talvez a realização desse sonho se torne impossível (vale lembrar que, nos moldes atuais, a abertura de uma micro confecção demanda pouquíssimo capital); vínculos de parentesco e de compadrio são frequentes na costura; e esses

trabalhadores, de fato, reconhecem que a situação econômica do dono da confecção não é substancialmente diferente das suas.

Foi dito que para além das questões técnicas que envolvem o trabalho na costura, a situação da comunidade boliviana na RMSP tem sido diagnosticada de formas variadas e, por vezes, contraditórias entre pesquisadores, mídia e instituições estatais: foi o que procuramos salientar ao realizarmos um mapeamento da visibilidade boliviana no início do terceiro capítulo. A seguir, nós nos posicionamos sobre qual pensamos ser a real situação dessa comunidade, para que, logo adiante, pudéssemos expor as demandas das organizações destacadas e das manifestações de imigrantes que ocorreram na cidade de São Paulo entre 2012 e 2014. Nesse sentido, destacamos também a existência de preconceito racial, cultural e aquele engendrado pela condição de irregularidade migratória, espreado de maneira fragmentaria ao longo sociedade brasileira e de suas instituições; afirmamos que há uma baixa permeabilidade do Estado com relação às demandas dos imigrantes, mas que em âmbito municipal o panorama tem se tornado mais favorável; argumentamos que a legislação brasileira é restritiva, pouco inclusiva e trata os estrangeiros sob a diretriz da doutrina de segurança nacional, proveniente do período ditatorial; dissemos que a maior parte desses imigrantes ainda se ocupam de atividades vinculadas ao setor do vestuário e que, embora culturalmente sejam bastante divergentes, o mesmo não pode ser afirmado quanto aos aspectos econômicos entre os que migraram há pouco.

Além disso, ao apresentarmos três organizações genuinamente formada e idealizadas por bolivianos que atuam em São Paulo e suas correspondentes manifestações de rua, procuramos trazer evidências de um postura política mais atuante da comunidade latina, sobretudo da comunidade boliviana. A nosso ver, se tomarmos como referência as primeiras Marchas dos Migrantes, podemos considerar que foi em meados de 2005 que esse novo panorama começa a tomar corpo. Nesse sentido, tendo em vista o aumento sem paralelo de manifestações, a formalização de associações e cooperativas de bolivianos, a revitalização de outras e as parcerias estabelecidas entre as mesmas e diversas entidades da sociedade civil, os anos de 2012 e 2013 representam o ápice desse processo mobilizatória na metrópole paulista. Todos essas fatos permitiram um ganho de expressividade da comunidade boliviana em São Paulo. Antes lembrados pela mídia e pelos acadêmicos sobretudo pelo trabalho nas condições destacadas no capítulo 2 do presente trabalho, os bolivianos estão sendo cada vez mais considerados como agentes dotados de capacidade de mudança, seja no âmbito do trabalho, dos direitos políticos,

civis ou sociais. Isso não significa que os mesmos não estão submetidos a um determinado contexto social que tem se mostrado majoritariamente adverso.

Em 2014, ano da conclusão de nossa pesquisa, podemos afirmar que a comunidade boliviana de São Paulo ainda não obteve pontualmente suas principais demandas: o trabalho decente; o acesso, de fato, à educação e saúde indistintamente dos brasileiros; nova lei de migração que (nas palavras dos imigrantes) seja justa e humana; fim do preconceito, direito ao voto e a ser votado. Não obstante, em decorrência da novo cenário de pressão popular exercida por esses imigrantes e de uma recente gestão municipal mais amistosa, algumas conquistas menores já foram obtidas, como a facilitação da abertura de contas bancárias por imigrantes – que beneficiou os trabalhadores da costura que normalmente guardam todo dinheiro que possuem no local onde residem e são alvos frequentes de furtos e roubos – e a criação da cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para imigrantes na cidade de São Paulo.

Tudo indica que, pouco a pouco, assim como outros imigrantes que os precederam, os bolivianos vão ganhando seu espaço na maior metrópole do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice. **O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

ABREU, Alice; SORJ, Bila. **Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro**. In: **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

AGUIRRE, Rene. **Notas para una História Del Siglo XX en Bolivia**. In: PRUDENCIO, F. **Bolivia en el siglo XX: la formación de la Bolivia contemporânea**. La Paz: Harvard Club de Bolivia. 1999.

ALBRO, Robert. **Bolivia's "Evo phenomenon": from identity to what?**. Journal of Latin American Anthropology 11(2), 2006. p. 408-428.

_____. The populist chola: **political prospecting, semiotic mediation and engendered ideology in Quillacollo, Bolivia**. Journal of Latin American Anthropology 5(2), 2000. p.30-88.

ALVIM, F. **O Brasil italiano (1880-1920)**. In FAUSTO, B. (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 383-417.

AMORIM, Elaine. **No limite da precarização? terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANDERSON, Perry. **O balanço do neoliberalismo**. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Everaldo. **A revolução boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ANDRADE, Margarida Maria. **Brás, Mooca e Belenzinho: "bairros italianos" na São Paulo além-Tamanduateí**. Revista do Departamento de Geografia, v. 8,1994. p. 97-102

ANDRADE, Maria; CUNHA, Luiz, **Implementação e desenvolvimento da indústria siderúrgica: período de 1952-89**. (sem data informada) Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecim ento/livro_setorial/setorial03.pdf. Último acesso em 29/07/2014.

ANFAVEA. **Indústria automobilística brasileira: 50 anos**. São Paulo: Anfavea, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ÁVILA, Leonardo. **Volveré para regar el campo: migración transnacional, inversión productiva y calidad de vida**. In: Boletim do Observatório Experimental Sobre as Migrações Internacionais nas Áreas Urbanas da América Latina (Miurb/AL). São Paulo: Vol. 1, n. 2, Dezembro, 2007. p. 22-28.

BARALDI, Camila *et al.*. **Brasil: Informe sobre a legislação migratória e a realidade dos migrantes**. São Paulo: CDHIC, 2011.

BARATA, Iame. **Migrar é um direito humano**. O Estrangeiro online, 2012. Disponível em: <http://oestrangeiro.org/2012/06/17/migrar-e-um-direito-humano/>. Último acesso em 07/07/2014.

BELFER, Nathan, **Section work in women's garment industry**. In: The Southern Economic Journal, vol. 21, n. 2, October, 1954. p. 188-200

BONACICH, Edna; APPELBAUM, Richard. **Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry**. Berkeley: University of California Press, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1987.

BURAWOY, Michael. **The extended case method**. Sociological Theory, 16: 1, March, 1998. p. 4-33

_____. **The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism**. London: Verso, 1985.

_____. *et. al.*. **Global ethnography: forces connections and imagination in postmodern world**. University of California Press, Berkley and Los Angeles, 2000

CACCIAMALI, Maria; AZEVEDO, Flávio. **Entre tráfico humano e a opção da mobilidade social: o caso dos imigrantes bolivianos indocumentados na cidade de São Paulo**. Cadernos PROLAM/USP (5), 2006. p. 129-145.

CAMPOS, C., e PAULA, N.. **A indústria têxtil brasileira em contexto de transformações mundiais**. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, no4, out-dez, 2006.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, V. **No Brasil, todo o mundo é Índio, exceto quem não é**. ISA, Povos Indígenas no Brasil, São Paulo, 2006. p. 41-49

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. Vol 1, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

_____. **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban regional process**. Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwel, 1989.

CHESNAIS, François. **A mundialização do exército industrial de reserva**. In: Revista O Comuneiro, no. 3, Setembro de 2006. http://www.ocomuneiro.com/nr3_artigos_01_francois.htm, acesso em 27/05/2013.

CORTES, Thiago. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013

COSTA, Ana; ROCHA, Érico. **Panorama da cadeia produtiva têxtil e de confecções e a questão da inovação**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

COSTA, Emilia. **Da colônia à República**. São Paulo: Unesp, 1999.

COWEN, Tyler. **How immigrants create more jobs**. The New York Times online, October 30, 2010. Disponível em <http://www.nytimes.com/2010/10/31/business/economy/31view.html>. Último acesso em 10/07/2014.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**. Cadernos da metrópole (17), São Paulo, EDUC, 2007. p. 119-133.

DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, José. **Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente**. In Estudios migratorios latinoamericanos, ano 21, n 62, 2007. p.3-40.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo Editorial, 2008

FUSCO, W; SOUCHAUD, S. **União exogâmicas dos imigrantes bolivianos na fronteira do Brasil**. Travessia, n.22, 2009. p.32-38

GARCIA, Renato; CRUZ-MOREIRA, Juan. **O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente**. In: Empresa Municipal de Urbanização - EMURB. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: 2004. p.271-305.

GIL, Aldo. **O Estado-de-Golpe: Uma análise do estado Boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

GOFFMAN, Eving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREEN, Nancy. **Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York**. Duke University Press, Durham & London, 1997.

GUEVARA, Jean-Paul. **Migraciones bolivianas en el contexto de la globalización**. In: Alternativas Sur, vol. III, num. 1, 2004, pp. 171-187.

HAPKE, Laura. **Sweatshop: the history of an American idea**. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HASHIZUME, Maurício. **Escravidão é flagrada em oficina de costura ligada à Marisa**. Portal de notícias online Reporter Brasil. 2010. Disponível em

<http://reporterbrasil.org.br/2010/03/escravidao-e-flagrada-em-oficina-de-costura-ligada-a-marisa/>. Acesso em 06/08/2013.

HIRSCH, Olivia. **Migrações sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina**. Observador online, vol. 3, n. 4, abr. 2008. Disponível em: www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22268.pdf. Acesso em 29/01/2014.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. (Brasil) Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>

ILLES, Paulo; SOUSA, Rebeca. **Todos somos migrantes: análise crítica da atual política migratória brasileira**. Revista online Adital, 2012. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=71822. Último acesso em 05/07/2014.

INE. **Censo de poblacion y vivienda de 2001**. (Bolivia) Disponível no portal <http://www.ine.gob.bo/>. Último acesso em 09/06/2013.

KEUM, Joa Choi. **Além do arco-íris: a migração coreana no Brasil**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

KLEIN, Hebert. **Migração Internacional na História das Américas**. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**, São Paulo, EDUSP, 1999

KONTIC, B. **Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria de vestuário em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KRUSE, Tom. **¿Acaso eres trabajador? reestructuracion productiva, procesos de trabajo y la construccion cotidiana de lo social**. Documento de Trabajo. La Paz: PIEB, 2005.

LANGER, Erick. **Una Visión Histórica de Bolivia en el Siglo XX**. In: PRUDENCIO, F. **Bolivia en el siglo XX: la formación de la Bolivia contemporânea**. La Paz: Harvard Club de Bolivia. 1999.

LEITE, Márcia. **Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo**. Revista Trabalho, Educação e Saúde. vol. 2, nº. 1, mar, 2004.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**. Sao Paulo, Nobel, 1988.

_____. **New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation**. In SCOTT, A.; STORPER, M. **Production, work territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Boston: Allen & Unwin, 1986.

LUPATINI, Márcio. **Relatório setorial final têxtil e vestuário**. FINEP, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.finep.gov.br/PortalDPP/relatorio_setorial_final/relatorio_setorial_final_impressao.asp?lst_setor=23. Acesso em 24/05/2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANETTA, Alex. **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística**. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. v.1. t.2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MASSEY, Douglas *et al.*. **Theories of international migration: a review and appraisal**. Population and Development Review, 19 (3), September, 1993. p. 431-66

MEDEIROS, Carlos. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: TAVARES, Maria; FIORI, José (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MESA, Carlos; GISBERT, Teresa; MESA, José. **Historia de Bolivia**. La Paz, Editorial Gisbert, 2001.

MORALES, J.; PACHECO, N. **El retorno de los liberales**. In PRUDENCIO, F (Org.). **Bolivia en el siglo XX: la formación de La Bolivia contemporânea**. La Paz: Harvard Club de Bolívia. 1999.

MUNCH, R. **Introduction to special issue: globalization and labor flexibility: the Latin American case(s)**. *Latin American Perspectives* 31(4), 2004. p.3–20.

NÓBREGA, Ricardo. **Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo**. VI Encontro Nacional de Migrações. Belo Horizonte, 11 a 13 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST2/RicardoNobrega.pdf>. Acesso em: 13/09/2013

_____. **Quando o sweatshop é aqui: imigrantes bolivianos na pequena indústria de vestuário em São Paulo**. 2010. Disponível em: http://www.academia.edu/1446140/Quando_o_sweatshop_e_aqui Último acesso em 24/04/2014.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. Boitempo, São Paulo, 2013.

OTTAVIANO, Gianmarco; PERI, Giovanni; WRIGHT, Greg. **Immigration, offshoring and American jobs**. NBER Working Paper No. 16439, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA, 2010.

PABÓN, Silva; MONTERO, Lourdes. **La industria em su labirinto: reestructuración productiva y competitividade em Bolivia**. La Paz: CEDLA, 2003.

PAIVA, Eduardo. **A Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a pré-história da implantação da indústria automobilística no Brasil do ponto de vista da teoria ator-rede.** Revista Convergencia, Nº 35, maio-agosto 2004. p.311-339.

PASIN, Jorge. **Indústria naval do Brasil: panorama, desafios e perspectivas.** Revista do BNDS, Rio de Janeiro, vol. 9, no. 18, Dezembro, 2002. p. 121-148.

PATARRA, N.; BAENINGER, R. **Migrações Internacionais recentes: o caso do Brasil.** In: _____ (coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas, Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, vol. 1, 1996. p. 78-87.

PATUSSI, Roque. **Bolivianos em São Paulo.** In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.). **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações.** São Paulo: Paulinas, 2005. p. 213- 218.

POCHMANN, Marcio (org). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social,** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PORTES, Alejandro. **Globalization from below: the rise of transnational communities.** Working Paper Transnational Communities 98-01, 1997.

_____.; RUMBAUT, Rubén. **Immigrant America: a portrait.** Los Angeles: University of California Press. 2006.

PRETURLAN, Renata. **Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.

PRUDENCIO, F. (Org.). **Bolivia en el siglo XX: la formación de La Bolivia contemporánea.** La Paz: Harvard Club de Bolívia. 1999

PUGATCH, Todd. **Historical Development of the Sweatshop.** 1998. Disponível em <http://www.unc.edu/~andrewsr/ints092/sweat.html>. Último acesso em 17/06/2013

PYL, Bianca. **Trabalho escravo abastece produção da marca Talita Kume.** Portal de notícias Reporter Brasil, 2012. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2012/07/trabalho-escravo-abastece-producao-da-marca-talita-kume>. Último acesso em 06/08/2013.

PYL, Bianca; HASHIZUME, Mauricio. **Roupas da Zara são fabricadas com mao de obra escrava.** Portal de notícias online Reporter Brasil. 2011. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava>. Último acesso em 06/08/2013.

RATHA, Dilip; SHAW William. **South-south migration and remittances.** Development prospects Group, World Bank, January 19, 2007.

SANABRIA, Harry. **Consolidating states, restructuring economies, and confronting workers and peasants: the antinomies of Bolivian neoliberalism.** Comparative Studies in Society and History, Cambridge, Vol. 41, No. 3, Jul, 1999. p. 535-562

SASAKI, Elisa. **Dekasseguis: trabalhadores migrantes: nipo-brasileiros no Japão**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, Textos Nepo 39, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade..** São Paulo, EDUSP, 1998.

SEGABINAZZI, Alessandro. **Bolívia: de 1952 ao século XXI: diversas sínteses de uma revolução**. Políticas. In: FUNAG. (Org.). **Prêmio América do Sul 2006**. Brasília:1, FUNAG, 2007. p. 105-154.

SILVA, Carlos, **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008a.

SILVA, Nelson; BARBOSA, Maria. **Populações e estatísticas vitais**. In IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro, 2006. P.31-57

SILVA, Sidney. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. Estudados Avançados, Vol. 20, No. 57 São Paulo, Maio/Agosto. 2006

_____. **Bolivianos: a presença da cultura andina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - PROLAM/USP, São Paulo, 1995.

_____. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. **Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo**. Textos NEPO, n. 55, 2008b.

_____. **Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo** In: SILVA, S *et. al.*. **O Fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SILVA, Silvana. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)**. Tese (Doutorado), UNICAMP. 2012

SINAIT. **SRTE/SP qualifica trabalhadores bolivianos**. 2013. Disponível no site do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho: <https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=8679>. Último acesso em 01/07/2014.

SINVESPAR. **Novas perspectivas do varejo e o impacto no setor de vestuário**. Relatório de Inteligência Analítico, novembro, 2012. Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br/Download/Indicadores/NovasPerspectivasdoVarejoeoImpactonoSetordeVesturio.pdf>>

SOUCHAUD, S.. **Algumas considerações sobre a migração internacional transfronteiriça a partir do caso da migração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul.** In: Osóio *et al.*. (Ed.), **América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial.** (v. 1), Campo Grande, UFMS, 2008, p. 13-38.

_____.; BAENINGER, R. **Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul.** Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez, 2008. p. 271-286

SOYER, Daniel. **Garment sweatshops, then and now.** New Labor Forum, No. 4, Spring - Summer, 1999. pp. 35-46.

STTOT, Richard. **Workers in the metropolis: class, ethnicity, and youth in antebellum New York City.** Ithaca, Cornell University Press, 1990.

TARRIUS, Alain. **Le lien social fort comme préalable à la réussite économique – initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales : parcours, étapes, transactions commerciales.** In: MULLER, L. et al.,. **Un dynamisme venu d'ailleurs: la création d'entreprises par les immigrés.** Paris: L' Harmattan, 2005, p. 21 – 51.

TAVARES, M; FIORI, José. **Poder e Dinheiro,** Vozes. 1997.

TELLES, Vera. **Deslocando o ponto da crítica: indagações a partir de realidades urbanas em mutação** - Com poucas alterações, a versão original desse texto, sob o título “**Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade**”, In: OLIVEIRA, Francisco e RIZEK, Cibele (orgs). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, Coleção Estado de Sítio, 2007, p. 195-220.

UENO, Laura. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VENTURA, Deisy. **Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros.** Portal de notícias uol, 2014. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Último acesso em 06/07/2014

_____.; ILLES, Paulo. **Qual é a política migratória do Brasil?** Jornal Le Monde Diplomatique online. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>. Último acesso em 06/07/2014.

VIDAL, Dominique. **Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo.** In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p.93-108.

WANDERLEY, Fernanda. **A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e bem-estar social nos últimos vinte anos.** In: DOMINGUES, J. *et al.*.(Org.). **Bolívia no espelho do futuro.** UFMG; Rio de Janeiro, 2009.

WASZKIS, Helmut. **Mining in the Americas: stories and history**. Cambridge, Woodhead Publishing Ltd., 1993.

WEINER, Elizabeth; FOUST, Dean. **Why Made in America is Back in Style**. Business Week, 7 November, 1988. p.116.

XAVIER, Iara. **A Cidade de El Alto e os fluxos de bolivianos para São Paulo**. Revista Travessia. São Paulo, ano XXII, nº. 63, jan./abr. 2009.

_____. **A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo: uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade**. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

_____. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Demografia. Unicamp. Campinas. 2010.

ANEXOS

Anexo 1

Manifesto em Defesa de Uma Nova Lei de Migração Pautada nos Direitos Humanos e na Solidariedade Entre os Povos¹³³

"Migrar é um direito humano. Qualquer um de nós já migrou ou pode migrar um dia. O verbo do estrangeiro é estar, não ser. No fundo, o estrangeiro não existe, ou somos nós mesmos, por vezes até em nossa pátria". Deisy Ventura e Paulo Illes - "Qual a política migratória do Brasil?"

Com essa perspectiva o **Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil**, torna pública sua opinião em defesa da aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma nova Lei de Migrações moderna, capaz de dar resposta aos inúmeros problemas enfrentados pelos imigrantes, amparada no princípio de uma cidadania universal, dos direitos humanos e coerente com os princípios do respeito e a dignidade da pessoa do imigrante.

Sabemos que ao longo da história, a migração tem sido uma forte manifestação da vontade dos seres humanos de sobrepor-se às adversidades e de buscar uma vida melhor. Os benefícios da migração internacional, não só para os imigrantes, mas também para as sociedades de acolhida, dependem da garantia dos direitos humanos fundamentais. Dos direitos à cultura, à educação, à saúde, à moradia digna, à assistência jurídica e social e à segurança que estão na base da prevenção à exploração no trabalho. Políticas de migração, tanto na origem como no destino, determinam a posição de homens e mulheres durante o processo migratório e sua inserção numa sociedade mais justa. A oportunidade de integração é a chave no âmbito popular para a aceitação das diferenças e a redução da discriminação, do racismo e da xenofobia.

A legislação atual: herança ditatorial

A atual legislação brasileira aplicável aos imigrantes é fundamentada em preocupações de segurança nacional datadas do período ditatorial. Hoje, no entanto, outras questões se tornam fundamentais para a definição da política brasileira de migrações, sobretudo as preocupações econômicas, reveladas no interesse pela atração de investidores e mão-de-obra qualificada. Nenhum destes objetivos pode violar os direitos humanos, que devem ser a base, da política, em respeito à dignidade destas pessoas, e em cumprimento a diversos compromissos constitucionais e internacionais assumidos pelo Brasil.

Projeto de Lei nº 5.655/2009: Novo Estatuto do Estrangeiro ou uma Lei de Migrações?

¹³³ Extraído do site: <http://www.cdnhic.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Manifesto-em-Defesa-de-Uma-Nova-Lei-de-Migra%C3%A7%C3%A3o-pautada-em-direitos-humanos-2012.pdf>. Último acesso: 08/05/2014

Há mais de dois anos tramitando na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 5.655/2009, que visa substituir o Estatuto do Estrangeiro, ainda aguarda votação na Comissão de Turismo e Desporto para seguir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde deverá ser realizada uma Audiência Pública, envolvendo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, importante momento para a sociedade civil e lideranças migrantes se manifestarem.

Este Fórum considera que para garantirmos tratamento digno para os imigrantes e melhor gestão das questões ligadas à imigração no Brasil são necessárias diversas modificações no texto do Projeto em análise. Os procedimentos administrativos permanecem extremamente burocratizados e o interesse e a segurança nacional prevalecem sobre os direitos humanos. O projeto é nada mais que uma revisão da Lei nº. 6.815/80, da ditadura militar. Não há mudança de paradigma e se anotam retrocessos, a exemplo do aumento do tempo necessário ao pedido de naturalização: de quatro para dez anos, entre outros exemplos.

As reivindicações de reconhecimento da condição de trabalhadores imigrantes, nos termos da

Convenção da ONU sobre a proteção dos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, não são atendidas por este texto. Os imigrantes são pessoas que vêm ao Brasil em busca de uma oportunidade de vida digna, e também contribuem para o desenvolvimento do nosso país e, como participantes de nossa sociedade, têm direito às mesmas garantias constitucionais e internacionais assumidas pelo Brasil.

Aspectos inconstitucionais do Projeto de Lei

Todos nós sabemos que nenhuma Lei pode contrariar a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 5º traz as garantias constitucionais às liberdades dos indivíduos:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)

A Carta Magna também garante diversos direitos sociais como educação e saúde, sem diferenciar o tratamento entre brasileiros e imigrantes. Exemplo disso são as várias exigências inconstitucionais previstas no PL, que demonstram excessivo controle na vida diária do cidadão migrante.

Sabemos que a luta contra as desigualdades sociais é permanente. É a própria Constituição Federal que aponta entre os objetivos da República, em seu artigo 3º, no inciso III **“erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, e no inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”**

É por esse prisma que deve se pautar o Congresso Nacional em todo debate relacionada a essa Lei e políticas migratórias. Nunca é demais lembrar que foi justamente a erradicação da pobreza uma das principais plataformas de campanha da aliança que levou Dilma Rousseff ao poder.

Criminalização do Migrante X Dignidade Humana

Conhecemos a dura realidade vivida por imigrantes que sofrem no seu dia-a-dia abordagens violentas e preconceituosas por parte das polícias e outros agentes, seja na rua, no trabalho ou até mesmo em suas próprias casas. O art. 6 do PL é um atentado à liberdade e ao direito de ir e vir, exigindo de cidadãos imigrantes o que não se exige dos nacionais.

Art. 6. O estrangeiro deverá comprovar sua estada regular no território nacional sempre que exigido por autoridade policial ou seu agente.

Outro grande retrocesso é a criminalização do imigrante que se encontra em condição de irregularidade administrativa. O PL estabelece no art. 107, a prisão cautelar durante as apurações de processo de deportação, o que contraria a Constituição, que não prevê prisões administrativas e os princípios gerais do direito de presunção de inocência e devido processo legal.

Art. 107. Enquanto não se efetivar a deportação, o deportando deverá comparecer semanalmente ao órgão competente do Ministério da Justiça para informar sobre seu endereço, atividades e o cumprimento das condições impostas.

§ 1º Poderá ser decretada a prisão cautelar do deportando, em face de representação de autoridade policial, no caso de descumprimento do disposto no caput ou quando for imprescindível para assegurar a conclusão do processo de saída.

Direito ao Trabalho X Discriminação e Políticas Restritiva

Em relação ao direito ao trabalho, a preferência por profissionais qualificada e a necessidade de um trabalho formal para obtenção de um visto de trabalho têm continuidade no referido Projeto de Lei, demonstrando uma vertente discriminatória e restritiva.

Art. 4º PL nº 5655/09: A política imigratória objetivará, primordialmente, a admissão de mão-de-obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional, ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e geração de emprego e renda, observada a proteção ao trabalhador nacional.

Neste aspecto, o PL afronta também convenções e tratados internacionais que proíbem a discriminação, entre elas, as convenções adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificadas pelo governo Brasileiro: Convenções n.º 111/1965; n.º 118/1962; e a Convenção Adotadas pela OIT n.º 143/1975, porém, não ratificada pelo governo do país.

As Convenções da OIT ratificadas pelo Governo Brasileiro: n.º 111/1965; n.º 118/1962 tratam, respectivamente, da Discriminação em matéria de emprego e ocupação; e Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Previdência Social.

A Convenção n.º 111/1965 afirma que “todos os seres humanos, seja qual for a raça, credo ou sexo, têm o direito ao progresso material e desenvolvimento espiritual em liberdade e dignidade, em segurança econômica e com oportunidades iguais”. Nesta Convenção ratificada pelo Brasil, “qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou

alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão” é considerada discriminação.

A Convenção n.º 118/1962, ao incluir os estrangeiros trabalhadores no sistema de Previdência

Social, também reforça a igualdade dos imigrantes no acesso à Proteção Social do governo brasileiro.

Em relação à Convenção da OIT n.º143/1975, não-ratificada pelo governo brasileiro, determina a Promoção da Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes, a partir do contexto de imigrações efetuadas em condições abusivas. Nesta Convenção, a OIT, no seu Artigo 10 determina: *“igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, de segurança social, de direitos sindicais e culturais e de liberdades individuais e coletivas para aqueles que se encontram legalmente nos seus territórios na qualidade de emigrantes ou de familiares destes”*.

Nesse sentido, o presente projeto de lei em discussão, ao objetivar “a admissão de mão-de-obra especializada adequada”, pode ensejar uma discriminação do que poderia ser considerado “especializado” ou “adequado” para o Brasil, uma vez que não define os critérios, “conforme as organizações representativas de empregadores e trabalhadores”.

Direitos Políticos dos Migrantes X Isolamento do Brasil

Não há como pensar o direito dos migrantes e afastar a discussão sobre os direitos políticos, inerentes à democracia, que deveriam permitir a participação de todos os habitantes de um território nas suas decisões políticas e sociais. Ao se omitir quanto ao tema e manter a proibição do voto e da elegibilidade dos imigrantes, o Brasil, que se coloca na posição de potência, na verdade, se isola em relação aos seus vizinhos sul-americanos, num continente em que o direito ao voto dos migrantes já foi reconhecido por Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru.

Defendemos que o Congresso Nacional aprove Emenda Constitucional nesse sentido! A impossibilidade de exercer atividade político-partidária, incluída aí a organização, criação ou manutenção de associação ou qualquer entidade de caráter político é uma das heranças injustificáveis do Estatuto do Estrangeiro.

Necessidade de mudança no paradigma das políticas públicas e do atendimento aos imigrantes;

As reivindicações de criação de um órgão civil responsável pelas questões migratórias e um serviço público de imigração - e não mais a Polícia Federal - que possa também articular e executar melhor as diversas competências a ele relativas – hoje dispersas em três diferentes ministérios – também precisam ser acrescentadas ao Projeto de Lei.

A aprovação de uma Lei é um importante passo até a conquista efetiva de um Direito! É inadmissível que o Estado Brasileiro trate desigualmente seus cidadãos, e que no plano legal, tais desigualdades se repitam! Manifestamos aqui o repúdio à hipótese de existência de uma política migratória que restrinja direitos ao invés de garantir e que estabeleça duas ou mais categorias de cidadãos no Brasil!

Neste sentido o Fórum defende que a aprovação de uma Nova Lei de Migração, também apontará a um debate em torno da aprovação de uma ampla Política Nacional de Migração, bem como a necessária e urgente ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (ONU, 1990) e ainda uma Emenda Constitucional que garanta os direitos humanos, sociais e políticos dos imigrantes.

Para este FÓRUM, a aprovação do PL 5.655/2009 está condicionada a contemplação das aspirações dos movimentos organizados e entidades de luta dos imigrantes.

Assina esse Manifesto as entidades que compõe o Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil, e, por entender que essa luta é de toda sociedade, com protagonismo das comunidades de migrantes, demais organizações abaixo listadas, bem como movimentos sociais, sindicatos e grupos organizados declaram também seu apoio e adesão!

São Paulo, 12 de abril de 2012.

Instituições integrantes do Fórum Social pela Integração e Direitos Humanos dos Migrantes no Brasil

Agência de Informações Frei Tito para América Latina e Cariba – ADITAL

Articulação Sulamericana Espaço Sem Fronteiras

Associação Bolbra

Bolívia Cultural

Associação de Imigrantes Paraguaios – Japayke

Associação Peruana de São Paulo

Associação Salvador Allende

Casa das Áfricas

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Comitê Contra o Genocídio da Juventude Negra de SP

Confederação Sindical das Américas – CSA

Convergência das Culturas

Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção – COEBIVECO

Força Sindical

Grito dos Excluídos Continental

Instituto de Reintegração do Refugiado - ADUS

Instituto de Sociologia da USP

Instituto para o Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil - IDDAB

Juventud Sin Fronteras

Marcha Mundial das Mulheres – MMM

Presença da América Latina - PAL

Projeto de Extensão Universitária “Educar Para O Mundo” do Instituto de Relações Internacionais da USP

Rádio Infinita

Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco,

Uneafro Brasil
União Geral dos Trabalhadores – UGT

Anexo 2

02/12/2012 - Manifesto da 6ª marcha dos imigrantes: trabalho decente e cidadania universal¹³⁴

Na grande São Paulo, região mais rica e desenvolvida do Brasil, já somos milhares de imigrantes. Pertencemos a inúmeras nacionalidades com usos, costumes, etnias, línguas, histórias de vida e religiões distintas. Essa diversidade cultural é extremamente rica, sendo positiva para nós e para sociedade brasileira. Além de contribuirmos no aspecto cultural, na produção econômica da riqueza do Brasil, unimo-nos aos brasileiros na construção de um Brasil moderno, trabalhando intensamente em diferentes atividades, potencializando as riquezas e o desenvolvimento desse país. Mesmo com essas e outras significativas contribuições, enfrentamos inúmeros problemas. Apesar da cidade de São Paulo ser marcada historicamente pela diversidade étnica, social e cultural, nós, imigrantes, sofremos discriminações e preconceitos. E, pelo exercício da cidadania, denunciamos esse grave problema. Como nos lembra Boa Ventura de Souza: “as pessoas e os grupos sociais tem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.” Assim, nós, imigrantes de todos os continentes, reunidos na cidade de São Paulo no dia mundial dos imigrantes e no 22º ano da convenção das nações unidas sobre os direitos de todos os trabalhadores imigrantes e de suas famílias e em sintonia com o dia da ação global contra o racismo e a xenofobia, pelos direitos dos imigrantes refugiados; uma vez mais, levantamos nossas vozes e nossas bandeiras por um novo Brasil, possível, urgente e necessário. Somos contra o capital global que precariza o trabalho, transforma os trabalhadores em mercadoria, violando a dignidade humana, desemprega, marginaliza e exclui milhares de pessoas, levando-as à migração forçada. Exigimos trabalho decente, participação política ampla, com o direito ao voto e ao direito a ter direitos, políticas públicas que propicia condições dignas de moradia, saúde, educação e o fim do preconceito, da xenofobia e dos muros - que possamos ir e vir, sem restrições de qualquer natureza, como deve ser um verdadeiro estado democrático de direito -, que nos respeitem e nos reconheçam como sujeitos históricos conscientes de nossos deveres e direitos no exercício da plena cidadania universal. A marcha é nossa, é de todos os brasileiros e brasileiros e que sonham e lutam por Brasil sem miséria, por um Brasil mais justo, ético e solidário e sobretudo um Brasil humano. As nossas bandeiras são sintetizadas na bandeira do

¹³⁴ Esse manifesto foi feito em consenso com todas as organizações que estiveram presente na marcha e nas reuniões do evento.

Brasil, que juntos iremos construir de maneira mais ampla o mundo que queremos viver e deixar pra gerações futuras. Dessa maneira, existe um só povo, uma só nação, unidos em um só projeto para humanidade. É marchando que se faz caminho, onde um mais um é sempre mais que dois. E como diz Eduardo Galeano, “somos o que fazemos, mas somos principalmente o que fazemos para mudarmos o que somos”. A construção de um outro Brasil, e de outro mundo, depende sobretudo da nossa união, do exercício da cidadania local e cidadania universal.